



VIDAS P RA G DAS

Os danos sociais da produção de fumo no Brasil

MARQUES CASARA E POLIANA DALLABRIDA
COORDENADORES

VIDAS TIRA GUA DAS

Os danos sociais da produção de fumo no Brasil

MARQUES CASARA E POLIANA DALLABRIDA
COORDENADORES

Primeira Edição

São Paulo
2019

V649 Vidas tragadas : os danos sociais da produção de fumo no Brasil /
Marques Casara e Poliana Dallabrida, coordenadores. – 1. ed.
– São Paulo : Papel Social, 2019.
180 p. , (algumas color.)

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-69531-03-6

1. Fumo – Cultivo – Brasil – História. 2. Fumo – Cultivo –
Aspectos sociais. 3. Fumo – Cultivo – Aspectos ambientais.
4. Fumo – Cultivo – Aspectos fisiológicos. 5. Direitos humanos.
I. Casara, Marques. II. Dallabrida, Poliana.

CDU: 633.71

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

EXPEDIENTE



COORDENAÇÃO

Marques Casara e Poliana Dallabrida

REDAÇÃO FINAL

Talita Burbulhan

PESQUISA E REDAÇÃO

Thaís Ferraz

Raquel Mombelli

Marques Casara

Poliana Dallabrida

André Picoletto

FOTOS

Vitor Shimomura

APRESENTAÇÃO

Margaret Matos de Carvalho
Ministério Público do Trabalho

Paula Johns
ACT Promoção da Saúde

APOIO



EDIÇÃO GRÁFICA



www.lilaseditora.com

Direção de arte / produção gráfica: Luiz Acácio de Souza

Coordenação editorial: Marli Henicka

Design gráfico: Cheila Pinnow

Revisão: Lu Coelho

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

1. ARAR 15

Quem controla a cadeia produtiva, 17

Pobreza e desigualdade, 18

“Somos escravos das empresas”, 21

Sem descanso: trabalho de dia, à noite e de madrugada, 25

Derrotas do setor e as vitórias da luta antitabagista, 27

2. GERMINAR 33

O controle das famílias pelo endividamento, 37

Baixos níveis de educação formal, 41

Desenvolvimento humano abaixo da média, 47

A perda de autonomia dos produtores de fumo, 49

Atravessadores: os “picaretas”, 51

Morte no campo, 56

3. PODAR 59

Trabalho infantil na lavoura, 60

Empreiteiros de mão de obra usam adolescentes na colheita, 64

O que dizem as empresas, 66

Falta de atenção, cansaço e dores: a rotina escolar dos adolescentes, 72

“Ele não trabalha, só me ajuda”, 73

4. COLHER 77

- Uso de EPIs não é regra entre produtores, 79
- Os agrotóxicos e a produção de fumo no Brasil, 97
- Subnotificação esconde a gravidade do problema, 99
- Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT), 101
- Epidemia de suicídios, 105
- Aumento dos casos de depressão, 109
- O que dizem as empresas, 110

5. SECAR 113

- “Os fumicultores não estão se matando. Estão sendo levados à morte”, 115
- As doenças físicas associadas à produção de fumo, 117
- Classificação do fumo: uma negociação desigual, 118
- Os impactos da produção sobre comunidades indígenas, 120
- Água contaminada por agrotóxicos, 122
- Cai a Mata Atlântica, sobe o eucalipto, 127
- O avanço da produção sobre os territórios tradicionais, 133

6. TRAGAR 135

- O que dizem os Relatórios de Sustentabilidade, 139
- O *lobby* do setor, 148
- Quem são os políticos financiados pelo tabaco, 153
- Novos aliados: Sérgio Moro e Bolsonaro, 155
- O financiamento do Terceiro Setor, 158
- Pressão do setor produtivo nas políticas antitabagistas, 159
- A alternativa da diversificação, 163

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 169

APRESENTAÇÃO

Mudanças são necessárias

Margaret Matos de Carvalho

Procuradora-Chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná

As primeiras notícias em âmbito nacional sobre trabalho infantil na cadeia produtiva do fumo remontam ao começo da década de 1990. Desde então, as indústrias fumageiras são sistematicamente questionadas por não conseguirem erradicar esta prática de suas cadeias produtivas, uma realidade ainda presente em diversos setores produtivos.

São quase 30 anos desde as primeiras notícias, praticamente o mesmo tempo de vida do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei 8.069/1990. Desde então, o Ministério Público do Trabalho acompanha, investiga, denuncia e orienta sobre caminhos possíveis para enfrentar o problema, com destacada atuação de procuradores e procuradoras em todos os estados produtores de fumo.

Muitos avanços foram alcançados nos últimos anos, inclusive em relação a um maior entendimento da sociedade sobre os malefícios causados pelo consumo do cigarro e derivados. No final do século 20, ainda se viam propagandas com jovens sorridentes, a bordo de carros rápidos e pranchas de windsurfe, vendendo as mais variadas marcas de cigarro, então associadas à alegria, aos esportes e à confraternização.

Uma sequência de pesquisas científicas deu fim a essa narrativa e o cigarro passou a ser associado ao seu verdadeiro valor: agonia, doença e morte. O cigarro mata o usuário, ou reduz dramaticamente sua expectativa de vida saudável, sem diferenciação de classe, cor ou gênero.

Se a propaganda de cigarros sumiu dos meios de comunicação de massa, a vida do fumulcultor é muito próxima daquela na qual vivia no século passado, quando as primeiras notícias começaram a mostrar como é o cotidiano em uma pequena propriedade agrícola dedicada ao

plântio do fumo. No Sul do Brasil, principal região produtora do país, são cerca de 150 mil famílias fumicultoras.

Alguns avanços, é preciso registrar, foram alcançados, mas ainda insuficientes. A incidência do Ministério Público do Trabalho, associada a uma série de iniciativas de diversos atores, contribuiu para diminuir o trabalho infantil, principalmente entre as crianças. O mesmo sucesso ainda não foi alcançado entre os adolescentes.

Essa realidade ainda permeia a cadeia produtiva do fumo. E não apenas no trabalho dentro da propriedade da família, mas também para empreiteiros de mão de obra, como mostra a pesquisa apresentada neste livro, que identificou adolescentes a partir de 13 anos de idade em atividades de colheita e também na aplicação de agrotóxicos, ambas altamente perigosas para adolescentes.

Além do trabalho infantil, doenças, contaminação e suicídios permeiam todo o processo produtivo. São temas desvendados nesta obra e que precisam ser profundamente refletidos, denunciados e extirpados da realidade.

A alegada importância econômica da produção de fumo para a Região Sul do Brasil não pode servir como cortina de fumaça para esconder os problemas que ainda caracterizam essa cadeia produtiva.

Esperamos que esta pesquisa contribua para avançarmos com as mudanças necessárias.

Que tal pensarmos coletivamente?

Paula Johns

Diretora Geral da ACT Promoção da Saúde

Os dados que envolvem o tabagismo são exorbitantes e incontestáveis do ponto de vista das evidências científicas. Mesmo assim, meia dúzia de personagens ainda questiona os dados alarmantes sobre os malefícios causados pelo fumo. Simplesmente refutam a base científica, como aqueles que acreditam na terra plana. Sintam-se homenageados por ganhar uma menção em um tema tão sério.

Meu primeiro encontro com o tabagismo foi quando comecei a fumar. Antes, eu era uma ferrenha crítica de quem fumava e não entendia o que levava uma pessoa a querer, voluntariamente, colocar fumaça para dentro e para fora. De antitabagista radical, me tornei uma tabagista fortemente dependente. Fumei diariamente por 17 anos. Depois, me tornei uma fumante com lapsos e recaídas por mais sete anos.

Meu segundo encontro com o tabagismo foi quando comecei a trabalhar na Redeh, uma ONG que atua no campo de gênero e políticas públicas em defesa do meio ambiente e da saúde. Me vi no meio da negociação do primeiro tratado global de saúde pública, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Eu era protagonista das discussões e também o objeto/vítima do que estava sendo discutido. Mergulhei nos dados e decidi que era hora de lidar com aquela dependência também no nível pessoal.

Meu terceiro encontro com o tabagismo foi quando tomei conhecimento de que o Brasil é o maior exportador de folha de fumo e segundo maior produtor. Mergulhei nesse universo e descobri um mundo que sequer sabia que existia. Compreendi melhor as relações entre os diferentes atores dessa cadeia de lucros gigantescos, dependência, esperança, morte, doença e enorme poder econômico.

Alguns poucos atores lucram mais do que outros, alguns enriquecem, outros ficam endividados, outros adoecem, muitos se matam. Os que estão no campo se suicidam no sentido estrito do termo. Os consumidores se suicidam lentamente, ao não conseguirem lidar com a dependência.

Temos também os cartões de visita, as propriedades onde os agricultores ficaram ricos, pois nada dá tanto dinheiro por hectare como a cultura do fumo. Não há necessidade de se preocupar com nada, basta assinar o contrato. O orientador ensina como fazer, a empresa cuida de fornecer e entregar todos os insumos, a associação vende o seguro, e depois o tabaco é retirado na propriedade. É a lavoura de ouro na perspectiva de alguns poucos produtores e das empresas. É uma lógica conhecida. A propaganda da produção é bem parecida com a publicidade de cigarros: o que levamos não é o que eles vendem.

Estou segura que o presente livro vai ajudar a enxergar realidades que podem contribuir para criar conexões entre o rural e o urbano, a produção e o consumo. É fundamental para que possamos, coletivamente, enquanto sociedade, diagnosticar os nossos desafios para além do comportamento individual.

Que possamos olhar para as questões sistêmicas que perpassam não somente o cigarro, mas cada produto de consumo que encontramos nas prateleiras das cidades. A alienação que o desconhecimento causa serve a poucos atores, mas presta um grande desserviço para o bem comum, para a saúde do planeta, e, conseqüentemente, nossa própria saúde. Não falo somente da saúde no sentido ausência de doença, mas também da saúde da alma, do que carregamos em nós, da nossa responsabilidade em sermos coniventes com modelos de produção que causam tanta perda e tanto sofrimento.

Boa leitura.



**VIDAS
TRA
GA
DAS**

Este capítulo traça um panorama sobre a realidade dos agricultores brasileiros que vivem da produção de fumo na Região Sul do Brasil. Faz uma breve contextualização da produção do tabaco no mundo e aborda, em linhas introdutórias, os temas que serão aprofundados nos próximos capítulos.

1. ARAR

Com a pele castigada pelo sol e o corpo inebriado de nicotina, os fumicultores são o primeiro elo da bilionária cadeia produtiva do tabaco. Jornadas exaustivas, adoecimento, trabalho infantil e falta de remuneração digna permeiam a vida nas pequenas propriedades rurais contratadas para o fornecimento de fumo às indústrias do setor. O modelo de negócio estipulado pelas grandes multinacionais acarreta consequências para os trabalhadores rurais tão fatais quanto o consumo de cigarro para os fumantes.

A quilômetros e quilômetros além, em rincões distantes dos bares, cinemas, restaurantes e outros ambientes fechados, em que a proibição de fumar protege o público dos malefícios causados pelo tabagismo, é possível encontrar pessoas que são acometidas por altos índices de nicotina no corpo, sem nem ao menos terem posto as mãos em um maço de cigarro.

Diferentemente dos fumantes, que enfrentam dificuldades para deixar o vício prejudicial à própria saúde, nesse lugar, longe dos centros urbanos, homens e mulheres não conseguem largar o tabaco porque estão endividados e sem outras oportunidades. Ali, o fumo é o motivo para que o trabalho não seja interrompido nem ao menos nos dias festivos. Sem Natal nem dia santo, Páscoa ou Ano-Novo, pai e mãe, avô e avó, meninos e meninas empenham suas vidas para que as longas e verdes folhas do tabaco vigorem no campo e sequem nas estufas, a fim de que a dívida contraída no início da colheita não se acumule para a próxima safra, o que nem sempre conseguem.

A cadeia produtiva do fumo emprega 100 milhões de pessoas ao redor do mundo e movimenta, em média, US\$ 699 bilhões por ano. Grande parte desta atividade é realizada nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que ocupa a vice-liderança na produção e é campeão na exportação de tabaco.

Apesar da destacada posição no *ranking* mundial, a venda de cigarros aqui não é tão expressiva. O tabaco produzido em território nacional, em sua grande maioria, é mandado para outras nações. China, Indonésia, Rússia, Estados Unidos e Japão consumiram 61,7% do volume de cigarros vendidos no mundo em 2017 (CTFK, 2018). Os chineses, aliás, lideram o cultivo de fumo em folha com 86% de vantagem em relação aos produtores brasileiros, vice-líderes na classificação (INCA, 2019).

Índia, Estados Unidos, Indonésia, Turquia e Zimbábue são outros grandes produtores de tabaco. Quando a colheita é próspera nesses outros países, os efeitos são sentidos pelos fumicultores brasileiros. Isso porque o

modelo de negócio do fumo no Brasil é pulverizado na base e hiperconcentrado no topo: enquanto o cultivo da matéria-prima está espalhado por centenas de milhares de pequenas propriedades agrícolas, o beneficiamento e a comercialização estão restritos a poucas multinacionais.

Quem controla a cadeia produtiva

No mundo, seis multinacionais controlam 80,6% da produção e do comércio de fumo. Em 2001, esse número era de 43%. São as *big six* ou *big tobacco*. Em 2015, as *big six* lucraram US\$ 62 bilhões, valor maior que o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países, como o do Uruguai (US\$ 53,8 bilhões), Bolívia (US\$ 33 bilhões) e Paraguai (US\$ 28 bilhões) (FMI, 2016). Fazem parte deste grupo: *British American Tobacco (BAT)*, *China National Tobacco Corporation*, *Imperial Tobacco Group*, *Japan Tobacco International*, *Philip Morris International* e *Altria Group*, a nova marca da *Philip Morris* nos Estados Unidos (CTFK, 2018).

No Brasil, a produção de cigarros é controlada por duas dessas multinacionais: a inglesa *British American Tobacco (BAT)*, dona da *Souza Cruz*, principal fabricante de cigarros do país, e a norte-americana *Philip Morris International*, que opera no Brasil com o nome de *Philip Morris Brasil*.

A *British American Tobacco*, fabricante dos cigarros *Lucky Strike* e *Dunhill*, detém 79,3% do mercado brasileiro de cigarros. Já a *Philip Morris International*, produtora do cigarro *Marlboro*, tem participação menor, entre 15% e 20% (SEBBA, 2017). Em 2018, a produção de cigarros no Brasil chegou a 2,9 bilhões de unidades, e a arrecadação das indústrias do setor no país foi de quase R\$ 7 bilhões (SENADO NOTÍCIAS, 2019).

Tamanha prosperidade em território nacional não se reflete no cotidiano de quem está na primeira etapa da cadeia produtiva: os fumicultores que vivem no sudeste do Paraná, no planalto norte catarinense e no Vale do Rio Pardo, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Nessas regiões, 150 mil famílias plantam tabaco em 619 municípios configurando a maior área exportadora de fumo do mundo (AFUBRA, 2018).

No país, o cultivo também ocorre, em escala bem menor, no Nordeste, onde perto de 20 mil famílias dedicam-se à produção (FACHIN, 2016). Os principais estados da região associados ao tabaco são Alagoas, com o fumo de corda, e a Bahia, na produção de charutos e cigarrilhas. Esta, aliás, deteve o monopólio do cultivo no Brasil até 1810.

Durante os anos de 1920, europeus que vieram para o país na segunda onda migratória estabeleceram-se no Vale do Rio Pardo, em pequenas propriedades, onde trabalhavam como agricultores familiares. Com a descentralização do cultivo para outras regiões do país, o Nordeste investiu em tabacos escuros, ideais para a confecção de charutos, enquanto os estados do Sul se especializaram em tabacos claros. Os camponeses de origem europeia prosperaram, de certa forma, até a chegada da Revolução Verde no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, que impulsionou a modernização do campo, a partir do uso de produtos químicos e plantas transgênicas no cultivo.

Pobreza e desigualdade

O modelo multiplicou a produtividade da terra. Seu idealizador, o estadunidense Norman Borlaug, foi o único agrônomo a receber o Nobel da Paz, em 1970. Ele foi premiado por ter impedido a mortandade em massa na Índia, no Paquistão e nas Filipinas ao praticamente dobrar a produção de trigo destes países em apenas cinco anos.

No Brasil, a Revolução Verde criou uma agricultura intensiva e excludente que, na prática, favoreceu os mais ricos. Camponeses comuns viram a renda diminuir e passaram a ter dificuldade para comercializar seus produtos. Era o cenário ideal para as fumageiras que começavam a se estabelecer no país. Oferecendo boas condições para quem se integrasse a elas, como assistência técnica e garantia de comercialização, atraíram milhares de agricultores familiares que acreditaram no sonho de enriquecer com o tabaco.

Atualmente, a produção de fumo é resultado do esforço dessa gente que mora em zonas rurais de pequenas cidades escondidas entre

estradas de terra e resquícios da mata atlântica. Praticamente tudo é exportado: do total produzido no país, 90% destinam-se ao mercado internacional, formado principalmente por consumidores na União Europeia (43%), no Extremo Oriente (25%) e na América do Norte (11%). Em 2017, as exportações do setor alcançaram 462 mil toneladas e US\$ 2,09 bilhões/FOB¹.

Antes que o tabaco plantado no campo cruze as fronteiras nacionais rumo à China, Japão, Estados Unidos e demais locais em que será consumido, ele precisa ser processado. É uma etapa que escapa às funções dos fumicultores. A participação deles na cadeia produtiva do fumo consiste em preparar a terra para o cultivo, transplantar as mudas para o campo, tratar cada pé de tabaco ao longo do desenvolvimento, colher as folhas, depois secá-las em uma estufa e, por fim, classificar de acordo com uma tabela de padronização.

Feito isso, o fumo é vendido para as empresas fumageiras, responsáveis pela próxima e mais lucrativa etapa do negócio. Algumas empresas atuam exclusivamente no processamento do fumo, comprando, beneficiando, armazenando e distribuindo folhas de tabaco para fabricantes de cigarro. Outras, além de processar, também produzem e comercializam o produto final. Quando enfim está pronto para o consumo, o tabaco passou por diferentes elos e percorreu uma extensa cadeia produtiva, que teve seu pontapé inicial pelas mãos pobres e calejadas dos agricultores.

“De cada 20 folhas de fumo que eu colho, duas são minhas. Faço todo o serviço e fico com 10%”, explica Cleomar Marques dos Santos, agricultor do município de Venâncio Aires, localizado na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. “Por mais que a gente se esforce, a empresa sempre classifica o fumo a favor dela. Rebaixa a qualidade para pagar menos.”

¹“FOB”, do inglês “free on board”, caracteriza um tipo de frete no qual o comprador arca com todos os custos e riscos do transporte da mercadoria assim que ela é colocada em um navio.

Esse modelo de negócio tem impacto direto na vida dos pequenos produtores e seus familiares. Aqui se dá a estreita relação com o trabalho infantil existente neste setor, pois as famílias passam o ano premidas por dívidas e sem condições de contratar auxiliares adultos. O trabalho infantil é uma decorrência natural de uma estrutura produtiva desigual que beneficia os elos do topo da cadeia: as fumageiras multinacionais.

A propriedade da família de Cleomar fica entre os municípios de Venâncio Aires e Boqueirão do Leão. Lá residem ele, seus pais – que, por serem os donos da terra, arrendam um parte dela para o filho –, a esposa, Moara, e as duas crianças do casal. Três gerações, umbilicalmente vinculadas a uma cadeia produtiva da qual não conseguem se desprender. As famílias se dividem em duas casas, separadas por alguns metros. No meio delas há um galpão onde secam fumo, guardam a lenha e os insumos e, eventualmente, abatem um porco, que alimentará a família durante vários dias.

Cleomar conta que, na região, alguns produtores de fumo passam fome: “Chega uma época que ninguém tem dinheiro. Quem não tiver uma galinha, um porco ou uma horta, não tem como se virar”. Descontados os valores pagos em insumos, agrotóxicos, diaristas, maquinários e as parcelas de um sítio que compraram na intenção de conquistar independência em relação aos pais, Cleomar e Moara terão menos de R\$ 500 por mês para passar o ano. O salário mínimo em 2019 é de R\$ 998.

A mãe do fumicultor, que cresceu na mesma propriedade que ele, conta orgulhosa que o filho estudou até o terceiro colegial. O diploma não está guardado em canto algum, porque Cleomar abandonou os estudos pouco antes de se formar. Sentada em uma cadeira de descanso na varanda, a matriarca reflete sobre como a vida na propriedade mudou de uma geração para outra. “Ainda é difícil, mas está melhor”, assegura. “Na minha época, às vezes a gente engrossava comida com farinha.”

A família vende tabaco para a *China Brasil Tabacos*, instalada em Venâncio Aires, e para a *Japan Tobacco International (JTI)*, de Santa Cruz do Sul. Em ambas, agricultores como Cleomar não possuem contratos de trabalho, mas sim de integração, no qual as empresas determinam que tipo de fumo o agricultor vai cultivar, como plantará, quais insumos deverá usar e, na entrega do produto, estabelece quanto pagará pelas folhas de tabaco.

“Somos escravos das empresas”

No fumo, cria-se uma relação comercial em que as fumageiras retiram de si qualquer risco, transferindo-o para o elo mais fraco: o agricultor, que passou o ano todo na lavoura, tomando conta do produto da empresa, enquanto acumulava dívidas e problemas de saúde decorrentes do cultivo. É nessa relação que nascem os casos de trabalho infantil, as doenças e as jornadas de trabalho exaustivas.

Especialistas associam esse modelo de negócio, imposto de forma unilateral pelas fumageiras, a uma estratégia de servidão por dívida. “Elas fazem o que querem com a gente. Não somos donos de nada nesse cultivo. É como se fôssemos empregados”, lamenta Cleomar, sem notar que até mesmo funcionários possuem direito a férias, limite de jornada diária de trabalho, décimo terceiro, seguro-desemprego e outros benefícios distantes da realidade do agricultor.

No campo, o tempo é outro. O que define a jornada de trabalho não é o tique-taque do relógio. Os afazeres do cotidiano se sujeitam à vontade da chuva, aos humores do sol e à pressa dos ventos. A rotina ali depende da fome das pragas, das geadas matinais e de toda a sorte de imprevistos que acontecem ao ar livre. Ainda assim, as famílias fumicultoras integradas às empresas compradoras de tabaco precisam garantir a entrega da matéria-prima, sob o risco de não receberem ao final da safra, mesmo tendo trabalhado por meses, virando noites para manter a secagem do fumo nos padrões exigidos pela “parceira”.

“Se existe exploração maior que essa, eu não conheço”, afirma

Cleomar, ao falar sobre a relação comercial que as fumageiras estabelecem com eles. “Você fica escravo da empresa”, resume o fumicultor. “É a vida do colono, obrigado a plantar e vender para ela. Se você não entrega o pedido, ela te demite. Você se torna carta fora do baralho.”

Para os pesquisadores entrevistados, os fumicultores submetem-se a uma exaustiva e danosa rotina, chancelada a partir do momento em que perdem a liberdade de cultivar como bem entendem. Presos a esse sistema que determina como deve ser executada cada etapa do processo produtivo, os agricultores vivem em constante risco de serem penalizados, caso o fumo não esteja de acordo com os interesses da empresa. Isso implica, entre outros fatores, na obrigatoriedade do uso de agrotóxicos pelos fumicultores, justamente para que as perdas, inerentes ao plantio, sejam reduzidas ao máximo.

Para refutar as críticas de que a manipulação do defensivo é prejudicial à saúde, as empresas disponibilizam para venda a preço de custo dois tipos de Equipamento de Proteção Individual (EPI): um para a aplicação de agrotóxicos e outro para a colheita da folha do tabaco úmida. Os agricultores relatam que a roupa é desconfortável e inapropriada às condições climáticas locais. Nos 5 mil quilômetros rodados pela Região Sul do país para a produção deste trabalho, nenhum agricultor foi encontrado usando o fardamento durante a aplicação de venenos.

“Eu não uso EPI porque é muito quente e as roupas me dão alergia”, confessa Cleomar quando perguntado sobre os cuidados que toma ao manipular agrotóxicos. “Mas eu tenho cuidado. Tiro minha roupa no galpão, ponho outra e vou direto para o banho. Quem sai para a lavoura não entra em casa sem tomar banho, até porque tenho crianças pequenas e elas não botam o pé na roça.”

A saúde é uma preocupação dos agricultores. Nem tanto em busca de qualidade de vida e longevidade, mas por um motivo mais pragmático: continuar trabalhando incessantemente. “Se eu ficar doente, a minha família não vai comer”, diz Cleomar. “Não estou carregando só uma máquina de veneno nas costas, estou carregando

também a minha família inteira. A empresa não vai alimentar meus filhos se eu não conseguir.”

Se, em um mundo ideal, todo o fumo fosse produzido sem agrotóxicos, a saúde dos fumicultores ainda estaria em risco. Isso porque as próprias folhas de tabaco são tóxicas para quem as manipula. Os danos são causados pela absorção cutânea da nicotina e geram a Doença da Folha Verde (DFVT). A absorção da substância em larga escala leva a um quadro clínico de vômitos, náuseas, tonturas, cefaleia, dores abdominais e alterações na frequência cardíaca, entre outros sintomas.

A situação é mais grave no período da colheita, principalmente quando os produtores, sem EPIs, manuseiam folhas molhadas de chuva ou de orvalho, já que a nicotina é dissolvida pela umidade. Em um dia úmido, um fumicultor pode ser exposto a aproximadamente 54 mg de nicotina, o que equivale a 36 cigarros. Crianças são mais vulneráveis à doença.

“Apesar do primeiro relato da DFVT datar de 1700, não tínhamos nenhum estudo sobre ela até 2006 no Brasil”, explica Deise Riquinho, professora da escola de enfermagem do Departamento de Orientação e Assistência Profissional (DAOP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisadora foi uma das pioneiras no tema e constatou que estudava um mal silencioso. “Os fumicultores sabem lidar com a doença e não procuram serviços de saúde quando são acometidos por ela”, conta. “Ninguém diz ‘sim, estou com sintomas da DFVT’. Eles estão acostumados, dão um tempo no trabalho, se hidratam e voltam para as lavouras.”

Assim, a subnotificação é regra no caso da doença. “Existe uma CID [Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde] para ela, mas nós percebemos que os profissionais de saúde não fazem ligações entre os sintomas que as pessoas apresentam e as atividades que elas estavam realizando quando passaram mal”, alerta Riquinho. “É uma invisibilização total”, afirma a pesquisadora.

Uma sucessão de falhas atravessa a questão da saúde no campo. Os fumicultores e seus familiares ficam doentes por não terem condições adequadas de trabalho. Quando chegam às unidades básicas de saúde, os agentes não notificam que o mal é decorrente da atividade nas lavouras de tabaco. Sem dados que relacionam a Doença da Folha Verde à produção de fumo, não há elaboração de políticas públicas. Sem mudanças, é como se o problema não existisse.

No entanto, a Doença da Folha Verde (DFVT) é extremamente comum. Uma pesquisa realizada em 2010 no município de Candelária, no Rio Grande do Sul, constatou que 55,4% dos fumicultores entrevistados já tinham apresentado os sintomas da doença. O estudo também indica que quanto mais anos se trabalha no fumo, menos se sentem os efeitos da DFVT, como se o corpo se acostumasse com as altas quantidades de nicotina no organismo (RIQUINHO e GERHARDT, 2010).

A pesquisadora Deise Riquinho afirma que ainda não se sabe, ao certo, quais são as consequências para quem não fuma cigarro mas recebe doses contínuas de nicotina, como os fumicultores. “Os estudos que fazem essa relação são poucos, difíceis de serem encontrados. Mas a gente tem certeza que há consequências para a saúde”, pontua.

A resposta das fumageiras, quase sempre, é a existência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e a responsabilização individual do agricultor que não os utiliza. “O agricultor é muito cobrado em relação ao uso de EPIs, mas existem duas questões que não são lembradas: em primeiro lugar, as indústrias vendem, não dão os EPIs de graça. Comprar já significa menos lucro”, diz a pesquisadora. “O segundo, e mais importante, é que nem sempre essas roupas são adequadas. O agricultor tem que se paramentar como um astronauta, no verão de 40 graus.”

Sem descanso: trabalho de dia, à noite e de madrugada

Moara e Cleomar acumulam as atividades da lavoura com a criação de dois filhos pequenos. O dia começa cedo para o casal. Enquanto Cleomar cuida dos afazeres na propriedade, Moara trabalha como diarista de fumo em um vizinho. Quando sobra tempo, faz bicos em supermercados na cidade.

A família se recolhe por volta das 18h, quando o filho mais velho, de oito anos, chega da escola. Moara enche a cuia de chimarrão e começa a preparar o lanche da tarde, uma massa de pão que lembra pastel. “Vocês precisam conhecer a nossa vida. Não só a de quem planta fumo, mas também de quem é mulher e planta”, afirma.

Naquele dia, quando iniciou a dupla jornada, ela já havia trabalhado até às 16h na lavoura de um vizinho. Depois da pausa, Moara limpa a casa, dá banho nos filhos e prepara o jantar. Tudo enquanto fica de olho para garantir que Caleb, ainda bebê, não se machuque nem apronte nada enquanto brinca.

A madrugada não traz descanso para o casal. A secagem das folhas de fumo, feita em grandes fornos artesanais, exige que, de hora em hora, um deles acorde para regular a temperatura, em um processo conhecido popularmente como “cuidar o fogo”. Na madrugada – 1h, 3h30, 5h –, Cleomar se levanta em intervalos curtos num frio de 8 graus. Apesar do verão, as temperaturas são baixas na região, principalmente à noite.

Ele atravessa o espaço entre sua casa e o galpão e verifica os termômetros. Em algumas propriedades, os fumicultores chegam a improvisar camas ou armar barracas ao lado dos fornos. Trabalham todos os dias sem descanso, do nascer ao pôr-do-sol. As empresas não levam em conta essa jornada exaustiva, durante meses, para pagamento dos agricultores, pois consideram exclusivamente a qualidade do fumo entregue para a seleção.

Durante o verão, os agricultores praticamente não dormem. “Em três meses você tem que fazer dinheiro para os 12 meses do ano.

Um quarto de sua vida depende de três meses”, calcula Cleomar, que, se pudesse fazer um pedido, escolheria que um dos funcionários das empresas de fumo responsável por estabelecer o preço a ser pago pela arroba de tabaco fosse trabalhar ao lado dele. “Lá no ar-condicionado, na sombra, é fácil. Eles têm que valorizar o colono. Sentir na pele. Só aí eles vão entender”, afirma.

“Uma unanimidade entre especialistas é que o trabalho no fumo provoca exaustão. As famílias afirmam que nos períodos mais críticos é preciso trabalhar pelo menos 15 horas por dia”, destaca a pesquisadora Riquinho.

O casal de fumicultores projeta um futuro diferente para suas crianças. “Eu não quero que eles plantem fumo, a não ser que queiram. Que não seja só por falta de opção”, deseja Moara. “Geralmente, quem planta é porque não tem estudo. É muito difícil ser uma opção”, completa.

Nas pequenas propriedades, quando as crianças e adolescentes não estão trabalhando diretamente na lavoura, estão ordenando as folhas de fumo, perto dos pais e em contato direto com resíduos de agrotóxicos e da nicotina desprendida das folhas úmidas. Esta é uma cena corriqueira nas casas dos fumicultores. As consequências são graves, apontam especialistas. “Em alguns casos, elas só ficarão evidentes na vida adulta”, explica Deise Riquinho. “É quando surgem cânceres, infertilidade, entre outros problemas.” Ela conta que é comum ver adultos com menos de 50 anos sem condições de trabalhar, inclusive com auxílio-doença, porque começaram a trabalhar cedo demais. “É muito oneroso para a criança, porque ela será um adulto doente.”

A maioria das crianças não terá um futuro semelhante ao que Cleomar e Moara sonham para seus filhos, porque a sina do tabaco captura, a maioria delas, ainda no presente. A cadeia produtiva do fumo trilha um caminho marcado por violações de direitos humanos. Quando o cigarro faz a última parada do percurso e finalmente chega às mãos consumidoras, uma parte considerável de danos já foi causada.

Mesmo apagado, sem nem ainda ter iniciado a danosa jornada pelos pulmões, veias e coração dos fumantes, um rastro de impactos ambientais e sociais já está impresso no *Marlboro* vermelho encaixado na orelha de um caminhoneiro ou no *Lucky Strike* azul pousado nos dedos de uma moça parada na calçada. Ao chegar à vendinha do bairro, nas bancas de revista e nos supermercados, os maços estão maculados pelo estresse dos agricultores endividados, pelo suor das jornadas exaustivas, pelas marcas do trabalho infantil, pelas cicatrizes do desmatação e por resquícios das doenças causadas pela contaminação por agrotóxico e pela manipulação das folhas do tabaco úmidas.

Há ainda outro mal que afeta a vida das pessoas que trabalham nas lavouras de fumo: o alto índice de suicídios. Para Deise Riquinho, uma série de fatores leva os agricultores a abreviar a própria vida. “Existem vários estudos que evidenciam uma relação íntima entre ter contato com produtos químicos e desenvolver problemas mentais, mas o fumo apresenta várias questões”, afirma. “Tem o endividamento, o trabalho solitário, a diminuição da vida social. Enquanto realizava uma pesquisa, eu ouvia fumicultores dizendo ‘não posso ir à igreja, não posso participar de tal festa, porque preciso colher, secar e entregar o fumo.’”

Derrotas do setor e as vitórias da luta antitabagista

Se no campo as empresas ainda impõem a lógica mercadológica em detrimento da qualidade de vida das famílias fumicultoras, na esfera comercial, porém, elas já tiveram que aceitar algumas derrotas, que resultaram em mudanças de conduta e adoção de novas práticas.

A partir dos anos 1950, pesquisas científicas passaram a apontar, de forma sistêmica, malefícios causados pelo tabagismo. O consumo de cigarros foi associado a doenças que podem levar à morte. Na década de 1990, uma ação judicial movida contra a *British American Tobacco* e a *Philip Morris International*, entre outras grandes fumageiras, divulgou documentos secretos da indústria, no processo que ficou conhecido como *USA x Philip Morris*.

O veredicto final, assinado pela juíza Gladys Klessner, da Vara Federal do Distrito de Colúmbia, concluiu que, de 1953 até pelo menos os anos 2000, todos os réus estavam cientes dos efeitos nocivos do fumo para a saúde e, apesar disso, negaram “com consistência, vigor e má-fé” a existência dos problemas (ACT, 2008). O escândalo tomou proporções midiáticas e impulsionou políticas públicas mais rígidas em relação à produção e comercialização de cigarros. As empresas foram obrigadas a promover mudanças e se adequar a novas regras.

O Brasil também foi atingido pela onda gerada nos Estados Unidos. Em 1979, o movimento contrário à expansão do tabagismo teve seu primeiro marco significativo: a Carta de Salvador, redigida em um seminário promovido pelo Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax.

O governo brasileiro voltou sua atenção às políticas públicas que objetivavam reduzir ou eliminar os males à saúde provocados pelo tabagismo na década de 1980. Essas ações passaram a ser lideradas pelo Ministério da Saúde, por meio do Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Projetos como o Programa Nacional de Controle do Tabagismo propunham reduzir o número de fumantes a partir de ações educativas, de comunicação e de atenção à saúde. Concomitantemente, surgiam medidas legislativas e econômicas com o mesmo objetivo (INCA, 2018). Em 1999, a criação da Comissão Nacional para o Controle do Tabaco e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) também foram significativas para o embate.

Em 2003, a Organização Mundial da Saúde criou o marco regulatório fundamental do setor: a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT). O documento determina a adoção de medidas intersetoriais que abrangem, entre outras questões, o trabalho no cultivo do tabaco, restrições de propaganda e publicidade e orientações para tratamento de fumantes.

O Brasil assumiu a liderança mundial no controle do tabagismo, coordenando o processo de elaboração da CQCT entre os anos de

1999 e 2003. O país aderiu oficialmente ao acordo em 2005, adotando as medidas determinadas internacionalmente na Política Nacional de Controle do Tabaco. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, o consumo de tabaco diminuiu significativamente desde os anos 2000: o número de pessoas que utilizavam o produto passou de 27% para 20%, em 2016 (OPAS BRASIL, 2018).

Importantes políticas de desestímulo e controle do uso do tabaco foram criadas no Brasil. Em 2012, a publicidade de cigarros nos pontos de venda foi proibida. Em 2014, o uso de produtos fumígenos, derivados ou não de tabaco, foi proibido em recintos coletivos fechados. Em 2015, uma medida da Anvisa obrigou a existência de advertências sanitárias em produtos fumígenos, que devem reservar 30% da parte inferior da face frontal dos pacotes para as mensagens.

A essas medidas somaram-se políticas econômicas. Para inibir o consumo, o governo determinou uma alta carga tributária, expressa através de impostos como IPI, ICM Indústria, ICM Varejo, PIS, Cofins e Selo de Controle, que resultam em um alto valor de custo para um maço de cigarros.

Essas políticas têm mostrado resultados. Pesquisas apontam que o aumento de 10% no preço do cigarro resulta numa diminuição de seu consumo em 4% em países de alta renda e 5% em países de baixa e média renda, segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS BRASIL, 2019).

Por último, algumas medidas também buscam estimular a diversificação e a mudança de cultura de plantio do tabaco entre os produtores. Em 2005, o governo lançou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que firma parcerias com organizações para executar projetos de assistência técnica, extensão rural, capacitação e pesquisa. O objetivo é qualificar o processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, estimular a produção ecológica e reduzir o número e a dose de agrotóxicos utilizados na lavoura.

Desde 2002, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) já não pode ser utilizado para financiamento de produção de tabaco. No entanto, o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) demonstrou interesse em alterar essa decisão.

O secretário da Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Fernando Schwanke, foi indicado pelo deputado federal Alceu Moreira da Silva (MDB). No Congresso Nacional, ele é presença garantida em qualquer discussão sobre a cadeia produtiva do tabaco ou do cigarro. Nas eleições de 2014, quando a doação empresarial ainda era permitida², o parlamentar recebeu R\$ 100 mil da *Philip Morris Brasil* via redistribuição do partido.

Apesar da pressão contra o consumo do cigarro, pouco se fala sobre o que acontece antes da comercialização do produto. O que está em curso nas plantações de tabaco no Sul do Brasil é uma sistemática violação de direitos humanos, com casos de trabalho infantil, agricultores adoecidos e endividados, trabalhando sob pressão em jornadas que podem durar 24 horas por dia, dependendo da etapa de produção. As indústrias do setor atraem milhares de famílias produtoras para um promissor horizonte de riqueza e prosperidade, restrito, entretanto, a um grupo pequeno.

Para famílias como a de Cleomar e Moara, o futuro dourado prometido por quem defende a produção de fumo é ilusório. “Se não fosse o campo, a indústria não teria material para vender. Existe uma troca e ela deveria ser mais justa”, argumenta Cleomar. “Se eu não trabalhasse com meu pai, ele não ia me dar um lugar para plantar. Então, a gente é como se fosse um filho da firma. Porque estamos fazendo para eles, em troca da nossa saúde.”

² Desde 2016, a participação de empresas em financiamentos de campanha foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, além do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, as doações podem ser feitas por pessoas físicas ou por meio de financiamentos coletivos na internet. Disponível em: <https://bit.ly/2Jn5IeO>. Acesso em 11 set 2019.

Por meio do sindicato das indústrias, de organizações parceiras ou institutos e fundações próprias, as multinacionais do tabaco ocupam, muitas vezes, o lugar do Estado ao oferecer cursos de capacitação, atividades educacionais, esportivas e projetos de assistencialismo. As consequências desse envolvimento na dinâmica social dos municípios produtores são mais danosas do que benéficas para a população local. A contrapartida oferecida pelas empresas é insuficiente quando se leva em consideração o valor da vida e os danos ambientais.

As pessoas, o solo, o ar e a água adoecem para que as máquinas produtoras de cigarro não parem de rodar. Novas práticas, políticas públicas, ações efetivas de responsabilização das fumageiras e trabalhos de conscientização dos mais diversos setores da sociedade precisam ser cultivados desde já para que os milhares de fumicultores e suas famílias possam colher um futuro melhor.

Este capítulo aborda a exploração e dependência econômica das famílias fumicultoras. Detalha como funciona o Sistema Integrado de Produção do Tabaco e as estratégias de convencimento que influenciam pequenos produtores rurais a aderirem ao contrato com as fumageiras. Mostra a dependência e a relação unilateral a que são submetidos os agricultores e como ocorre o endividamento deles, já no primeiro ano do cultivo.

2. GERMINAR

A produção de tabaco tem sido uma aposta feita com dados viçados para milhares de pequenos agricultores do Sul do país. A sorte sempre cai virada para o lado das empresas. Desde que as indústrias do setor atraíram as famílias para o Sistema Integrado de Produção do Tabaco (SIPT), a agricultura de subsistência foi substituída por um exaustivo e danoso ritmo de trabalho. Por trás do engenhoso sistema montado para fornecer todos os insumos e estrutura necessários à produção da matéria-prima do cigarro, a parceria se tornou desleal, selada por contratos que, na prática, transformam potenciais empreendedores rurais em servos nas lavouras de fumo.

Depois de correr pelas ondas sonoras de radiocomunicação, circular no boca a boca pelas ruas e receber chancela do prefeito, vereadores e autoridades locais, a ideia de plantar tabaco como um negócio promissor chega à mente do produtor rural carregada de expectativas. A propaganda é disseminada em 73 emissoras de rádio do Sul do Brasil, durante horários comprados pelas multinacionais fumageiras. Se a propaganda de cigarros é proibida há muitos anos no Brasil, o marketing a favor do plantio de fumo é lugar-comum nas regiões produtoras.

Empreendedorismo, prosperidade, adoção de técnicas socialmente justas e economicamente sustentáveis são alguns dos assuntos abordados nos programas. “Garantimos a compra”, “Não há nada mais rentável do que plantar fumo”, asseguram os anúncios patrocinados pela *Souza Cruz*, líder nacional da produção de cigarros.

Premidos pela baixa rentabilidade da produção de alimentos e seduzidos pela prosperidade de uma pequena parcela de fumicultores, usados como garotos-propaganda em peças publicitárias das empresas de tabaco, o agricultor e sua família tentam a sorte no plantio de fumo.

No outono, um instrutor agrícola representante de uma das indústrias do setor visita as pequenas propriedades com um contrato em mãos. Depois de olhar para o tamanho da família e para a extensão das terras, ele estima quantos hectares poderão ser cultivados ali. Faz, então, uma lista de todos os suprimentos necessários para a produção: sementes, defensivos, ferramentas, maquinários, assistência técnica. E aguarda que a caneta, apertada entre os calejados dedos do agricultor, termine de assinar o documento, selando o pacto da negociação entre a fumageira e o fumicultor.

Nesse acordo, que chega previamente redigido e sem brechas para negociação, a empresa se responsabiliza pelo fornecimento de insumos, cobrados ao final da safra. O agricultor se compromete a produzir uma quantidade específica de tabaco, que será comprada e processada na indústria. Um cenário aparentemente perfeito.

Os fumicultores podem ter o contrato rescindido, receber multa e até mesmo ter que devolver o crédito emprestado para aquela safra. Isso acontece caso cometam ‘faltas’, como utilizar produtos diferentes dos combinados previamente. Depois de plantado, colhido, secado e classificado dentro das propriedades rurais, o tabaco é comprado pelas indústrias.

Tal negociação não seria um problema se as duas partes saíssem satisfeitas. Na prática, a empresa consegue o que quer: matéria-prima para a produção de cigarros. Mas muitos agricultores e suas famílias lamentam o baixo retorno financeiro e torcem para que, na próxima safra, o fumo seja melhor classificado.

A frustração é nítida, estampada em rostos cansados que, ano após ano, engolem a indignação, a raiva e a tristeza. Tudo aparenta estar de acordo com os termos do contrato, mas desde que a empresa saia lucrando. A esperança de rentabilidade sempre é projetada para a próxima safra, de pai para filho, geração após geração.

Ao firmar um contrato de integração com uma empresa do setor, o agricultor e sua família passam a fazer parte do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), desenvolvido, em 1918, pela empresa *Souza Cruz*.

Fundada no Rio de Janeiro em abril de 1903, a *Souza Cruz* é a maior fabricante de cigarros no Brasil. Em 2015, passou a ser a subsidiária brasileira da *British American Tobacco (BAT)*, a maior multinacional do setor com ações negociadas na bolsa, e que detém o controle de 11,8% do mercado global. Atualmente, a *Souza Cruz* é responsável pelo processamento de 30% das folhas de tabaco industrializadas pelo grupo *BAT*.

Ao longo de sua história, foi pioneira no uso de máquinas para enrolar cigarros em papel no país e na implementação do sistema integrado com os agricultores, atualmente em vigor em toda a cadeia produtiva.

Com o objetivo de planejar e garantir a safra, o SIPT foi re-produzido por outras fumageiras. Hoje é o coração da cadeia produtiva do tabaco no Brasil. Por meio dele, milhares de propriedades rurais são arregimentadas com a missão de fornecer o fumo que será processado dentro da indústria.

Em teoria, o agricultor poderia ficar tranquilo em participar dessa parceria. Ao final, venderia tudo o que produziu para a própria empresa que o integrou ao SIPT. No entanto, o acordo o coloca em uma atmosfera de incertezas: é obrigado a contrair uma dívida que é assumida antes mesmo que o primeiro pé de tabaco brote das entranhas da terra.

Os bancos desempenham um papel fundamental nesses acordos. Como explica Amadeu Bonato, em boletim publicado em 2018 pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais:

No momento em que o instrutor da empresa faz o contato com as famílias para assinatura do Contrato Anual de Compra e Venda do Tabaco (formalizando o sistema de integração), o agricultor também assina uma procuração para a Indústria dando-lhe poderes para esta realizar, em nome do agricultor, contratos de financiamento para custeio e para investimento na lavoura do tabaco. Aí, quem faz o contrato de financiamento é a empresa, em nome de cada agricultor, e o valor do financiamento é depositado na conta da empresa. (DESER, 2018)

A pesquisadora Soraya Franzoni Conde estudou a exploração do trabalho infantil na fumicultura catarinense e explica que a empresa atua como mediadora entre o agricultor e o banco. “O banco financia o valor que o agricultor necessita para começar a plantar, mas esse dinheiro nem passa pela conta dele. Vai diretamente para a conta das empresas. O agricultor vê apenas a dívida que ele tem que pagar todos os meses ao banco.”

Aqueles que não pagam a dívida correm o risco de sofrer um arresto, medida preventiva determinada por um juiz que consiste em

‘sequestrar’ os bens do devedor como forma de garantia de pagamento. A ação pode incluir até mesmo o confisco de folhas de fumo.

“A gente assina um monte de papel obrigando vender o fumo para eles. E aí, enquanto não fechar a estimativa de produção anual prevista pela firma, eles não mandam os insumos da próxima colheita”, explica a fumicultora Mara Maus de Menezes, do município gaúcho de Paraíso do Sul. Ela explica que esse é um dos termos do contrato feito com a empresa *China Brasil Tabacos*, instalada em Venâncio Aires (RS), a cerca de 100 quilômetros de onde vive com a família.

Em 2002, a China e o Brasil estabeleceram relações comerciais para a compra de tabaco. De lá para cá a negociação só tem crescido. Em 2014, a subsidiária da estatal *Chinese National Tobacco Company*, que controla a comercialização de cigarros no país asiático, formou com a *Alliance One Brasil* uma *joint venture* para atuar em território nacional: a *China Brasil Tabacos Exportadora (CBT)*.

Atualmente, a *China Brasil Tabacos* possui 13 mil produtores integrados, 90% no Rio Grande do Sul e 10% no Litoral Catarinense. “A empresa fornece os insumos, mas os custos são altíssimos”, afirma a agricultora Mara. “Já aconteceu de a gente comprar adubo e veneno fora da firma. Se vem da firma, não precisa pagar naquela hora, paga em fumo ou em dinheiro, mas paga muito mais caro”, explica ela. “O saco de adubo custa R\$ 100 na firma e fora é R\$ 80. A ureia é a mesma coisa: na firma era R\$ 80 e com outro fornecedor pagamos R\$ 60”, compara. Isso demonstra um processo de especulação feito pelas fumageiras, que lucram também ao vender para seus próprios integrados.

O controle das famílias pelo endividamento

A agricultora Mara de Menezes caminha pelo galpão usado para armazenar o fumo depois de colhido. Pede desculpas pela bagunça na estufa, causada pelo processo de secagem do tabaco realizado no dia anterior, e estende um cabo de maneira em que várias folhas secas estão penduradas. Apontando para elas lamenta: “O produto nunca fica

do agrado das empresas, pois assim pagam menos. Quando a gente faz um fumo pintadinho, que às vezes eles querem, já não é mais isso. Aí pedem outro mais claro, ou mais amarelo, ou mais sapecadinho. Mas nunca é o que a gente tem disponível”.

Em uma relação de poder mantida pelo achatamento do preço do fumo, ano após ano, as multinacionais mantêm, com os agricultores, uma estrita dominação por intermédio de dívidas que as famílias nunca conseguem pagar. O modelo de integração, apregoadado como se o agricultor fosse “empresário de si mesmo”, oculta uma relação desigual, na qual a empresa sempre sai ganhando.

Nesse modelo, o espectro da dívida mantém vivos os vínculos de poder e de controle sobre a vida dos agricultores e de seus filhos, também inseridos no processo produtivo. A dívida, inclusive, é um indutor do trabalho infantil, pois o agricultor prefere levar o filho para a lavoura, ao invés de arcar com mais uma despesa, no caso, a contratação de um assistente.

Para o filósofo esloveno Slavoj Žižek, as relações atuais de trabalho ocultam diferentes estratégias. “Para a maioria das pessoas, ser um ‘empresário de si mesmo’ refere-se à capacidade do indivíduo de lidar com riscos terceirizados sem ter os recursos ou o poder necessário para fazê-lo de maneira adequada.” (ŽIŽEK, 2015). Assim é para o agricultor integrado à cadeia produtiva do fumo. Para ele, a ideologia do empreendedorismo se traduz no gerenciamento de dívidas, na queda de rendimentos e nas doenças causadas por uma cultura agrícola comprovadamente danosa à saúde.

A assistente social Marisa Hartwig estudou as relações de trabalho no Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) em sua tese de doutorado para o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ela afirma que, a partir do momento em que se inicia uma dívida, começa também uma relação de trabalho caracterizada por um processo de servidão por dívida (HARTWIG, 2016).

O agricultor não tem saída a não ser continuar produzindo e tentar, ano a ano, abater dívidas impagáveis. “É uma forma de controle, porque se não entregar a meta que prometeu para a firma, eles não mandam os insumos da próxima”, conta Marisa. “E aí, sem os insumos, não tem como começar uma nova colheita e pagar a dívida anterior”, completa.

Uma vez criada, a bola de neve não para de crescer. “Quando a dívida está alta demais e a empresa não dá mais subsídio, o agricultor fica só com a dívida, sem meios para plantar. Para pagar, vai arrumar dinheiro emprestado ou fazer um novo contrato, na mesma empresa ou em outra, no nome de outro integrante da família”, afirma.

Atualmente, não se sabe ao certo quantas famílias fumicultoras estão endividadas, nem quanto elas devem para as fumageiras, embora ações judiciais tenham tentado levantar essa informação em diversas oportunidades, afirma o pesquisador e jurista Guilherme Eidt, autor do livro “Fumo: Servidão Moderna e Violações de Direitos Humanos”.

“A partir da narrativa de alguns diretores de indústrias, é possível aferir que mais de 70% dos produtores integrados têm alguma dívida com as fumageiras. É efetivamente um processo de ciclo de endividamento, de servidão por dívida, muito parecido com pegar os instrumentos no barracão e dever para o patrão”, diz o pesquisador. “Todo o argumento da indústria do tabaco é assentado em cima da perspectiva de renda e prosperidade. Abrir essa informação desmonta esse pressuposto”, afirma.

O pesquisador acredita, ainda, que as empresas trabalham à base de um endividamento programado. “As indústrias estão cientes do tamanho da dívida de cada produtor para com elas mesmas e arranjam argumentos para piorar a classificação em determinados anos.”

As empresas têm um posicionamento diferente em relação ao nível de endividamento dos pequenos agricultores. As que responderam aos questionamentos enviados para a publicação desta obra sequer men-

cionam as dívidas como um problema a permear a cadeia produtiva.

Alegando “questões de confidencialidade”, a *Philip Morris Brasil* não divulga informações detalhadas sobre dívidas, mas garante que “o percentual de produtores que não cumprem os termos acordados é ínfimo”.

A *Souza Cruz* diz que o endividamento de produtores parceiros não é uma realidade para a empresa. “Em 2018, o índice de inadimplência foi de apenas 0,1%. Inclusive, 75% dos produtores integrados à empresa adquirem seus insumos de forma antecipada, com pagamento com recursos próprios.”

A *Japan Tobacco International (JTI)* compartilhou uma tabela com o número total de produtores parceiros, o número de parceiros com dívidas e o percentual de endividamento entre os anos de 2015 e 2019. Em 2015, o número de produtores com dívidas ao final da safra era de 415. Em 2018, esse número caiu para 175, e a estimativa para 2019 é que 150 produtores terminem a safra com débitos. Em um universo de 11.197 produtores integrados, o número de endividados em 2019 representaria 1,3%. “Cabe destacar que dentre os motivos registrados para a existência desses débitos, o principal é o descumprimento do contrato por parte dos produtores pelo desvio de parte ou a totalidade da sua produção”, afirma a *JTI*.

Para a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), os casos de produtores integrados com dívidas ocorreram até 2010. “Nos últimos anos não tivemos queixas de produtores com problemas desta ordem junto à nossa entidade.” A associação afirma ainda que tomou conhecimento por instituições financeiras e pela imprensa que “houve descaminhos, praticados por algumas entidades, que encaminharam financiamentos aos produtores e os endividaram”, sem esclarecer quais seriam esses descaminhos, sem citar o nome de alguma entidade ou quantos fumicultores foram prejudicados.

A hipótese de que o contrato de integração na cadeia produtiva

do fumo dissimula um modelo de servidão por dívida, como sugerem os pesquisadores entrevistados, é rechaçada pelas empresas do setor.

Para a *JTI*, “a informação não procede de forma alguma”. A multinacional japonesa afirma que o produtor é livre para comprar insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) da forma que desejar, desde que atendam as especificações técnicas exigidas em contrato. De acordo com a empresa, os insumos são vendidos com uma pequena margem de acréscimo, apenas para cobrir custos operacionais, que os EPIs são oferecidos a preço de custo e que o frete do tabaco efetivamente comprado do produtor é arcado integralmente pela multinacional. “A *JTI* notadamente valoriza os produtores para que continuem a plantar para a empresa; não para simplesmente pagar as dívidas contraídas, mas porque este é um negócio vantajoso e lucrativo para eles.”

A *Philip Morris Brasil* enfatiza que o sistema integrado de produção garante aos agricultores previsibilidade de renda, assegurando ao produtor a venda do tabaco ao final da safra e a proteção às flutuações globais de preços. Esclarece também que, mesmo sendo um produtor integrado, o agricultor não possui obrigatoriedade legal de vender a produção exclusivamente para a empresa parceira. “Na abordagem de produção integrada implementada pela empresa, esses contratos são acompanhados de assistência técnica aos agricultores, que apoiam a melhoria de produtividade, qualidade, estímulo à diversificação e, portanto, a melhoria do valor gerado e revertido ao produtor”, enfatiza a *Philip Morris Brasil* em nota.

A empresa *Souza Cruz* não respondeu ao questionamento sobre esta questão.

Baixos níveis de educação formal

Na realidade do campo e entre as dezenas de produtores entrevistados, o cenário é bem diferente do apresentado pelas empresas. As dívidas são apontadas, de forma majoritária, como um dos principais empecilhos para deixar de plantar fumo. Poucos conseguem se livrar da dívida.

Um deles é Wilson Koch, morador da zona rural do município catarinense de Santa Terezinha. Ele abandonou o cultivo após ter quitado o que devia. “O fumo é ilusão. Falam que fulano é rico... É rico de dívida. Tem trator, essas coisas, mas é tudo financiado, está pagando”, afirma o agricultor. Hoje, Koch desaconselha qualquer um a entrar na atividade. Do passado como fumicultor só sente falta dos tempos em que ainda tinha o filho mais velho ao seu lado, morto, segundo ele, contaminado pelas lavouras de fumo.

Outra que não quer saber de ver os filhos em lavouras de fumo é Mara de Menezes, do município gaúcho de Paraíso do Sul. “Não quero o mesmo para os meus filhos”, diz ela, que tem uma filha professora e um filho estudante de engenharia ambiental. “A gente incentivou sempre nossos filhos a estudar. Falo para eles: ‘Não sejam bobos como eu, como o pai. Nós não conseguimos estudar.’”

O professor de Agronomia do campus de Irati do Instituto Federal do Paraná (IFSC), João Luís Dremisch, vê o analfabetismo no campo como um dos mecanismos de domínio econômico sob os fumicultores. Uma educação voltada para a diversificação no campo, defende ele, apresenta aos alunos e à população local a realidade de outros municípios, como aqueles em que os agricultores optaram por não trabalhar com a fumicultura.

“Existe um consenso na região, repetido inclusive por algumas autoridades, de que o fumo é a única alternativa. E não é”, afirma Dremisch. “Há outras opções, mas precisamos de estrutura, conhecimento e condições para que elas possam se desenvolver.”

Três índices compõem um retrato da pobreza e da desigualdade da região produtora de tabaco. O primeiro é a escolaridade: nove em cada dez fumicultores não chegam ao ensino médio. O segundo é a condição de vida: somente a metade dos agricultores de fumo mora em casas de alvenaria. O terceiro é o acesso ao saneamento básico: esgoto e coleta de lixo não chegam até a maioria das propriedades. Os dados foram compilados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA, 2018).

Outras entidades ligadas à indústria apresentam dados mais otimistas. É o caso do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), que representa as cinco multinacionais que atuam no setor no Brasil: *Souza Cruz*, *Philip Morris International*, *Alliance One*, *Universal Leaf Tabacos* e *Japan Tobacco International (JTI)*; e oito fumageiras de porte menor. A entidade contrata consultorias privadas e equipes de pesquisa de instituições públicas para realizar estudos sobre o setor.

Alguns dos dados mais usados em peças publicitárias do SindiTabaco foram gerados em 2016, no Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A pesquisa, financiada pela entidade, analisou a condição socioeconômica de 1.145 produtores de tabaco, em um universo de 91.330 produtores. As entrevistas foram realizadas entre 29 de agosto e 16 de setembro de 2016, em 15 das 21 microrregiões produtoras de tabaco (CEPA, 2016).

Os resultados mostraram que 64,4% dos fumicultores moram em casas de alvenaria, 55,9% com três dormitórios, e que o número de famílias com fogão, refrigerador, lavadora de roupa, ferro de passar e televisão é de quase 100%. O número de adultos na propriedade é de 2,57 adultos, em média. “É possível constatar que o acesso à energia elétrica, associado com uma boa renda, permite aos produtores de tabaco da Região Sul do Brasil o acesso a uma gama de produtos de conforto doméstico”, afirmam os pesquisadores.

O estudo conclui, também, que o rendimento bruto mensal familiar dos fumicultores nos três estados é de R\$ 4.601,65. Sendo que no Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, o valor é menor em relação ao Paraná e Santa Catarina, chegando a R\$ 4.124,74 por mês. Estima-se ainda que o valor bruto mensal pago a cada trabalhador do fumo é de R\$ 1.790,42. A pesquisa concluiu que 90% dos entrevistados estão satisfeitos na atividade agrícola e 85% pretendem continuar plantando.

O estudo vai de encontro ao que dizem diversos pesquisado-

res, dentre eles Christianne Belinzoni de Carvalho, que há três décadas estuda a cadeia produtiva do fumo. “O agricultor, assim como quem fuma, precisa de ajuda. Os dois têm uma dependência terrível. Nenhum fumicultor planta porque gosta. Eles plantam fumo porque não veem alternativa de produzir outra coisa”, afirma a pesquisadora.

Desde quando começou a pesquisar o tema, Christianne alerta para a relação de dependência do agricultor para com as fumageiras (CARVALHO, 2006) e para o controle dessas famílias por intermédio de dívidas impagáveis. “Em algumas propriedades, os agricultores do fumo trabalham de graça”, diz.

Para chegar a essas afirmações, Carvalho levantou o número de horas trabalhadas por cada membro de uma família durante todo o ciclo de produção. Com esse levantamento, descobriu, por exemplo, que o custo de produção, para o agricultor, é até três vezes maior do que o custo calculado pela Afubra.

O estudo mostrou que diversos itens não são calculados na relação entre renda e jornada de trabalho. “Caso fossem calculados, demonstraria que o fumo não é lucrativo para o produtor”, explica a pesquisadora. Ela concluiu que o valor estabelecido pela Afubra não considerava como gastos de produção despesas determinantes como mão de obra, manutenção de máquinas e custo da terra.

Além disso, a Associação subestimava os valores necessários para adquirir suprimentos agrícolas, que eram 242% maiores. O custo da mão de obra também estava subestimado e representava 66,8% a mais do que os cálculos oficiais. Segundo a pesquisadora, na correlação entre o preço obtido pelo fumo e os custos de produção, o fumicultor paga para trabalhar. “Não é uma relação comercial entre agricultores e fumageiras. O fumicultor é um empregado das indústrias, mas sem nenhum direito. Ele não sabe quanto ganha e não sabe quanto deve. Só sabe que tem que trabalhar e se esforçar cada vez mais. É só isso que ele sabe”, avalia a pesquisadora.

Em 2012, a pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Carla Weiss, chegou a conclusões bem parecidas. Ela demonstrou que cada trabalhador, membro de uma família fumicultora, ganhava menos de um salário mínimo por mês. Para chegar a este valor, selecionou os 30 maiores municípios produtores de tabaco estilo *Virgínia* do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na região selecionada para o estudo, que concentra 69 mil famílias produtoras, a média de hectares plantados é 2,09. O rendimento médio era de 2.288,87 kg/hectare e o valor médio recebido por quilo era de R\$ 6,35. A receita média por família fumicultora era de R\$ 30.432.

As despesas, no entanto, eram 0,03% maiores. Dessa forma, o resultado líquido do exercício analisado foi R\$ -10,27. O retorno da mão de obra familiar mensal era aproximadamente R\$ 11.068,34. Somado ao exercício, o valor indica que cada pessoa da família envolvida na atividade da fumicultura recebeu R\$ 406 por mês. À época, o salário mínimo era R\$ 622.

Outro estudo, feito em 2017, concluiu que de cada R\$ 100 pagos por quilo de tabaco, apenas R\$ 6 ficaram com a família produtora (DA SILVA, 2017). Na propriedade escolhida, os gastos com mão de obra eram de R\$ 10 por dia, para oito horas trabalhadas. Com uma carga horária de 44 horas por mês, cada fumicultor tiraria, em média, R\$ 440. O salário mínimo vigente à época era R\$ 937.

Além da Afubra, outra entidade que reproduz o discurso de prosperidade das fumageiras é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venâncio Aires, fundado em 1970. A sede fica localizada no centro da cidade, distante dos bolsões de pobreza das áreas rurais. É filiado, em nível federal, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Na região, atua principalmente no fumo.

“Algumas vezes” o sindicato assume postura combativa frente às empresas, afirmam o vice-presidente Gilmar Oliveira e o tesoureiro Elemar Walker. Eles relembram uma manifestação a favor do aumento

no valor pago pelo fumo, mas concordam que “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”.

Ainda assim, o discurso das lideranças sindicais revela um alinhamento com a propaganda das empresas. “No Vale do Rio Pardo, o fumo e a aposentadoria rural são as bases do orçamento”; “O tabaco oferece vida digna para quase 200 mil famílias, só diretamente”; “O fumo faz mal, mas tudo faz mal”; e “Se o colono não aprender a trabalhar com fumo ainda jovem, como vai aprender? Quem vai querer continuar produzindo fumo?”, foram alguns dos argumentos apresentados para amenizar os danos sociais causados pela produção de tabaco na região, inclusive a justificativa de existência de trabalho infantil nas lavouras.

Vicente Fin, diretor da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, utiliza uma analogia para explicar as diferentes realidades dentro de uma mesma cultura: “Quando você joga uma pedra na água, existem as ondas mais próximas do centro, que estão mais fortes, e as mais distantes, que ficam mais fracas. Na cadeia produtiva do fumo, as fumageiras são as pedras e os municípios em torno delas são as ondas mais fortes”, compara.

“Municípios centrais, como Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, e Canoinhas, em Santa Catarina, possuem, de modo geral, bons indicadores socioeconômicos. Mas quanto mais se ruma para o interior, mais o cenário se modifica. Fora do centro gravitacional em torno das empresas, a situação é desastrosa.” Para Vicente, o exemplo funciona, até mesmo, dentro de uma única cidade. Fumicultores que moram em áreas rurais têm condições de vida ainda piores do que aqueles que residem em áreas urbanas do mesmo município.

Uma vez por mês, uma parceria entre a Emater e a assistência social do município de Venâncio Aires organiza encontros entre os fumicultores da região. Eles são em maioria pobres, afirma Vicente Fin. “Se pensarmos que 20% dos fumicultores têm vida boa e 80% não, podemos dizer que ali estão concentrados os 80%”, diz. O quórum

das reuniões costuma ser alto, exceto em período de colheita, quando muitos agricultores precisam faltar porque não podem perder um dia de trabalho nem contratar diaristas para substituí-los.

Desenvolvimento humano abaixo da média

Em detrimento da defesa da atividade feita por representações sindicais e empresas do setor, dados dos municípios produtores apontam para a vulnerabilidade dos fumicultores. Nove das dez cidades que mais produzem tabaco no Brasil têm indicadores socioeconômicos abaixo da média do nacional. Se formos olhar para a média estadual, todas as 10 cidades têm o IDH abaixo das médias dos estados onde estão localizadas.

Em Irati (PR), Rio Azul (PR), Prudentópolis (PR), São João do Triunfo (PR), Itaiópolis (SC), Venâncio Aires (RS), Arroio do Tigre (RS), Vale do Sol (RS) e Candelária (RS), as maiores desigualdades estão nos dados que indicam vulnerabilidade à pobreza – o dobro da média nacional – e renda per capita cerca 30% menor que a do resto do país, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2013, o mais recente.

A única exceção é Santa Cruz do Sul, principal reduto das fumageiras, mas que não é uma grande produtora de folhas de fumo. Lá, a renda *per capita* média era de R\$ 1.036 em 2010, ano do último censo demográfico. O valor está 30% acima da média nacional. Nesta localidade, trabalho infantil, pobreza e analfabetismo são mais raros do que no restante do país.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHm) dos dez maiores produtores de fumo do Brasil

BRASIL	0,749	
---------------	--------------	--

PARANÁ	0,749	Alto
São João do Triunfo	0,629	Médio
Rio Azul	0,687	Médio

SANTA CATARINA	0,774	Alto
Canoinhas	0,757	Alto
Itaiópolis	0,708	Alto

RIO GRANDE DO SUL	0,746	Alto
Venâncio Aires	0,712	Alto
Candelária	0,674	Médio
Arroio do Tigre	0,707	Alto
Canguçu	0,650	Médio
Camaquã	0,697	Médio
São Lourenço do Sul	0,687	Médio

Fonte: PNUD/2018

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013

O fato de a qualidade de vida em Santa Cruz do Sul destoar em relação aos demais municípios produtores contradiz o discurso de que a produção de tabaco permite ganhos igualitários ao conjunto das famílias produtoras. Em Santa Cruz do Sul estão instaladas fábricas da *Philip Morris Brasil*, da *Japan Tobacco International (JTI)* e da *Universal Leaf Tabacos Brasil*.

A *Philip Morris International* é a maior empresa privada de tabaco do mundo, com o controle de 14,1% do mercado global e a segunda maior fabricante de cigarros do Brasil. Ela não divulga o número específico de fumicultores integrados no país, apenas dados

gerais: mais de 350 mil agricultores fornecedores de tabaco em 28 países. De acordo com informações apuradas pelo jornal *Valor Econômico*, em 2016, possui 1,6 mil funcionários na fábrica da companhia e 8 mil produtores integrados.

A *Japan Tobacco International* inaugurou, em 2018, sua primeira fábrica de cigarros na América Latina, no município de Santa Cruz do Sul. Antes disso, as atividades da companhia no país estavam concentradas na compra e processamento da folha do tabaco. Atualmente, a empresa, criada em 1999, é uma das maiores fabricantes de cigarros do mundo. No Brasil, a *JTI* possui contratos de fornecimento com mais de 11 mil fumicultores.

A *Universal Leaf Tabacos Brasil* é a subsidiária brasileira da *Universal Corporation*, maior fornecedora de folhas de tabaco do mundo. Na cadeia produtiva do fumo há empresas que atuam exclusivamente na etapa do processamento. Elas compram, beneficiam, armazenam e distribuem o tabaco para fabricantes de cigarros de todo o mundo. A companhia, que começou a atuar no país em 1970, afirma ser responsável pela venda e processamento de 15% a 25% da produção anual de tabacos do tipo *Virgínia* e *Burley* no Brasil.

A perda de autonomia dos produtores de fumo

As famílias que orbitam a uma distância maior das fumageiras também acabam por aderir ao cultivo do tabaco. Com investimento em propaganda, as empresas disseminam o discurso de que o fumo dá mais dinheiro do que as outras culturas. Como a diversificação representa um desafio maior, devido ao pequeno tamanho das propriedades, muitos agricultores optam pela monocultura.

As empresas do setor garantem os insumos necessários de todas as etapas de produção e buscam o fumo selecionado na propriedade do produtor integrado. Para a assistente social Marisa Hartwig, toda essa comodidade tem um preço: agricultores endividados, dependentes das empresas, contaminados por agrotóxicos e adoecidos pela nicotina

das folhas de fumo.

“As empresas fazem um trabalho muito bem feito. A equipe é qualificada, e várias pessoas que atuam nesse processo no campo são conhecidas dos agricultores. Isso cria uma aproximação mais direta, pois eles acabam se reconhecendo”, afirma Hartwig. Geralmente, filhos de colonos conhecidos na região são contratados e treinados pelas empresas para prestar assistência técnica nas roças de fumo, vistoriando o plantio e verificando as condições de trabalho.

Hartwig alerta que, ao assinar o contrato com as fumageiras, o agricultor não tem mais autonomia dentro de sua própria terra, perdendo totalmente o controle do processo de trabalho. A empresa passa a determinar o dia do plantio, o momento da colheita, o horário da entrega, e assim por diante, como se a indústria se instalasse em cada propriedade. “De início, parece muito simples. Tudo vai chegar até o fumicultor para que ele possa executar o serviço, sendo cobrado somente na entrega do produto. Mas no meio disso há todo um enredo que ele só começa a se dar conta quando recebe a primeira cobrança e nota que não é tão rentável assim”, afirma Hartwig.

É o que a fumicultora Mara Maus de Menezes e o marido Nelson notam quando chega o momento de entregar a matéria-prima do cigarro na *China Brasil Tabacos*, empresa à qual são integrados. O valor que o casal estipula para o produto que cultiva raramente bate com o preço calculado na indústria. “Para nós esse fumo é bom”, diz ela. “Você classifica em casa, como eles querem. Às vezes, você acha que vai dar [para o fumo ser bem qualificado], mas eles empurram o fumo para uma classe inferior. Esse é o descontentamento do pessoal”, explica. “O que você vai fazer? A gente sempre tenta negociar com o classificador, às vezes até entra em acordo, mas não é sempre.”

Atravessadores: os “picaretas”

Se a empresa oferece menos que o esperado pelo fumo, há duas saídas. Uma é fazer a negociação mesmo assim e arcar com o prejuízo. De acordo com os representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Venâncio Aires, os agricultores, em geral, podem vender para mais de uma fumageira, mas de 60% a 70% da produção tem que ir para a empresa principal. A outra é levar o tabaco de volta para casa e comercializá-lo com atravessadores.

Conhecidos nas regiões produtoras como “picaretas”, eles não realizam, a princípio, nenhuma atividade irregular. São, na prática, comerciantes livres que vivem de comprar matéria-prima desvalorizada e revendê-la no futuro, num momento em que o preço voltar a subir.

Geralmente eles aparecem nos momentos críticos do processo produtivo, quando há descompasso entre oferta e demanda – em superafrafas, por exemplo. Nessas ocasiões, é comum que fumicultores e fumageiras não cheguem a um acordo sobre a qualidade e o preço das arrobas de fumo.

Atravessadores compram, muitas vezes, sem nota fiscal. Alguns começam a trabalhar em dezembro, aproveitando que os fumicultores ainda não receberam o pagamento da safra e precisam de dinheiro para as festividades de fim de ano. Feita a negociação, esses compradores tomam a frente e comercializam com as fumageiras o tabaco que elas haviam preterido até então.

Um fornecedor garantido para os atravessadores na zona rural de Venâncio Aires (RS) é Maciel Antônio de Carvalho, dono de uma propriedade íngreme e de uma casa muito simples, na Linha do Cipó. Após ter se submetido durante anos a um contrato do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), o agricultor conta que consegue viver melhor trabalhando como produtor independente. “Consegui minha carta de alforria.”

O agricultor não pensa duas vezes ao usar o termo “escravo” para se referir ao período em que era integrado a uma das fumageiras

da região. Sem terra própria, Maciel trabalhava como meeiro e revertia, ainda, uma porcentagem da sua produção aos donos da propriedade.

“Desde que me entendo por gente, eu sempre precisei pagar a terra que usei. Agora que consegui comprar uma para nós, a gente consegue se libertar desse domínio da empresa, que controla todas as etapas do ciclo produtivo”, explica.

Ele argumenta que as fumageiras se aproveitam da impotência dos fumicultores em iniciar novos plantios. “O governo e as empresas falam que podemos produzir outras culturas, mas isso é opção para quem está num escritório, não pra gente que vive na roça”, critica Maciel, apontando limitações e falta de condições reais para a diversificação.

Uma das limitações vem do fato de as propriedades familiares serem pequenas e de outros cultivos não terem mercado consumidor garantido, em contraposição ao que ocorre com o fumo, que, seja por meio dos fumicultores ou dos atravessadores, chegará de algum jeito até a indústria. “Como não temos condições, somos obrigados a baixar a cabeça e seguir o rebanho, um atrás do outro, e a firma de fumo na frente, fazendo com a gente o que bem quiser”, desabafa o fumicultor.

Maciel denuncia que as empresas forcem uma situação para que os fumicultores familiares aceitem vender o tabaco a um preço baixo. Nos primeiros meses do ano, explica ele, a oferta feita pelo fumo é menor do que a oferecida até dezembro. Os produtores aceitam o novo valor porque têm até março, quando inicia a nova safra, para quitar os insumos que adquiriram com a empresa. “Quando passa março, eles pagam melhor. E aí sabe quem ainda tem fumo, que não precisou vender antes? Só os produtores grandes e os atravessadores.”

Revoltado com as condições contratuais estabelecidas pelo SIPT, Maciel cogitou entrar na justiça. Ao saber da decisão, o instrutor da empresa o aconselhou a ler o documento que firmou a relação de integração com a fumageira. “O contrato deles ninguém lê”, assume o agricultor, que aceitou a sugestão do técnico agrícola. “Eu li e desisti.

Não adiantava. Eu não tinha direito a nada, de reclamar do preço, nada. Só faltava dizer que minha alma era deles.”

A decisão de Maciel em trabalhar de forma independente não eliminou alguns riscos da produção de fumo. Sem dinheiro para contratar um ajudante, ele leva o filho de 16 anos para aplicar agrotóxico na lavoura. Nenhum dos dois usa equipamentos de proteção.

Apesar de continuar em uma situação de vulnerabilidade econômica, sair do sistema integrado de produção permitiu ao agricultor uma margem maior na hora da classificação do tabaco. Para Maciel, a negociação que ocorre dentro das indústrias “é totalmente figurativa”.

Ele revela que a empresa estabelece previamente uma média, independente da qualidade do produto. “Se tem um fumo melhor, eles compram por um pouco menos; se for ruim, pagam um pouco melhor, para segurar essa média”, explica, frustrado com o fato de o tabaco já estar tabelado antes mesmo de ser avaliado na indústria.

Mesmo vivendo a quilômetros de distância um do outro, tanto Mara quanto Maciel comentam sobre um mesmo aspecto da produção de fumo no SIPT. Eles e outros pequenos produtores tiveram arrecadação abaixo da estimada no início da safra.

Quando isso ocorre, outra artimanha que estrutura o SIPT é acionada: a de colocar a culpa pelo resultado ruim na falta de esforço do produtor rural. Apesar de diversos agricultores, em diferentes localidades, passarem pela mesma situação, a compreensão geral vigente é a de que o problema está no indivíduo.

O casal de fumicultores Mara e Nelson trabalha na própria terra. De acordo com representantes do Sindicato Rural de Venâncio Aires, um casal sozinho consegue produzir de 30 mil a 35 mil pés de fumo, o equivalente a 6 hectares. Eles calculam que cada hectare rende R\$ 15.500. A estimativa assemelha-se com a da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), segundo a qual cada produtor alcança, em média, renda bruta de R\$ 100 mil por ano.

Criada na década de 1950 com objetivo de conquistar melhores preços para o tabaco, estabilizar o mercado e criar um seguro contra grando, a Afubra é mais uma entre as entidades que defendem o setor, mesmo quando isso representa contrariar os interesses dos próprios agricultores. Atualmente, a Associação se destaca por seu seguro de mutualidade, que protege safras em caso de imprevistos causados por fenômenos naturais.

Chamado de Sistema Mutualista, o serviço é oferecido aos associados quando há perdas da produção por condições climáticas, reconstrução de estufas em caso de incêndios e auxílio funeral. Nesse sistema os fumicultores devem pagar uma contribuição para inscrição das lavouras de tabaco no seguro. Na safra 2015/2016 foram pagos R\$ 121,7 milhões por danos em lavouras e R\$ 4,2 milhões para a reconstrução de estufas, além de R\$ 5,7 milhões em auxílio funeral.

O que poderia soar como um alívio para os fumicultores, na realidade prioriza os interesses das empresas do setor, evitando que elas tenham prejuízos. Quando acontece um evento climático, a Afubra cobre primeiramente a dívida que o produtor rural tem com a fumageira. Ou seja, há situações em que além de perder a produção, o agricultor fica ainda sem dinheiro para passar o restante do ano.

Não é por catástrofe natural que Mara e Nelson estão endividados. Assim como ocorre com outros pequenos produtores, os R\$ 100 mil por ano, estimados pela Afubra, não ficam com o casal. O valor se esvai à medida que as obrigações financeiras adquiridas com o SIPT vão sendo cumpridas.

É necessário comprar sementes, adubos e defensivos agrícolas da empresa. Também é obrigatório, de tempos em tempos, modernizar máquinas e equipamentos e pagar diaristas para ajudar na colheita. Na maioria das vezes ainda é preciso quitar parcelas de dívidas contraídas em safras anteriores, com a própria fumageira que contratou o fumicultor.

A empresa paga pelo produto que é entregue, sem considerar o que o fumicultor e sua família tiveram que passar para conseguir cum-

prir a meta de produtividade estipulada no contrato de integração. Há gastos não contabilizados pelos segmentos que defendem a prosperidade do setor, avalia a pesquisadora Soraya Conde.

“Nesse sistema, se o agricultor vai trabalhar de manhã, de tarde ou de noite, não importa, porque a empresa se exime da responsabilidade”, explica Conde. “O fumo exige esse trabalho dia e noite e, se a empresa fosse pagar dentro do estabelecido pela legislação, os encargos trabalhistas seriam muito altos.”

Para o agrônomo João Luís, professor do campus de Irati do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), há uma crença na Região Sul do país de que o fumo é mais lucrativo que outras culturas agrícolas. “Se colocar na ponta do lápis, nós teríamos condições de responder, com toda a certeza, que ao final da contabilidade de um ano de fumo, dividindo entre as pessoas que trabalham, é uma atividade como qualquer outra”, pontua Luís.

Para o professor, é preciso que os agricultores entendam que a dependência com as fumageiras não é a única opção disponível. “A produção de tabaco não se diferencia na questão econômica. E outros pontos não estão sendo contabilizados, como a saúde, a degradação da terra e do meio ambiente, a quantidade de uso de adubos químicos e agrotóxicos, a perda cultural das famílias, que ficam sem tempo para se relacionar nas comunidades. Tudo isso vai se perdendo por conta da onerosidade do trabalho.”

No entanto, para Mara, parece não haver vida fora do tabaco. Desde os nove anos trabalhando no campo, ela acredita que em uma pequena propriedade o fumo é o cultivo com melhor custo-benefício. “Até comentamos, uma vez, de parar, mas é uma coisa a longo prazo. Para plantar outra cultura, como a soja, a gente não tem os equipamentos necessários. Pelo menos com o fumo temos tudo”, justifica.

Mesmo que Mara tivesse destinado mais horas de trabalho na estufa e que Nelson aumentasse o tempo de estada na lavoura, ainda

assim não seria suficiente para aumentar os ganhos. Ao final, as empresas determinam a remuneração com base em fatores alheios à quantidade de esforço das famílias fumicultoras.

Em síntese, o sistema integrado de produção cria um ambiente de instabilidade para o trabalhador do campo. Apesar de tanto as fumageiras quanto os agricultores estarem suscetíveis às oscilações do mercado, às intempéries naturais e aos demais imprevistos que põem por terra expectativas e projeções criadas no início do cultivo, quem paga os riscos da atividade são as pessoas que estão na base da cadeia produtiva. Trabalhadores que não ganham pelo trabalho que fazem, mas pelo produto que entregam.

Morte no campo

“Nossa experiência com fumo foi uma das piores. Não quero que família nenhuma passe o que nós passamos”, lembra o agricultor Wilson Koch, sentado à frente de sua casa, localizada no assentamento do Morro do Taió, em Santa Terezinha, município catarinense de 8 mil habitantes.

Wilson subiu o Morro do Taió pela primeira vez há 19 anos. Na época trabalhava roçando mato para vizinhos e precisava de uma serra especial, à venda no assentamento. Lá se encantou e reviveu o antigo sonho de ter um pedaço de terra. Trocou a casa que mantinha na cidade e tudo mais o que lhe pertencia – moto, TV, trator, cavalo – por uma propriedade próxima à que hoje reside.

A família cresceu e fincou raízes no assentamento. Todos os filhos do casal, com exceção da mais velha, nasceram no Morro. Entre eles estava Pedro*, que com frequência ajudava o pai na lida do campo. À época, a família vivia quase exclusivamente da produção de tabaco.

Era um dia como qualquer outro. Wilson e Pedro*, então com 14 anos, trabalhavam na lavoura quando o menino reclamou de dor de cabeça. “Mandei-o ir embora, falei para ele cozinhar no lugar da irmã

e mandá-la para cá”, conta Wilson. “Eu achava que era só uma dor.”

Pedro* obedeceu. Foi para casa, preparou um chá de boldo, aproveitou para descansar. Mas nada de melhora. No dia seguinte, foi levado ao médico, onde recebeu diagnóstico de sinusite. Passou sexta e sábado se medicando. No domingo, a esposa de Wilson fez sorvete para a família. “Toda vida ele gostava de sorvete, e naquele dia não tomou”, relembra o pai. Era, afirma, um sinal.

A dor de cabeça piorava a cada hora. Na segunda-feira, Pedro* foi levado a um posto de saúde. O médico orientou: “Leve este rapaz direto ao hospital de Rio do Sul, porque corre o risco de não ter tempo de chegar vivo lá”. O rapaz escutou. Assustado, olhou para o lado e perguntou: “Mãe, vou morrer?”.

A voz de Wilson falha e as frases começam a ficar mais espaçadas. “Minha esposa respondeu ‘não, o médico está brincando’”, relembra. Pedro* foi a pé até o município vizinho, buscando atendimento. “Numa segunda-feira ele foi para lá, e na quinta voltou dentro de um caixão.”

O agricultor se mantém firme enquanto afirma não restarem dúvidas sobre a causa da morte do filho. “Foi o veneno do fumo. Dois dias antes da dor de cabeça, eu tinha aplicado agrotóxico na lavoura”, conta. “Disseram que foi a tal ‘seca da taquara’³, mas tenho certeza que não foi.”

Enlutada e sem respostas, a família passou cinco anos sem plantar tabaco. “Mas produzir fumo parece um vício”, afirma Wilson. Acabaram voltando para o cultivo. Menos de um ano depois, o filho mais novo da família, à época com 14 anos, foi ajudar o pai na roça. Teve os mesmos sintomas que o irmão.

³ A “seca da taquara”, também conhecida como “ratada”, é um fenômeno natural que ocorre uma vez a cada 30 anos, quando a planta (um tipo de bambu nativo) produz mais sementes do que o normal, gerando superpopulação de ratos que, por sua vez, podem transmitir doenças como hantavirose.

“Quem não é colono não consegue entender: não pode colocar criança no fumo, mas quando tu precisas colocar, tu precisas”, diz Wilson. Ele lembra o momento em que chegou ao posto de saúde com o segundo filho doente. “A médica me disse: ‘Ô pai, tu amas teu filho? Se ama, nunca mais leve ele para a roça de fumo. Pode ser que da próxima vez ele não consiga chegar vivo até aqui.’”

Wilson levou a sério. Destruuiu sua estufa de fumo. “Eu arre-bentei, quebrei tudo mesmo, para ter certeza de que ali eu nunca mais ia plantar tabaco”, conta.

Hoje ele se indigna ao perceber a falta de preocupação para com os agrotóxicos, vinda de seus amigos, familiares e conhecidos. “Esses dias passei em uma lavoura e vi todo mundo trabalhando de olho vermelho, parecendo drogado.”

“Perguntei o que tinha acontecido e me contaram que estavam tomando um remédio para parar o enjoo e continuar trabalhando.” A medicação utilizada pelos vizinhos de Wilson é uma espécie de Plasil, que pode ser adquirida sem receita em farmácias.

No momento, Wilson vive da venda de sementes missioneiras. Com os olhos firmes, mas distantes, afirma que hoje a vida é boa. Pensa um pouco, muda de ideia. “É, mais ou menos.”

Este capítulo aborda os casos de trabalho infantil identificados em diversas etapas da produção de fumo. As atividades realizadas por crianças e adolescentes no campo são de conhecimento das empresas, das autoridades, da comunidade do entorno e dos próprios pais. Essa prática ainda persiste, apesar dos esforços despendidos nos últimos anos para erradicação do trabalho infantil.

3. PODAR

A erradicação do trabalho infantil ainda é um estágio civilizatório a ser alcançado na cadeia produtiva do fumo. Diversos flagrantes de menores de idade aplicando agrotóxicos, colhendo folhas de tabaco ou montando fardos de fumo foram encontrados durante a produção deste livro, nos três estados do Sul do país.

Nas regiões fumicultoras, a atividade feita por crianças e adolescentes no campo é marcada por contradições. Se por um lado alguns pais ainda enxergam no trabalho infantil uma forma de moldar o caráter do indivíduo, por outro lado professores se deparam com estudantes cansados e doentes, empenhados em ajudar a família a superar as dívidas e alcançar a cota de produtividade imposta pelas empresas fumageiras.

Trabalho infantil na lavoura

Em algumas famílias, quando entra dezembro e o estridente sinal sonoro anuncia a chegada das férias, a garotada sai em disparada até o portão da escola, extasiada com os dias de ócio que virão: horas a mais de sono, televisão, videogame e internet, planos de viagens e passeios, e uma mistura de sentimentos, que oscilam entre diversão e tédio. Os jovens que estão terminando o ensino médio provavelmente virarão o ano também a estudar para vestibulares e processos seletivos em universidades, disputando o ingresso na concorrida e privilegiada graduação acadêmica.

Nesse mesmo período, questões de outra natureza ocupam a mente de quem cresce dentro de uma propriedade fumicultora. No campo, o período de férias é momento em que os jovens aproveitam o tempo fora da escola para destinar mais horas às atividades ligadas à produção de tabaco da família ou a serviço de empreiteiros de mão de obra contratados por grandes e médios produtores rurais.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) coloca as atividades realizadas na agricultura como integrantes da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TPI) devido aos riscos à saúde, ao desenvolvimento e à moral das crianças e adolescentes. Estima-se que há 168 milhões de meninos e meninas, de 5 a 17 anos, em situação de trabalho no mundo – o equivalente a 11% de todas as pessoas da mesma faixa etária, sendo que a maior fatia delas, 59%, desempenha funções no campo (REDE PETECA, 2017).

Cada país possui regras próprias para definir o que é trabalho

infantil. No geral, tudo aquilo que priva crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental é considerado trabalho infantil. No Brasil, há restrições referentes à idade e ao tipo de atividade realizada pelo jovem.

A partir dos 14 anos é permitido desenvolver atividades na condição de aprendiz. O trabalho, em geral, pode ser feito dos 16 anos em diante, a não ser que seja no período noturno, perigoso ou insalubre. Nesses casos e nas atividades que estão na Lista TPI – proposta pela OIT e regulamentada no Brasil em 2008 – o trabalho é proibido aos menores de 18 anos.

Os dados referentes ao trabalho infantil apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tiveram uma mudança significativa. Em 2015, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto apontou que 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhavam em todo o território nacional. No ano seguinte, o mesmo instituto afirmou que os dados de 2016 apontavam que 1,8 milhão de meninos e meninas, com a mesma faixa etária anterior, trabalhavam em atividades proibidas pela legislação.

A resposta institucional para tamanha diferença foi justificada pela mudança na metodologia de contabilização dos dados. No entanto, especialistas na área compreendem a discrepância nos números como uma tentativa de mascarar a realidade brasileira (REDE PETECA, 2017).

Baixa escolaridade entre fumicultores

O trabalho infantil é frequente em toda a região produtora de tabaco, salvo raras exceções. Ocorre, principalmente, nos municípios distantes dos centros de beneficiamento. Em 2013, segundo o último Atlas Brasil, plataforma que reúne indicadores sociais de desenvolvimento humano, quase metade das crianças de 10 a 14 anos da cidade gaúcha de Arroio do Tigre exercia algum tipo de trabalho. Em Rio Azul, no Paraná, 52,22% dos adolescentes de 15 a 17 anos tinham alguma ocupação profissional.

A baixa escolaridade dos pais – um dos fatores desencadeadores do trabalho infantil – é regra na cadeia produtiva do fumo. No Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, 90% dos fumicultores não conseguem terminar o ensino fundamental, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Dentre eles, somente 6% concluem o fundamental e apenas 2,1% terminam o ensino médio.

Há 25 anos, Márcia Fusinato tentava conciliar os estudos com os afazeres no campo. De família de agricultores, ela lembra que não havia ensino médio na cidade catarinense de José Boiteux durante a década de 1980. A opção, para as famílias que possuíam recursos financeiros, era viajar até uma cidade vizinha e lá cursar magistério, científico, geral ou contabilidade.

Fusinato não teve a mesma sorte que dois irmãos que conseguiram estudar em um colégio particular tradicional em Blumenau, maior cidade da região, e frequentou uma escola pública em Presidente Getúlio, a 17 quilômetros de lá. Nos três anos do ensino médio, ajudava o pai na lavoura e depois ia à escola. A família plantava fumo e Márcia lembra vividamente da “la maschera” (a máscara), apelido que seu pai dava ao veneno seco Fermatti, perigoso e, por isso, aplicável apenas com proteção.

Depois de cursar magistério, Márcia Fusinato terminou a graduação em geografia no início dos anos 2000 e virou o que ela chama de “professor *Bombrik*: mil e uma utilidades”. Ensinava, além da especialidade, história, filosofia e sociologia. Durante anos trabalhou diretamente com adolescentes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio.

Com os olhos atentos de quem pertence à realidade do fumo, percebia, no dia a dia, os impactos do cultivo na formação dos seus alunos. “Eu sei porque eu também fiz tudo isso. Em uma roça de fumo, desde preparar a terra, tem muito trabalho. Alguns têm maquinário, outros não. Salitrar o fumo, por exemplo, é sair andando no meio da lavoura e jogar um pouco do salitre em cada pé. São quilômetros sem

fim, carregando a máquina de pulverizador, às vezes são 30 litros nas costas”, afirma a professora.

Quando o trabalho não acontece na roça, está nos galpões onde se fazem manilhas de fumo e se enfardam as folhas. “O trabalho do adolescente, mesmo que discretamente, vai desde o preparo da terra até a entrega do fumo para a fumageira”, explica Fusinato.

Como consequência, diz, os alunos chegam à escola exaustos. “Tinha estudante que chegava às 7h cansado. Às vezes já tinha trabalhado antes de vir”, conta. À tarde e à noite, o cenário era pior. “Eles tinham salitrado o fumo ou adubado terra. Eu passava brincando e dizendo ‘te ajuda aqui um pouco’, mas sabia que eles estavam cansados porque tinham trabalhado de manhã”, conta.

Durante toda sua vida profissional, Márcia viu a escola em que trabalhava tentando implantar o ensino em tempo integral. Ela afirma que o sistema funcionou por alguns anos, mas só conseguiu formar uma turma pequena. “As turmas iam se exterminando, porque no fim este é um projeto de ensino que funciona para as cidades, mas não para o campo. Na cidade o adolescente fica na rua, não tem o que fazer, mas no campo ele é necessário para ajudar em casa.”

Márcia Fusinato lembra que o pai, assim como os pais dos seus alunos, costuma dizer que “o filho tem que ajudar, porque senão a gente descapitaliza. Se não aproveita mão de obra familiar, o fumo não vai para frente”. Para carregar uma estufa de fumo, afirma, são necessárias cinco ou seis pessoas trabalhando um dia inteiro. “Dependendo da condição, eles não conseguem pagar todos esses diaristas. É um serviço pesado, caro para quem paga e pouco para quem ganha. A solução é encaixar os filhos.”

Quando era adolescente e trabalhava no fumo, Márcia tinha vergonha das mãos calejadas de agricultora. Escrevia com uma mão na frente da outra para esconder as marcas e vê seus alunos repetindo o gesto. “É vergonha ser colono quando o outro não é. Às vezes, acon-

tece o contrário e o estudante colono ataca, dizendo: ‘Se eu não planto, tu não janta?’”

Há uma relação direta entre a alienação econômica gerada pelas fumageiras e os casos de trabalho infantil na região, afirma Fusinato. “O jovem trabalha mesmo com a lei proibindo. Porque ele tem que trabalhar, ele se sente na obrigação. Ao ver o pai e a mãe naquela condição terrível, muitas vezes endividados, ele quer ajudar”, diz.

Empreiteiros de mão de obra usam adolescentes na colheita

Quando iniciamos as investigações preliminares para a produção desta pesquisa, havia um consenso, um espectro visível em relação ao trabalho infantil na cadeia produtiva do fumo: o uso de crianças e adolescentes seria residual e estaria em vias de extinção. Esta afirmação foi ouvida de diferentes fontes de informação.

As informações preliminares estavam, infelizmente, erradas. As visitas de campo, realizadas pelos autores desta obra, identificaram que o trabalho infantil segue como um grave problema no cultivo do fumo. Além disso, dados novos foram acrescentados: os adolescentes não trabalham apenas no âmbito familiar, dentro das terras dos pais. Também são contratados por empreiteiros de mão de obra, empreendedores que arregimentam trabalhadores para atividades de colheita, com pagamento por diárias ou por área colhida. O trabalho para empreiteiros prioriza adolescentes do sexo masculino, acima de 13 anos de idade. Atividade ilegal, mas que é feita à luz do dia.

“É só andar por aí. O que não falta é menor de idade trabalhando nas lavouras de fumo.” Esta foi a dica inicial de um plantador de fumo, logo no primeiro dia em campo. O que se imaginava difícil mostrou-se corriqueiro, basta rodar pelas estradas do interior dos polos produtivos. Na época da colheita não é difícil encontrar adolescentes misturados aos adultos em atividades de colheita ou aplicação de agrotóxicos sem nenhum Equipamento de Proteção Individual (EPI).

É o caso de Cadu* e Gabriel*. Pequenos, esguios, estão à vista de todos, mas passam quase despercebidos entre os pés de fumo de uma lavoura à beira da estrada, no município de Canoinhas, em Santa Catarina. Têm, respectivamente, 13 e 16 anos. Usam camisas de manga curta, bermudas e chinelos. Um deles está de boné, para amenizar sobre a cabeça a incidência do sol intenso de dezembro ao meio-dia. Não há nenhuma outra proteção disponível, nem ao menos para evitar o contato com as folhas ou a absorção de resíduos de agrotóxico pela pele.

Enquanto a equipe se aproxima, os trabalhadores expressam preocupação com a presença dos meninos. “Não vai dar problema pra gente, não?”, perguntam. É um grupo grande, de aproximadamente dez pessoas.

Seu Pedro, empreiteiro responsável pelo grupo, continua tranquilo. Fica sentado no trator enquanto eles trabalham. Conta que é contratado por famílias mais abastadas da região, que pagam seus homens para trabalhar em lotes e mais lotes de terra. Ao ouvir que a terra em que estão é grande, diz orgulhoso que, só naquela safra, seus empregados ainda colherão 16 vezes o tamanho daquela lavoura.

“Minha rotina é fácil”, conta Gabriel*, 16, dando uma entrevista sem parar de trabalhar. “É colher e botar na carreta. Depois vêm os donos buscar para colocar na estufa.” Os braços pequenos seguram os fardos de folhas de fumo, que encostam na pele e na fina camiseta que usa. A jornada dura entre 7h da manhã e 5h da tarde, com um rápido intervalo para a ‘boia’ fria trazida de casa.

O adolescente conta que aproveita as férias escolares para ajudar financeiramente a família. Ali perto, Cadu*, de 13 anos, diz a mesma coisa. “Ajudo porque o pai precisa, e é melhor do que ficar em casa”, justifica. Aparenta um pouco de nervosismo. Conta que nunca passou mal no trabalho, mas logo lembra que aconteceu, sim, uma vez. Vomitou bastante, mas, assim como fazem os adultos, não procurou um posto de saúde. “Nunca passei mal. Têm gente que passa. Só uma vez eu passei mal. Comecei a vomitar, depois passou e no outro dia continuei trabalhando”, conta o adolescente.

Gabriel* e Cadu* são ‘contratados’ por seu Pedro, assim como seus pais. O fumo colhido naquele dia sairá na carreta vermelha de seu Pedro e estará, em algumas semanas, nos armazéns da *Souza Cruz*.

Os adultos não se importam em ver os adolescentes na lavoura. “O pessoal aqui começa cedo. A única coisa que a gente sabe fazer é plantar fumo”, afirma um dos homens que trabalha ao lado dos adolescentes.

Para a maioria dos agricultores, o trabalho no fumo seria uma forma de ajuda, importante para ‘formar o caráter’ de seus filhos. Mas, como os meninos empregados por seu Pedro demonstram, o trabalho infantil no fumo extrapola, e muito, os âmbitos cultural e familiar.

O que dizem as empresas

Os autores deste livro entraram em contato com as três principais empresas do setor no país – *Souza Cruz*, *Philip Morris Brasil* e *Japan Tobacco International (JTI)* –, com o Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco (SindiTabaco) e com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) no mês de junho de 2019. A Afubra e as três empresas do setor preferiram responder às perguntas por e-mail, enquanto o SindiTabaco aceitou fazer a entrevista por telefone.

Ao ser questionada sobre o trabalho infantil, a *Souza Cruz*, maior empresa do setor no país, com mais de 20 mil produtores integrados, afirma que não tolera o uso de mão de obra infantil e que preza pelo cumprimento da legislação brasileira em toda a cadeia produtiva. “Quando algum caso é identificado, a empresa notifica a irregularidade ao produtor e toma as medidas cabíveis no que tange à legislação”, explica em resposta por e-mail.

Entre as ações tomadas pela empresa para evitar o uso de mão de obra infantil estão o monitoramento da frequência escolar dos filhos dos produtores integrados e o apoio ao Instituto Crescer Legal, fundado pelo SindiTabaco em 2015.

A *Philip Morris Brasil* afirma que atua para prevenir, identificar e erradicar o problema do trabalho infantil. “Cremos que temos feito grandes progressos no Brasil”, avalia. A *Philip Morris* explica que critérios da ALP (*Agricultural Labor Practices*, em inglês, ou Boas Práticas Agrícolas) da empresa estão em sintonia com as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para a erradicação do trabalho infantil e que mantém um programa global de treinamento dos técnicos agrícolas que acompanham as atividades dos parceiros integrados.

“Sempre que os técnicos de campo identificam alguma situação de trabalho infantil, seu papel é tomar medidas imediatas para interromper a situação e trabalhar de forma colaborativa com o agricultor para evitar que a situação aconteça novamente. Se o problema persistir, o contrato pode ser interrompido”, explica a empresa em resposta por e-mail.

Em 2019, segundo a *Philip Morris*, três adolescentes maiores de 15 anos foram identificados “ajudando seus respectivos pais em atividades leves”. Nos três casos, “nossa equipe de campo adotou ações imediatas para interromper a prática, reportou os casos e não houve reincidência”.

A empresa afirma apoiar diversos projetos na área de educação, em parceria com o poder público. Entre as iniciativas estão o oferecimento de bolsas de estudos para jovens do campo e melhoria nas instalações das escolas agrícolas de Santa Cruz do Sul e Vale do Sul, no Rio Grande do Sul.

A *Japan Tobacco International (JTI)* lembra que o trabalho infantil é um tema complexo e que não pode ser resolvido apenas pela ação individual da empresa. A erradicação do trabalho infantil, afirma a *JTI*, só será possível com a conjugação de esforços em diferentes níveis e com soluções aos problemas que causam o trabalho infantil. “Por exemplo, diante da inexistência de políticas públicas de creches no meio rural, como deve agir uma agricultora que não tem com quem deixar a sua criança?”, questiona a *JTI* em nota enviada por e-mail.

A multinacional japonesa afirma que atua na conscientização dos produtores integrados sobre a ilegalidade do trabalho infantil e que reporta às autoridades competentes as irregularidades constatadas no campo, “atendendo o Termo de Compromisso/Acordo firmado entre a *JTI* e o *MPT*”.

Desde 2012 a *JTI* implementa o Programa Alcançando a Redução do Trabalho Infantil pelo Suporte à Educação (*ARISE*, na sigla em inglês) no Brasil. O objetivo é promover a educação de crianças, famílias, produtores e comunidades sobre a necessidade de acabar com o trabalho infantil. “Nós ouvimos suas preocupações e os ajudamos a entender os benefícios a longo prazo”, diz a empresa. “Acreditamos que a solução a longo prazo para o trabalho infantil não é simplesmente remover as crianças do trabalho, mas sim abordar as causas da existência de trabalho infantil e assegurar que as crianças e suas famílias tenham alternativas viáveis.”

Em resposta por e-mail, a Afubra aponta uma única iniciativa em relação ao trabalho infantil: a organização lançou, em 2010, uma cartilha para sensibilizar pais e alunos da rede pública e privada sobre a ilegalidade do uso de mão de obra infantil.

A Associação afirma que assinou, junto com as empresas do setor e o SindiTabaco, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT). Pelo termo, a Associação se compromete a informar ao MPT o nome dos produtores de tabaco que não mantiverem os filhos na escola. “Em função desse trabalho, o número de produtores que possuem filhos fora da escola diminuiu muito”, explica a Associação em resposta por e-mail.

Pelo quinto mandato consecutivo à frente do SindiTabaco, Iro Schünke foi o único a aceitar falar por telefone com os autores desta pesquisa. O fumo, afirma o presidente do SindiTabaco, proporciona uma renda média anual acima de outras atividades da agricultura familiar. Com melhores condições financeiras, o fumicultor pode evitar o uso de mão de obra infantil. “A cadeia produtiva do tabaco e o setor do

tabaco fazem parte da solução, e não do problema”, avalia.

Para Schünke, o produtor de fumo precisou ser conscientizado sobre a ilegalidade do uso de mão de obra infantil porque o trabalho, mesmo de crianças e adolescentes, era um valor cultural da região produtora. “No começo a gente encontrou uma dificuldade cultural que vem das origens das famílias. O trabalho é um valor. E nós conseguimos, com o passar dos anos, fazer com que o produtor realmente entendesse que usar as crianças em atividades que não eram permitidas é prejudicial para elas. Nós fomos conscientizando, e o produtor foi entendendo.”

O Instituto Crescer Legal, criado em 2015 pelo SindiTabaco, oferece cursos de capacitação aos jovens rurais, uma lacuna que existe no campo, afirma Schünke. “Um dos problemas com os adolescentes é que depois que eles terminam o fundamental, você não encontra lá no campo escolas onde eles possam continuar estudando.”

Ao ser informado sobre os flagrantes de trabalho de crianças e adolescentes nas propriedades de fumo identificados por esta pesquisa, Schünke desconversa. “Eu diria que criança, se tiver, é muito pouco... Não vou afirmar que entre 150 mil produtores não tenha uma criança... Mas tem que ver no que ela está envolvida. Porque há que se considerar que na propriedade da agricultura familiar, além do tabaco, o produtor desenvolve várias outras atividades.”

Ao final, diz que “se todas as culturas que estão na pequena propriedade fizessem como o tabaco, certamente nós estaríamos muito mais desenvolvidos no campo e as pessoas todas vivendo melhor e as crianças sendo mais desenvolvidas”.

Em relatórios de sustentabilidade, outras empresas do setor também abordam questões relativas ao trabalho infantil:

Alliance One Brasil (Alliance One International)

A *Alliance One International* (AOI) pertence à *holding* do setor agrícola

Pyxus International, criado em setembro de 2018 para ampliar o mercado de atuação da *AOI*. Com unidades de compra e venda em mais de 30 países, a *AOI* tem o Brasil como um dos seus principais mercados, ao lado de Estados Unidos, Argentina, Maláui, Itália e Tailândia.

Assim como as demais companhias do setor, a *Alliance One International* também construiu um Código de Boas Práticas na Agricultura. O código inclui princípios como eliminação do trabalho infantil e forçado, respeito a jornada de trabalho, promoção de um ambiente seguro de trabalho e liberdade de associação dos trabalhadores.

A *Alliance One* afirma promover várias iniciativas de responsabilidade social no Brasil. “A AOB [*Alliance One Brazil*] treina gestores sociais, que são responsáveis pelo envio de avaliação periódica de projeto, para medir o progresso das iniciativas e seus impactos na comunidade”, explica em relatório. O único projeto nominalmente citado no relatório de sustentabilidade é o programa Abraço Solidário, que recruta funcionários da empresa para atuar como voluntários em projetos sociais.

China Brasil Tabacos (China Tobacco International)

Devido à parceria estabelecida desde março de 2014, além das operações comerciais em conjunto, a *Alliance One Brasil* e a *China Brasil Tabacos* também dividem a administração de projetos sociais, como o programa de voluntariado Abraço Solidário. Em maio de 2019, por exemplo, funcionários da *China Brasil Tabacos* participaram de um brechó social organizado por voluntários do programa.

De acordo com o site do Abraço Solidário, “as duas empresas mantêm políticas de responsabilidade social, apoiando e incentivando projetos em benefício das comunidades onde estão inseridas”.

Não foram localizados relatórios de sustentabilidade e outros documentos públicos que divulguem as estratégias para a promoção do trabalho decente entre os fornecedores ou outros projetos sociais capitaneados pela empresa.

Universal Leaf Tabacos Brasil (Universal Corporation)

O relatório de sustentabilidade de 2018, ano do centenário da *Universal Leaf Tabacos*, lista uma série de responsabilidades com os agricultores integrados e suas comunidades. Entre os compromissos estão: apoiar a diversificação da agricultura para gerar receitas equilibradas e um futuro mais seguro; investir na educação para apoiar uma vida rural vibrante e dinâmica e prevenir a exploração de trabalhadores agrícolas e proteger os direitos humanos, inclusive ajudando a acabar com o trabalho infantil.

Ao falar do combate ao trabalho infantil, a *Universal* lembra que há várias tradições no mundo em que os filhos trabalham junto dos pais. Sobre o Brasil, afirma que “o trabalho nas fazendas tem sido visto como um importante meio de integração de crianças nas comunidades rurais e uma prevenção ao processo migratório para as cidades”.

Por essa razão, afirma que estabelecer e garantir padrões adequados de Práticas de Trabalho na Agricultura é um desafio cultural. “No entanto, é um desafio que a *Universal* está totalmente comprometida em atender. Apesar das barreiras envolvidas, acreditamos que restringir a educação das crianças em prol do trabalho de campo é míope e equivocado”, diz o relatório de sustentabilidade.

No Brasil, a companhia impõe a condição de não haver trabalhadores menores de 18 anos na produção de tabaco de seus agricultores fornecedores e orienta os técnicos agrícolas a comunicar quando houver uma ocorrência de trabalho infantil.

CTA – Continental Tobaccos Alliance S/A

A empresa não produz relatórios de sustentabilidade, mas, em seu site, afirma que orienta os produtores integrados sobre a aplicação correta de agrotóxicos, recomenda o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e incentiva a diversificação de culturas agropecuárias nas propriedades dos fumicultores.

Falta de atenção, cansaço e dores: a rotina escolar dos adolescentes

Nada disso é suficiente, avalia a professora Márcia Fusinato. “A empresa dá a orientação, mas e a condição?”, questiona. “Como o fumicultor vai produzir sem emprego de mão de obra infantil dentro das condições estabelecidas no contrato?” Para ela, o jovem cansado dentro da sala de aula não é preguiçoso. Reproduz apenas o cansaço do serviço.

O esforço dos dois jovens catarinenses a serviço de um empreiteiro de mão de obra é semelhante ao dos estudantes paranaenses de São João do Triunfo. O cansaço destes nunca passou despercebido aos olhos da professora Sivone Ernst, que assumiu a direção da instituição em 2011.

O município paranaense consta na lista dos dez maiores produtores de fumo do Brasil. Cerca de 70% dos estudantes vinham da zona rural. “Eles tinham náuseas, vômitos, dor de cabeça. Finalmente percebemos que isso só podia ser consequência de trabalhar o dia inteiro no fumo”, conta Ernst.

Os estudantes eram encaminhados aos serviços de saúde, mas nunca diagnosticados com intoxicação por agrotóxicos. “Nós sabíamos que era, mas não tínhamos nenhum médico que atestava”, explica a professora. Ela acredita que havia medo de retaliação por parte de fumageiras ou de fumicultores. “A maioria absoluta dos agricultores aqui de São João planta tabaco. E eles precisam dos insumos oferecidos pelas fumageiras.”

Sivone Ernst afirma que cada vez mais os alunos chegam à escola com esses sintomas. Também percebe um aumento no consumo de remédios psiquiátricos, como o Ritalina, utilizado para transtornos de déficit de atenção e hiperatividade, e antidepressivos. “A gente sabe, no fundo, que não é só por causa dos problemas comuns da adolescência”, diz. Mesmo as tensões com os pais se tornam problemas maiores para os meninos, opina a professora. “Quando brigam com os pais, eles sabem que precisam continuar trabalhando. É a única forma de renda que têm.”

“Ele não trabalha, só me ajuda”

Um discurso comum na região tenta minimizar a prevalência de trabalho infantil nas lavouras de fumo. Coloca a prática como uma questão unicamente cultural, herdada de uma suposta ideologia do trabalho alemã, e familiar, desenvolvida no seio da família, às escondidas das grandes empresas que se beneficiam da mão de obra extra. É uma realidade quase impossível de ser combatida por elas.

Há um fundo de verdade, afirmam especialistas. Em um estudo realizado em 2011, as pesquisadoras da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) Daiane Kohn e Luciane Alves conversaram com 15 agricultores do fumo para entender como eles compreendiam o fenômeno do trabalho infantil.

As autoras constataram a existência de alguns aspectos culturais e sociais, como uma diferenciação entre o conceito de ‘ajuda’ (execução de tarefas consideradas simples no campo) e de ‘trabalho infantil’, que, para a maioria dos fumicultores, ocorreria apenas quando houvesse exploração da mão de obra da criança e auxílio na renda da família (KOHN e ALVES, 2011).

“O problema não é a ajuda, mas quando ela vira trabalho e compete com o tempo do estudo, o tempo da brincadeira, o tempo que a criança precisa para se desenvolver”, afirma a pesquisadora Soraya Conde, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “A questão é: qual é o limite entre ajuda e exploração?”

Em 2012, Conde desenvolveu um estudo sobre o trabalho infantil na lavoura de fumo. Sua ideia inicial era entrevistar crianças e fumicultores sobre o tema. Ao perceber que o tema era um tabu na região de Canoinhas, no Planalto Norte do Estado, precisou encontrar outra saída.

Em parceria com uma professora de artes, desenvolveu uma atividade lúdica, aplicada a 13 escolas dos municípios de São

Bonifácio, Imbuia e Canoinhas. Lançou às crianças uma pergunta: “O que você faz quando não está na escola?”, e deixou que elas desenhassem a resposta.

Constatou, assim, que o trabalho infantil é uma prática generalizada na região. “Essas crianças trabalham no fumo, mas são, também, multitarefas. Participam do plantio e da colheita, dão trato aos animais, e, no caso das meninas, fazem comida, limpam, lavam roupa e cuidam dos irmãos mais novos enquanto os pais vão para a roça”, conta Soraya Conde.

“A gente percebe que existem formas de inserção no trabalho e na cultura da família que não prejudicam o desenvolvimento, mas isso não vale para o fumo, onde o trabalho da criança é usado exclusivamente para gerar uma mercadoria que vai ser vendida”, avalia a pesquisadora.

Para ela, muito mais do que uma questão cultural, o uso da força de trabalho infantil na cadeia produtiva de fumo é resultado da exploração econômica promovida pelas empresas do setor. Para atingir as cotas assumidas no Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), todos os membros da família precisam produzir. “As crianças chegam da escola às 6h da tarde, e a mãe ainda tem que colher muita folha de fumo, e elas vão ter que ajudar no processo para a família dar conta de honrar seu compromisso”, diz.

A especialista explica que o sistema estimula um deslocamento de autoridade da esfera domiciliar para a esfera privada. “No caso das crianças, isso é muito grave, porque dentro de casa há um limite tênue entre o que é autoridade do pai e da mãe e o que é autoridade do patrão”, afirma.

Leonardo*, 16, acompanha o pai na própria roça. “Eu só ajudo de tarde, não preciso faltar à escola”, afirma. No período de férias, trabalha em média 10 horas por dia. O pai não esconde. Precisa da ajuda do filho porque não consegue pagar um diarista. A propriedade é pequena, e nela trabalha apenas a família de quatro pessoas.

São diversas funções: capinar, lavrar, puxar os bois, despontar, colher o fumo. Nesse dia, Leonardo* veste shorts e camisa e carrega uma máquina com 20 quilos de agrotóxico nas costas. “É o veneno mais fraco. O mais forte, meu pai e minha mãe passam”, conta. Ninguém usa Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Leonardo* é um típico adolescente da região fumicultora. A infância, por aqui, termina cedo e o salto para a vida adulta é praticamente imediato quando jovens rapazes completam 12 ou 13 anos de idade. Garotos como Leonardo* rapidamente são inseridos nas atividades produtivas realizadas pelos adultos. O impacto sobre a educação é definitivo: a grande maioria abandona a escola antes do final do ensino médio e troca qualquer outra expectativa de vida pelo mergulho, sem volta, na atividade da fumicultura. Quem ganha é a indústria, que sempre vai contar com mão de obra forte e qualificada para a fumicultura, mas desqualificada educacionalmente, o que a mantém presa, para toda a vida, nessa atividade herdada dos pais, desde o momento em que é enterrada a adolescência em um campo de plantio de tabaco.

Para Soraya Conde, são três os impactos fundamentais do trabalho no fumo na vida das crianças. O primeiro, mais aparente, é a saúde. “As crianças, pela estrutura física, são mais vulneráveis”, diz. O segundo é a escolarização. “Elas não deixam de ir para a escola, só em alguns casos, mas a partir dos 9 anos de idade aumenta o número de horas dedicadas ao trabalho e diminui o número de horas dedicadas ao estudo”, afirma. “Também não têm tempo para atividades extracurriculares importantes para a formação, incluindo brincadeiras e lazer. O tempo do trabalho no fumo compete com o tempo da infância.”

A cultura é o terceiro aspecto. “As crianças filhas de agricultores são criadas e educadas em uma aprendizagem para o trabalho. Quantas delas poderão ser futuras cientistas, médicas, pesquisadoras, tendo o tempo comprometido pelo excesso do trabalho, sem poder se dedicar direito à escolarização, e tendo problemas de saúde?”, questiona Conde.

Quem está em fase de desenvolvimento é mais afetado pela química desprendida pela planta do tabaco. Em escolas públicas de ensino fundamental, professores convivem com adolescentes que chegam às aulas desidratados, com enjoos e dores abdominais. A causa: altas doses de nicotina absorvidas durante o manuseio de folhas de fumo úmidas.

“Se é grave no adulto, é sempre muito mais grave na criança e no adolescente”, pondera Elver Andrade Moronte, médico do trabalho da Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba e perito do Ministério Público do Trabalho (MPT). “Sem contar na questão da perspectiva de vida, quem entra em contato logo pequeno com um produto químico tem um período muito maior de exposição.”

Moronte explica que é difícil determinar a causa de uma doença crônica, com contaminação em doses pequenas, mas constantes, como no caso da exposição aos agrotóxicos. “O diagnóstico da doença crônica é mais difícil, porque a pessoa passou 2, 5, 10 anos mexendo com a substância, tendo ou não surtos agudos, e somente anos depois vai aparecer o problema.”

Além de graves, os casos de intoxicação são subnotificados. De acordo com o médico, de cada caso notificado de doença crônica, existem 50 que não são registrados. Paralelo às consequências físicas, há os danos mentais, como depressão e suicídios. “Vários estudos estão evidenciando que existe uma relação muito íntima em ficar em contato com alguns produtos químicos, como os organofosforados, e problemas mentais, como o suicídio”, alerta Moronte.

Este capítulo aborda os danos à saúde dos agricultores envolvidos na produção de fumo. Contaminação por agrotóxico e overdoses de nicotina são consequências presentes na vida dos fumicultores. A maioria não utiliza os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à atividade. Os dados sobre doenças ocupacionais, intoxicação e casos de suicídio de produtores de tabaco são sistematicamente subnotificados.

4. COLHER

Doenças, casos de depressão, dependência financeira e endividamento. Esses fatores são indissociáveis do sistema integrado de produção sobre o qual se sustenta a cadeia produtiva do fumo. A rotina é árdua, principalmente na época da colheita, que compreende três meses de verão intenso. A temperatura torna sufocante o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e o simples contato com a folha de fumo, umedecida pelo orvalho da manhã ou pela chuva, contamina o agricultor com altas doses de nicotina. Sem a devida proteção, toda a família do agricultor é envenenada, diariamente, por doses de agrotóxicos altamente tóxicos. Alterações no sistema nervoso, câncer, doenças neurológicas, hepáticas, renais e alterações mutagênicas são alguns dos efeitos dessas substâncias.

Dentro dos verdes campos de tabaco é gerada uma invisível e expansiva presença que se espalha pelo solo, mergulha nas águas, penetra as plantas e paira no ar. No corpo humano, os rastros podem ser sentidos imediatamente ou a longo prazo. É a intoxicação causada pela convivência rotineira com duas substâncias: os agrotóxicos utilizados no plantio e a nicotina desprendida das folhas úmidas do fumo.

Agrotóxicos químicos estão disseminados nas lavouras de fumo e em diversas plantações ao redor do planeta. São recém-chegados na agricultura, atividade que remonta aos mais longínquos tempos da história humana. Sua disseminação, no século 20, transformou os cultivos e as crenças. O uso de agrotóxicos retirou de deuses, das entidades pagãs e de qualquer outro ente metafísico o poder de fazer brotar a terra, transferindo a graça da prosperidade para o poder de ação dos agentes químicos.

A faixa vermelha, amarela, azul ou verde que estampa as embalagens dos agrotóxicos alerta para o grau de toxicidade contido no frasco. “Os que têm rótulo vermelho são os piores”, explica um fumicultor, que guarda os produtos vendidos pela fumageira em um armário trancado a cadeado, com a identificação “Cuidado, veneno”.

O filho pequeno fica em volta, enquanto o pai mostra os galões e explica em qual etapa do plantio cada um é usado. A aplicação é mais intensa no período que sucede o crescimento das mudas de fumo e o transplante delas para a terra, entre os meses de setembro e outubro. Na lavoura, o solo é preparado com adubos químicos e orgânicos e recebe pelo menos duas aplicações de agrotóxicos para inibir o crescimento de ervas daninhas. A partir de novembro, no processo conhecido como desbrote, aplica-se herbicida para evitar que novos brotos surjam nas plantas.

As instruções com finalidade, dosagem, tempo de carência e demais especificidades de cada agrotóxico estão impressas na embalagem. Algumas, no entanto, escapam à realidade dos pequenos produtores rurais. A que determina o período de reentrada – intervalo de

dias que o fumicultor deve aguardar até que possa voltar para a lavoura sem correr o risco de contaminação – é mera teoria para as famílias fumicultoras que têm a casa, a estufa e o plantio na mesma propriedade, próximas das áreas de plantio.

Ou seja, por mais paramentado que o fumicultor esteja, isso pouco ajuda. No caso do cultivo do fumo, o seu local de trabalho se confunde com o espaço em que ele cria seus filhos e toma uma garrafa de chimarrão com sua esposa. O resultado é uma gradativa, prolongada e grave intoxicação de toda a família.

Apesar de não se ajustar com as temperaturas do verão, o uso de luva, bota, calça, blusa de manga comprida e touca são cuidados necessários para a preservação da saúde do trabalhador rural quando o agrotóxico é aplicado. Porém, as substâncias químicas aspergidas na lavoura não desaparecem quando cumprem a sua função, extinguindo ervas daninhas ou atacando o sistema nervoso central de insetos indesejados. Uma parcela delas se dissipa pelo ambiente, comprometendo a vida no entorno.

“Eu não encosto no produto, mas se aplico ele sem máscara, logo a minha vista embaça e eu vomito um líquido amarelo, da mesma cor do veneno”, relata Maciel Antônio de Carvalho, fumicultor em Venâncio Aires (RS). Ele veste bermuda e sandália de dedo, enquanto manipula a bomba de aplicação do defensivo pendurada às costas, como uma mochila.

Uso de EPIs não é regra entre produtores

Em toda a região fumageira, incontáveis famílias dividem histórias de como foram lentamente envenenadas pelos agrotóxicos do fumo. A situação se agrava porque ninguém usa os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), notadamente inadequados para o clima local.

As empresas fumageiras, que mantêm um rigoroso controle sobre a qualidade do fumo, não têm a mesma atenção quando o assunto é

a saúde dos agricultores que estão aos seus serviços. É o caso de Roselia Moreira dos Santos Barbosa, agricultora da zona rural do município de Irati, no Estado do Paraná. Intoxicou-se pela primeira vez aos 16 anos e foi atendida em uma farmácia. Na época, era difícil ter acesso a um médico na região. “Fiquei muito mal, mas a gente dependia de trabalhar por dia pra comer, então tive que voltar pra lavoura”, diz.

Casou-se aos 21 anos e mudou da roça do pai para a do marido. Engravidou pela primeira vez no meio de uma safra, durante a etapa de preparação dos canteiros de fumo. “Eu percebia que não me fazia bem, eu grávida trabalhando, mas a gente dependia daquilo. E não tínhamos noção do perigo”, conta. Assim, permaneceu na atividade até o fim do sexto mês de gravidez.

Quando nasceu a filha, Ellen Raquel, tudo parecia perfeito. Roselia só estranhou uma coisa: as enfermeiras perguntaram se ela era fumante. Não era, e não entendeu os motivos para aquilo. Dois meses depois do parto, começaram a surgir os primeiros problemas de saúde no bebê. Ellen tinha infecção de ouvido, de garganta. Na sequência, vieram crises convulsivas. O diagnóstico final veio alguns anos mais tarde: autismo, apontado por diversos cientistas como uma das principais consequências da exposição crônica ao herbicida glifosato.

Ellen andou pela primeira vez aos 3 anos de idade. Falou as primeiras palavras aos 7 e se alimenta sozinha desde os 10. Não lê nem escreve, mas entende o que se passa ao redor. O casal continua plantando fumo, mas optou pelo tipo orgânico. Ficam aliviados com a libertação do uso de agrotóxicos. “Quando a gente plantava fumo convencional, eu vivia mais nos médicos do que na minha casa”, conta Roselia. “Todo dinheiro que ganhávamos ia para médico, remédio, consulta, exame”, lembra. “Foi quando eu disse para meu marido: ‘Não adianta trabalhar em algo que está nos matando’. Aí decidimos abandonar o uso de agrotóxicos.”

Continua...

Os agrotóxicos e a produção de fumo no Brasil

A Organização Pan-Americana da Saúde estima que, todos os anos, cerca de 193 mil mortes ocorram no mundo por conta dos agrotóxicos. A parcela mais atingida da população é formada por agricultores que entram em contato direto com a substância no dia a dia do trabalho (OPAS, 2018).

O Brasil é o país que mais gasta com agrotóxicos em todo o mundo, responsável por 18% do consumo global, atrás de Estados Unidos, China e Japão, conforme dados contabilizados em 2013 pela consultoria de mercado *Phillips McDougall* a serviço da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês).

Em 2017, as lavouras brasileiras foram pulverizadas com 540 mil toneladas de agrotóxicos – 370 mil toneladas eram de produtos altamente tóxicos, segundo informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA). Do total de venenos altamente tóxicos usados na agricultura do país, 30% são proibidos na União Europeia.

Mais da metade, 52%, é usada nas lavouras de soja, seguida pelo milho e cana, que consomem 10% do total de agrotóxicos usados no Brasil. O consumo de agrotóxicos no país saltou de 170 mil toneladas em 2000 para 500 mil toneladas em 2014 – um aumento de 135% em 15 anos, de acordo com o IBAMA.

Ao calcular proporcionalmente a quantidade de litros de agrotóxico por hectare, o tabaco desponta como produção que mais consome veneno: são 60 litros por hectare. A título de comparação, a segunda cultura do ranking, o algodão, utiliza apenas 28,6 litros/ha (PIGNATI et al., 2017).

Os defensivos agrícolas, como são chamados pelos setores que defendem seu uso, permeiam quase todos os processos da cadeia produtiva do fumo, da produção dos canteiros à colheita. Os compostos químicos mais utilizados nas lavouras são o Manzate 800, o Orthene 750 BR e o Gamit (ALMEIDA, 2005).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) mantém um banco de dados com informações de todos os agrotóxicos fitossanitários registrados no Brasil. O sistema, chamado Agrofit⁴, lista 112 produtos destinados ao uso na lavoura de fumo. Desses, 44 – a maior fatia – têm classificação química I. Ou seja, são extremamente tóxicos para a saúde humana. Entre os restantes, 15 são de classificação II (altamente tóxicos), 34 de classificação III (medianamente tóxicos) e apenas 19 apresentam baixa toxicidade.

Há ainda outro tipo de classificação, que mede os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente. Nessa leitura, a maior parte dos produtos utilizados na produção de fumo é classificada como nível III – perigoso ao meio ambiente. Nove são altamente perigosos, 37 muito perigosos e 10 representam pouco, mas ainda existente, risco aos arredores.

O ingrediente ativo mais comum entre agrotóxicos destinados a todas as culturas é o herbicida glifosato. Estima-se que, em todo o mundo, ele esteja presente em 90% das plantações de soja e nos principais cultivos agrícolas. Desenvolvido pela *Monsanto*, recebeu recentemente duas graves acusações: ser cancerígeno e ter causado extermínio de abelhas em diversas cidades.

A empresa alemã *Bayer*, dona da *Monsanto*, está respondendo a 18,4 mil processos em tribunais dos Estados Unidos, após ter sido comprovado o elo entre glifosato e câncer. Princípio ativo mais vendido no Brasil e no mundo, o produto integrou a lista de liberações recorde de agrotóxicos do governo de Jair Bolsonaro. Dos 290 itens aprovados em sete meses de gestão, 13 são à base de glifosato (RFI, 2019).

O médico Pablo Moritz, membro do Centro de Assistência Toxicológica de Santa Catarina, é especialista em toxicidade crônica – termo científico para uma intoxicação que acontece em pequenas doses ao longo do tempo – gerada por agrotóxicos. Ele explica que a maioria dos defensivos agrícolas causa esse efeito, e que mulheres

⁴Sistema Agrofit: <http://agrofit.agricultura.gov.br/>

e crianças são as mais afetadas: “A plantação de fumo exige o uso de diversos agrotóxicos, específicos para produção ou não. A intoxicação pode se dar por via respiratória, cutânea e oral”, afirma. “O resultado é uma taxa muito alta de contaminação em lavouras de tabaco.”

Mutações, alterações hormonais, problemas neurológicos e desregulação da flora intestinal são as principais formas de manifestação da intoxicação crônica. Com o passar do tempo, as pessoas que estão expostas apresentam um alto risco de desenvolver câncer, complicações autoimunes, alergias, redução de QI, autismo, déficit de atenção, depressão, Alzheimer e Parkinson.

Moritz explica que inúmeras evidências demonstram o poder de morte dos agrotóxicos utilizados nas lavouras de fumo. “Os problemas neurológicos se avolumam, o câncer aparece cada vez mais cedo, vemos muitos casos de depressão e suicídios de adultos e adolescentes no campo”, diz.

“A postura das empresas é a mesma de sempre”, afirma Moritz. “A indústria do cigarro vende a dúvida, fabricando estudos científicos de baixa qualidade para tentar impedir que essa verdade inconveniente venha à tona.” Ao citar o potencial de contaminação não só dos agricultores, mas de suas famílias e das cidades ao redor, conclui: “Se pensarmos na saúde, todo o negócio do fumo é economicamente inviável”.

Subnotificação esconde a gravidade do problema

Paulo Perna, professor aposentado do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Paraná (UFPR), é um dos autores de uma pesquisa realizada em 2009 para entender quais são os fatores sociais que influenciavam na intoxicação de fumicultores.

Perna explica que o gatilho para o desenvolvimento da pesquisa ocorreu quando tomaram conhecimento de um caso de intoxicação crônica em uma fumicultora do município paranaense de Rio Azul. “Ela estava passando por uma via-crúcis: tentou ser atendida em diver-

serviços de saúde, públicos e privados, em várias cidades, incluindo Curitiba, e ninguém sabia exatamente como tratá-la”, conta o professor. “Na época, ela nos despertou vontade de pesquisar os processos de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores da fumicultura.”

Um dos primeiros passos foi realizar um levantamento de casos de intoxicações agudas ocorridas na região entre 2009 e 2010. Em uma segunda etapa, os pesquisadores entrevistaram agricultores e familiares que haviam sido intoxicados. Constataram que muitos dos efeitos produzidos pelo envenenamento eram subestimados pelos agricultores, que se acostumaram a lidar com os problemas e não buscavam serviços de saúde.

“Tudo isso gera subnotificação”, explica Perna. “As pessoas veem a intoxicação como algo que faz parte do trabalho, tomam uma medicação indicada por alguém e voltam para o serviço. Assim, essas condições de trabalho vão sendo naturalizadas.”

Colega de Paulo Perna no Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPR, o médico Guilherme Souza Cavalcanti de Albuquerque explica a dificuldade em localizar casos de intoxicação crônica por agrotóxicos. “O Estado do Paraná não tinha nenhum caso registrado, mas nós tínhamos em mãos o caso de Rio Azul.” De acordo com o pesquisador, o cenário explicitava o descaso e o despreparo do sistema de saúde para prestar atendimento, imediato ou complexo, às vítimas dos agrotóxicos.

“Um caso de intoxicação, seja aguda ou crônica, não demanda só atendimento clínico, mas também ação das vigilâncias sanitária e epidemiológica”, afirma. “Se eu tenho um paciente nessa condição, é preciso investigar e descobrir se outras pessoas estão sujeitas a isso ou não”, pontua Albuquerque, coautor da pesquisa e coordenador do Observatório do Uso de Agrotóxicos e Consequências para a Saúde Humana e Ambiental do Paraná.

A subnotificação, afirma, tem diversas origens. É consequência de naturalização, da falta de investimento em pesquisas na área, do despreparo de agentes de saúde. Perguntado sobre uma possível pressão por

parte da indústria fumageira para escamotear as informações, responde: “Não sei se há um movimento, por parte das indústrias, de ocultar dados desfavoráveis, mas que não há um esforço para torná-los públicos isso eu posso dizer com certeza que não há”, afirma. “O que nós descobrimos, de qualquer forma, é que os trabalhadores que se intoxicam com agrotóxicos estão completamente desamparados.”

Paulo Perna alerta para as consequências da exposição de longo prazo aos agrotóxicos e à nicotina das folhas de tabaco, mesmo que os efeitos sejam dissimulados na hora. “Nem a Doença da Folha Verde nem o agrotóxico causam, necessariamente, morte instantânea”, afirma. “Mas isso não quer dizer que ela não apareça cinco ou dez anos depois.”

Albuquerque acredita que a pesquisa pode servir para que se avance na identificação de intoxicações crônicas. “A grande contribuição desse estudo foi disponibilizar uma metodologia, um protocolo de pesquisa que permita identificar casos de intoxicação crônica, porque é uma grande dificuldade”, explica.

Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT)

A Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) é causada pela absorção da nicotina em diversas fases do cultivo, como o desponte⁵, a colheita e o carregamento das estufas e dos galpões de cura. A situação se agrava quando as folhas de tabaco estão úmidas, seja pela chuva ou pelo orvalho, tornando a impregnação maior ainda.

Os vômitos, as tonturas, as dores de cabeça e no corpo são efeitos decorrentes da absorção de altas doses de nicotina. A agricultora Olga Scholze Milcheski conhece bem a sensação. A fumicultora do município catarinense de Canoinhas trabalha na lavoura desde os sete anos de idade. Atualmente, aparenta bem mais que seus 54 anos de vida e tem problemas graves nas articulações e dores constantes pelo corpo.

⁵O desponte é realizado noventa dias após o transplante. Nessa etapa, os fumicultores cortam as pontas da planta para garantir que elas não ultrapassem o tamanho desejado.

“Doença do fumo dá uma fraqueza na pessoa”, explica Olga. “Quando acontece, parece que vai morrer, mas se vomitar, no outro dia você fica bom.” Sobre as roupas de proteção que poderiam aliviar esse transtorno, Olga reforça o argumento unânime de que elas são desconfortáveis: “Tem capa, essas coisas de plástico, mas ninguém aguenta com esse calor, né?”.

Devido à saúde debilitada dela e do marido, que está acamado desde que sofreu um derrame, a agricultora lamenta não ter mais condições de ir para a roça. Diz que gosta do fumo e lista uma série de bens materiais que ela e o marido conseguiram comprar trabalhando com o cultivo. O legado nas lavouras de tabaco foi assumido pelo filho, que, segundo ela, também está prosperando.

Mas assim como a mãe, o garoto sente os efeitos da nicotina. “Ainda hoje dei um remédio, ele logo melhorou e foi pra roça com os demais.” O mal-estar é generalizado e o uso de remédios para ter condições de continuar trabalhando, corriqueiro. “Todos eles saíram meio doentes para a roça. Tem que ir, né? Depois que começa a colher, tem que terminar, nem que chova”, explica Olga.

Cumprindo o quinto mandato consecutivo como presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco), Iro Schünke afirma que, com a roupa de proteção criada para os fumicultores usarem no momento da colheita da folha de fumo úmida, “a garantia de proteção é de 98%”.

O Equipamento de Segurança Individual (EPI) que amenizaria o quadro de intoxicação por nicotina foi desenvolvido em 2009 por Luiz Carlos Castanheira, consultor em segurança do trabalho rural e professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Castanheira foi contratado pelo SindiTabaco para a pesquisa, desenvolvimento e descrição das especificações técnicas da vestimenta.

Depois de pronta, o SindiTabaco recorreu, em 2010, aos

serviços de uma consultoria técnica privada para avaliar a eficácia da roupa. O estudo ficou sob responsabilidade da Planitox, empresa criada em 1994 quando o médico toxicologista Flávio Zambrone trocou a carreira como professor universitário na Universidade Federal de Campinas (Unicamp), em São Paulo, para prestar consultoria e assessoria técnica e científica em toxicologia. A empresa avalia os problemas que substâncias químicas e medicamentos podem causar e elabora dossiês de estudos toxicológicos sobre novos produtos. Entre os clientes estão as maiores multinacionais do planeta, como Basf, Bayer, Du Pont, Shell e Unilever.

Entre 2010 e 2011, a equipe de Zambrone acompanhou agricultores saudáveis, não fumantes, e fez testes sobre a presença de nicotina na vestimenta criada para ser usada na colheita. O resultado da consultoria mostrou que o uso do Equipamento de Proteção Individual evita que 98% da nicotina que o fumicultor teve contato fosse absorvida por seu organismo.

“É possível fazer a colheita do tabaco com segurança, evitar a GTS [*Green Tobacco Sickness*, sigla em inglês para a Doença da Folha Verde], que é uma preocupação desses trabalhadores, e evitar danos à saúde e ao bem-estar dessa população”, afirmou Zambrone em vídeo institucional do SindiTabaco.

Sob o sol do verão, época da colheita do fumo, os agricultores entrevistados nesta investigação não usavam a vestimenta. Além de usar o EPI, o SindiTabaco sugere, em suas orientações, evitar a colheita das folhas molhadas de tabaco, o que não é uma opção viável aos fumicultores, segundo as pesquisadoras Deise Riquinho e Élide Hennington:

Como a colheita ocorre no verão, se não forem cedo da manhã, o sol mais forte murchará as folhas do fumo, acarretando perda de qualidade, sem falar no desconforto de trabalhar ao sol do verão. No caso da colheita sob chuva, as folhas do fumo que estão prontas precisam ser processadas num breve espaço de tempo. Além

disso, é necessário colher a quantidade suficiente para encher a estufa que levará sete dias para completar o processo de cura. Então, mesmo sob chuva, por vezes é necessário continuar a colheita. (RIQUINHO; HENNINGTON, 2014)

Outro problema que agrava a adoção dos EPIs pelos fumicultores é o seu custo. As indústrias, ao fornecerem insumos para a produção do produtor integrado, também entregam as vestimentas. Tudo é descontado no momento da compra do fumo pelas fumageiras. As mesmas autoras apontam que:

(...) as roupas impermeáveis fornecidas pela indústria fumageira por hectare plantado e depois cobradas na compra do fumo dificilmente são usadas devido ao calor do sol. Constatou-se que depois de lavadas elas perdem a ação impermeável, devendo ser descartadas após o uso. Entretanto, os agricultores costumam reutilizá-las, provavelmente devido ao preço de cada vestimenta, em torno de trinta reais. (Ibidem)

Ações para a conscientização dos agricultores sobre o uso dos EPIs são realizadas por entidades como o SindiTabaco e a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). O sindicato das indústrias, por exemplo, promove seminários chamados de “Ciclo de Conscientização”, em que orientam sobre a saúde e segurança no trabalho no fumo e sobre a necessidade de combate ao trabalho infantil.

Apesar de os efeitos colaterais da Doença da Folha Verde do Tabaco (DFVT) serem rotina na vida dos fumicultores, ainda não há informações oficiais sobre os casos que acometem os agricultores no Brasil. Isso porque não existe uma categoria específica para a doença no Sistema Nacional de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Este sistema, coordenado pelo Ministério da Saúde, recebe as notificações “de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória”, de acordo com informações do site do SINAN. Os casos da contaminação por nicotina são confundidos e registrados como exposição a agrotóxicos ou ainda

intoxicação alimentar, pois os sintomas são semelhantes.

Os números dos registros, além de não especificarem a intoxicação pela folha do tabaco, podem estar subestimados: nem todos os profissionais de saúde registram os casos atendidos nas unidades de saúde ou pedem a realização de exame de cotinina, biomarcador que identifica a presença acima do normal da nicotina no sangue (VISCARDI, 2019).

Epidemia de suicídios

No cenário adoeedor das lavouras de fumo, além dos males físicos, os da alma também afetam quem vive do cultivo. Desânimo, depressão e, não raro, suicídios, são questões corriqueiras. Há um mal silencioso e fatal a pairar sobre as famílias. Todo mundo conhece alguém que se matou. Uma epidemia de suicídios está em curso na cadeia produtiva do fumo.

Ainda assim, os municípios onde ocorre a produção de tabaco não divulgam dados ou não organizam estatísticas sobre os casos de suicídios entre os agricultores. Os hospitais não têm registros sistematizados dos casos de depressão e suicídio entre fumicultores. As escolas não comunicam o número de estudantes que chegam às aulas contaminados, com vômitos e sofrendo de doenças causadas pelo trabalho ilegal na lavoura. Os conselhos tutelares não têm informações sobre o que acontece debaixo do manto de prosperidade do setor.

Há 10 anos, o Ministério da Saúde acompanha os índices de suicídio no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. A região, responsável por quase toda a produção de fumo do país, registra 23% dos casos, apesar de responder por 14% da população brasileira. Há indícios de que o problema possa estar relacionado à cultura do fumo e aos agrotóxicos usados nas lavouras. O Ministério da Saúde, pelo menos desde 2017, relaciona suicídios ao cultivo do fumo e aos agrotóxicos (AGROENDIA, 2017).

Conforme dados coletados pelo órgão, é no Rio Grande do Sul, maior produtor nacional de tabaco, que estão três das quatro cidades em que as pessoas mais tiram a própria vida. O município de Forquetinha apresenta o pior índice no país: são 78,7 casos de suicídio a cada 100 mil, segundo dados publicados em setembro de 2017. A média nacional de suicídios é de 5,7 a cada 100 mil habitantes (CORREIO DO POVO, 2017).

Cidades que possuem a produção de fumo como base da economia apresentam taxas altas de suicídio no país. Venâncio Aires, a segunda maior produtora brasileira, era considerada, até 2016, “a capital nacional do suicídio”, quando os índices tiveram redução. Ainda assim, em 2017, a cidade registrava um suicídio a cada 20 dias, de acordo com levantamento do jornal Folha do Mate (BENCKE, 2017).

O assunto está na boca dos fumicultores, mas é difícil encontrar alguém que concorde em falar sobre o tema ou citar experiências próximas. Sabe-se que o suicídio existe e bate na porta. No município gaúcho de Paraíso do Sul, apesar do pequeno número de habitantes, não são poucos os relatos de colonos que tiraram a própria vida.

Uma agricultora da região tenta nos colocar em contato com um homem que perdeu o irmão dessa forma. Plantador de fumo, ‘enlouqueceu’. Atirou nos filhos e na mulher e virou o revólver para si. A família e todos da região encaram o caso como suicídio, e ligam o suicídio ao plantio de tabaco. Tentamos conversar com o irmão, sem sucesso. A história é recente e ele não se sente, de forma alguma, confortável para contá-la.

A família Sansan, por outro lado, é uma das poucas que fala abertamente sobre suicídios. “Aqui em casa perdemos dois para o suicídio”, conta Mário Sansan, agricultor que até pouco tempo atrás plantava fumo. O padrinho se degolou com uma faca. O segundo, tio dele, foi acometido por uma depressão profunda e se jogou na frente de um ônibus. Os dois viviam da produção de tabaco.

A hipótese principal, segundo pesquisadores, é de que os índices alarmantes de depressão e suicídio nas regiões fumicultoras seja consequência direta do uso de agrotóxicos no cultivo.

Em 2016, a pesquisadora Vera Lúcia Gomes Borges conduziu um estudo que buscava entender a relação entre as condições de trabalho dos produtores de tabaco no Brasil e os números de suicídio nas regiões fumicultoras. Como parte do projeto, avaliou as ocorrências de suicídio em 52 cidades produtoras de tabaco e 52 não-produtoras. O estudo mostra que, de 2004 a 2013, os municípios fumicultores registraram 1.247 suicídios, contra 837 nos municípios não-fumicultores. O valor é 48,98% maior (BORGES, 2016).

Outros estudos apontam a estranha relação entre produção de fumo e depressão. Em 2017, uma pesquisa desenvolvida no município paranaense de Rio Azul entrevistou e examinou 46 fumicultores com histórico de intoxicação aguda por agrotóxicos. Quase 40% da amostra demonstrou algum tipo de sofrimento psíquico (MURAKAMI, 2017). Um ano antes, um estudo conduzido com 100 fumicultores no Rio Grande do Sul apontou prevalência de depressão em 20% dos casos (TATEMOTO, 2016).

Em 2018, uma pesquisa com indivíduos do município de Anahy, no Paraná, constatou que, entre os que tiveram exposição direta ou indireta a agrotóxicos, 17,8% apresentavam depressão grave, 25% depressão moderada, 35,7% depressão leve e 21,4% depressão mínima. Desses indivíduos, 20% apresentavam risco de suicídio no futuro (MACHADO, 2018).

O agricultor gaúcho Mário Sansan não tem dúvidas sobre a relação direta entre o plantio de fumo e os dois suicídios na família. “A depressão vem da angústia de trabalhar tanto na vida e não ter reconhecimento. De não ter tempo para sentar, conversar, passear. Termina um ano, já tem que começar um novo ciclo.”

Ele via em seus tios uma falta de alegria para viver, causada pela

preocupação em pagar as contas e com o futuro. “As firmas não estão nem aí pra gente”, afirma. “Eles devem pensar: ‘Esse morreu? Amanhã tem mais dois, três aí plantando para a gente’.” Para Sansan, o ciclo que culmina em suicídios não vai parar. “Enquanto a gente não mudar o sistema de produção da nossa região, nos três estados, muita gente ainda vai morrer por causa do fumo. O tabaco prometia dar dinheiro quando chegou aqui 30 anos atrás. Deu muito dinheiro, sim. Mas também deu muita morte.” A epidemia se alastra, destrói famílias pelo caminho, mas não aparece nos dados oficiais.

Andenice Fiamoncini Roos é assistente social no município de Ibirama, localizado no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Há alguns anos, percebeu que as estatísticas, principalmente de saúde mental, não refletiam a realidade do município. “Os dados carecem de precisão. Hoje, você faz o atendimento e registra, mas não existe uma ferramenta que gere um relatório”, explica. “No ano passado, para entender a crise de depressão que vivemos, tivemos que fazer levantamentos manualmente, cruzando dados de pacientes, por iniciativa própria.”

Como parte dessa empreitada, Andenice chegou a números alarmantes. O município, que tem menos de 20 mil habitantes, registrou quase um suicídio por dia em 2018. Em um único dia, a unidade de saúde em que a assistente social está alocada chegou a receber quatro pacientes que haviam tentado tirar a própria vida.

“Na prática, nós percebemos um aumento significativo de casos de suicídio ou tentativa nos últimos anos, mas não temos estudos que possam explicar as causas”, diz a assistente. “Enquanto unidade, tentamos fazer algumas ações, pensar o processo de trabalho, buscar soluções.” Um trabalho isolado, quase de formiguinha.

Às vezes, Andenice perde o sono tentando encontrar formas de reverter o quadro. “Quando os casos de suicídio começam a aumentar, você se sente frustrada”, desabafa. “Depois, tem que procurar formas de lidar com isso no seu dia a dia, na sua prática profissional, sem deixar sua própria saúde mental se abalar.” Ela conta que os servidores de saúde admitem não estar preparados para esse cenário. “Mesmo eu

como assistente, mesmo o psicólogo, nós não estamos preparados para a realidade de suicídios e depressão que enfrentamos hoje.”

Aumento dos casos de depressão

Major Vieira, município catarinense produtor de fumo, é uma pequena cidade de apenas 8 mil habitantes. A médica Valéria Panigada, especialista em Saúde da Família, afirma que a tranquilidade do município esconde sérios problemas de saúde pública. “Aqui, os dois principais problemas são depressão e oncologia”, afirma. “A cada ano, a gente se depara com mais casos de depressão. Eu posso dizer que a depressão faz parte do dia a dia da cidade.”

Panigada conta que, muitas vezes, atende famílias inteiras com quadros depressivos. “É o que notamos, empiricamente, é que esses casos vêm principalmente do interior do município, e que a maior parcela dessas pessoas trabalha com fumo ou reside nos arredores das lavouras”, explica.

Em 2017, Major Vieira chegou ao índice de um suicídio por mês. “Isso sem falar nas tentativas, que são muito mais frequentes”, diz Panigada. A médica afirma ainda que há uma grande procura por medicamentos antidepressivos. “Em um mês, só na minha área, chegamos a fazer mais de 200 receitas.”

Os agricultores e suas famílias morrem também de câncer, mesmo que nunca tenham fumado. Panigada conta que, entre 2017 e 2018, Major Vieira teve 71 casos de câncer diagnosticados. Desses, 20 eram de pele e o restante de localizações múltiplas, como esôfago, intestino, pulmão e cérebro. “O índice é muito alto. Nos últimos três anos, registramos três casos de câncer cerebral”, conta. “As três pacientes, de 9, 13 e 23 anos, foram a óbito.”

Ela afirma que a maioria dos casos vem dos moradores do interior do município. “Cientificamente, não há um estudo que possa provar que estar dentro da produção de fumo é o causador direto do

câncer, mas é muita coincidência”, diz. “E a gente sabe que não precisa passar inseticida para sentir os efeitos do agrotóxico. Só de estar no ambiente em que existe aplicação de agrotóxico já pode ser o elo causal para a doença.”

Há um grande sentimento de impotência, de acordo com a médica. “A gente faz atenção básica, então tenta não colocar um diagnóstico definitivo, mas no fundo sabemos que a pessoa ali tem um prazo de validade”, conta. “Você faz o diagnóstico e depois faz o atestado de óbito.”

O que dizem as empresas

Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

Em relação ao uso de Equipamentos de Proteção Individual por trabalhadores do fumo, as empresas *Souza Cruz*, *Philip Morris* e *JTI* afirmam que a obrigatoriedade da utilização dos equipamentos está prevista em contrato e que os fornecem a preço de custo para os parceiros integrados. Quando os fumicultores são vistos sem EPI pelos técnicos agrícolas, as empresas são comunicadas e os produtores, notificados.

“Em caso de reincidência, o contrato com a empresa pode não ser renovado para a safra seguinte”, afirma a *Souza Cruz*. A *Philip Morris* explica que na safra de 2019 foram identificados 14 casos relacionados à utilização inadequada do EPI. Deste total, 13 foram corrigidos. “Em um dos casos especificamente o contrato de fornecimento foi interrompido pela reincidência na prática por parte do produtor, a despeito das tentativas da empresa.”

Já a *JTI* salienta que estabelece uma relação comercial com o produtor integrado e que não é responsável por todas as etapas produtivas da cadeia. “No âmbito dessa relação comercial, entendemos que a responsabilidade diretiva sobre o trabalho executado na lavoura é daquele que explora e lucra com esta atividade, que é o agricultor, seja proprietário ou meeiro.” A empresa afirma que, como as outras, notifica os produtores flagrados sem o EPI e os orienta sobre a necessidade de utilização.

A Afubra afirma que o trabalho de conscientização sobre o uso do EPI “é frequentemente realizado pelas empresas fumageiras, que mantêm orientadores agrícolas que acompanham o plantio nas propriedades de seus produtores integrados”. O uso de EPIs e aplicação correta de agrotóxicos também é tema de cartilhas da Associação.

Iro Schünke, do SindiTabaco, explica que o produtor é conscientizado e tem o EPI vendido a preço de custo pelas empresas. A decisão final de usá-lo ou não, no entanto, é do próprio produtor. “Quando não usa, é uma decisão realmente errada do produtor”, avalia.

Questionado sobre a dificuldade relatada por fumicultores de usar a vestimenta para colheita da folha molhada do fumo durante o verão, Schünke diz que o SindiTabaco propôs a melhor vestimenta para este tipo de atividade. “Nós, inclusive, contratamos um professor para desenvolver uma vestimenta o mais confortável possível. Naturalmente, para você evitar a passagem de líquido, a vestimenta tem que ter alguns pré-requisitos que podem deixá-la menos confortável.”

Casos de depressão e suicídios

Relatos de agentes de saúde e médicos entrevistados em diversos municípios produtores de tabaco indicam uma possível epidemia de suicídios e casos de depressão entre os fumicultores. Para esses profissionais da saúde, esses casos estão relacionados a diversos fatores, como a contaminação por agrotóxicos.

A *Philip Morris Brasil* afirma que não tem conhecimento de “indícios que estabeleçam uma correlação direta entre esses fenômenos”. A *Souza Cruz* respondeu que “desconhece epidemias desse tipo”, e a *JTI*, por sua vez, afirma não compactuar “com a opinião comum de que a cultura do tabaco utiliza agrotóxico de forma a causar ‘epidemias’ de depressão e suicídio”.

JTI e *Philip Morris Brasil* citam pesquisas que mostram que o tabaco é um dos produtos agrícolas que menos utiliza defensivos no

Brasil. A pesquisa em questão teria sido realizada em 2012 na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP).

A pesquisa também é citada em todos os materiais de divulgação do setor pelo SindiTabaco. O estudo, segundo a entidade, mostra que o tabaco “é a cultura comercial que menos utiliza agrotóxicos no Brasil, cerca de 1 quilo de ingrediente ativo por hectare”. É lembrada, a todo momento, pelo presidente do sindicato da indústria, Iro Schünke.

Informações básicas sobre o estudo, como o nome da pesquisa, o nome do autor e onde ela pode ser acessada, no entanto, nunca são anunciadas. Os autores deste livro solicitaram ao SindiTabaco acesso à pesquisa. O pedido parece ter pego a instituição de surpresa: ninguém sabia como encontrá-la. De acordo com uma funcionária do sindicato da indústria, “um pessoal que está aqui há mais tempo disse que a pesquisa foi encomendada pela *Souza Cruz*”.

Um novo pedido de acesso à pesquisa foi feito diretamente à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP). Porém, sem o nome da pesquisa e do autor, localizar o estudo se torna uma tarefa difícil. “Nós temos pós-graduandos que realizam pesquisas, e algumas delas são encomendadas por empresas privadas”, explica a assessora de comunicação da ESALQ/USP. Assim, o nome da maior instituição de ensino do país é utilizado para dar força a um argumento com informações pouco transparentes.

Este capítulo trata das jornadas exaustivas de trabalho no processo de secagem e ordenamento das folhas de tabaco e dos critérios nebulosos de classificação e precificação do fumo. O texto também traz um panorama do desmatamento e contaminação das águas decorrentes da atividade produtiva, que prejudica, além das próprias famílias fumicultoras, comunidades quilombolas e indígenas localizadas ao redor das áreas de plantio.

5. SECAR

Antes que o fumo seja beneficiado pela indústria, as folhas precisam secar em estufas localizadas dentro das propriedades rurais. Ali também passam por um processo de classificação. Após meses de jornadas exaustivas, o fumicultor percebe que não basta cumprir todas as normas estabelecidas pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT) para receber a remuneração estimada no início da safra. Ao final, o valor pago estará à mercê dos interesses da fumageira.

Além dos impactos na vida dos produtores, a cadeia produtiva do fumo atinge em cheio o meio ambiente. Com uso intensivo de agrotóxicos no cultivo e alta demanda de lenha para a cura das folhas de tabaco, a fumicultura fere, suja e seca os recursos naturais. É um cenário de consequências graves tanto para quem cultiva quanto para quem não produz tabaco, mas vive nas redondezas das lavouras, incluindo cidades e povoados.

Sempre há algo a ser feito dentro de uma propriedade de pequenos fumicultores. O descanso após um dia de trabalho é escasso, e as confraternizações sempre são relegadas a segundo plano. Na metade do ano é momento de preparar o solo e a semeadura. A folga no feriado que marca a Independência do Brasil é substituída pelo trabalho com o transplante das mudas para o campo. Natal e Ano-Novo passam batidos porque coincidem com a colheita. É o auge do verão e as famílias trabalham mais de 12 horas por dia, aplicando agrotóxicos, colhendo as folhas maduras e ajeitando-as em fardos, guardados dentro de galpões.

Na etapa seguinte, quando, enfim, o carnaval se avizinha, não há folia que interrompa o processo de secagem do fumo. Após meses de trabalho ao ar livre, o suor continua a escorrer pelas têmporas dos fumicultores, que cultivam o fumo tipo *Virgínia*, variedade mais produzida no país e que precisa ser desidratada em fornos alimentados a lenha. O procedimento muda com o tipo *Burley*, também conhecido como *Maryland*, que é seco em galpões a temperatura natural, sem emprego de combustão, mas de uso comercial mais limitado.

Assim que as estacas de madeira com as folhas de fumo amarradas são retiradas do forno de secagem, o próximo passo é classificá-las. O fumicultor reúne as folhas de tabaco com características semelhantes, separa-as em fardos e em cada um coloca uma etiqueta com seu nome e uma letra ao lado.

Duas portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) determinam que a classificação seja feita por grupos, subgrupos, classes, subclasses, tipos e subtipos. São levados em consi-

deração aspectos como cor, qualidade, modo de preparo, posição das folhas nas plantas, arrumação e apresentação. No total, são 41 classes.

A cada início de safra, a Comissão de Representação dos Produtores de Tabaco – formada por integrantes da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), das federações dos sindicatos rurais dos três estados (Farsul, FAESC e FAEP) e das federações dos trabalhadores rurais (FETAG, Fetaesc e Fetaep) – se reúne com as empresas para discutir os reajustes dos valores pagos pelo tabaco em cada classificação. Na safra de 2018-2019, os preços pagos pela *Souza Cruz*, maior empresa do setor no Brasil, iam de R\$ 175,65 (classe TO1) a R\$ 10,50 (classe ST) por arroba.

Há anos, Danilo Pfeiffer, morador de uma das milhares de propriedades agrícolas familiares que se dedicam ao cultivo do fumo no Sul do Brasil, vive a exaustiva rotina da produção de tabaco. “A gente passa lidando com o fumo o ano todo”, explica o fumicultor, que nunca trabalhou com outro cultivo. Sua propriedade fica em Paraíso do Sul, cidade de 8 mil habitantes localizada a 224 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Em dezembro, toda a família se aglomera no galpão para ajudar no trabalho: a esposa, a sogra, os dois irmãos jovens, cada qual em uma função frenética e que parece nunca ter fim. Acostumados com a atividade, não se deixam afetar pelo enjoativo e adocicado cheiro despreendido pelo processo de maturação e que toma conta do galpão de secagem e armazenamento, localizado ao lado da casa.

“Os fumicultores não estão se matando. Estão sendo levados à morte”

“Olhando de fora, parece bom, porque eles oferecem semente, adubo, lenha... O ruim é que botam preço em tudo”, afirma Danilo sobre a relação comercial estabelecida com a *China Brasil Tabaco* e a *Japan Tobacco International*, fumageiras que compram o tabaco produzido na propriedade. “O fumo dá dinheiro, mas o lucro fica com a empresa.”

Enquanto uns amarram o tabaco em troncos que serão levados ao forno, outros fazem “manocas” – arrumação das folhas secas em pequenos fardos. A manipulação do fumo acontece com as mãos desprotegidas. Durante essa etapa, a noite chega sem descanso. Alguém precisa acordar a cada duas horas para colocar lenha na fornalha que aquece a estufa e desidrata as folhas. São meses nessa rotina, sem uma noite inteira de sono. O grau de estresse da família vai às nuvens.

Não há como contratar uma pessoa para a jornada noturna, pois falta dinheiro. Alguns, tomados pela exaustão, dormem ao lado da estufa. Esticam um cobertor ou armam uma barraca para evitar a umidade e o frio da noite. Com o passar dos anos, os danos que a produção de fumo causa na qualidade de vida dos fumicultores se evidenciam cada vez mais.

Nesse ritmo, a saúde mental fica comprometida. Durante as viagens de campo realizadas pelos autores deste livro, todos os agricultores entrevistados, nos três estados do Sul, reclamaram do estresse e mencionaram a depressão como um fantasma sobre suas vidas.

O engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro associa esse cenário ao uso de defensivos químicos e defende que não existe forma ecológica de plantar fumo. Pinheiro foi um dos autores do primeiro estudo brasileiro a elencar o uso de agrotóxicos, principalmente organofosforados, como fator de risco para que os fumicultores tirem a própria vida. “Os inseticidas (classe em que se encaixam os organofosforados) são todos depressores do Sistema Nervoso Central (SNC). Eles matam os insetos através da depressão do SNC, bloqueando neurotransmissores. Nos humanos, é isso que causa a depressão”, afirma.

Ele destaca que há complexa conjuntura, na qual o veneno atrapalha a capacidade de raciocínio, levando a uma depressão, que por sua vez desencadeia uma série de processos. “Os fumicultores não estão se matando, eles estão sendo levados à morte”, avalia. Para além dos males da mente, há os que atingem o corpo.

As doenças físicas associadas à produção de fumo

Alguns estudos demonstram os danos físicos causados pela fumicultura. Em 2014, o pesquisador Rodrigo Meucci, do Departamento de Medicina Social da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), avaliou posturas inadequadas e esforço físico demandados pela lida do tabaco como os fatores de risco para problemas como dor lombar, aguda ou crônica, que resultam na limitação do trabalho. Entre os fumicultores entrevistados para o desenvolvimento da pesquisa, 37,6% apresentaram limitação por dor lombar adquirida com o passar do tempo. Como resultado, tinham dificuldades para carregar peso, empilhar lenhas e colher as folhas mais rentes ao chão (MEUCCI, 2014).

Em 2009, Fabiane Heemann, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), identificou, entre outros problemas, fraturas nos braços, mãos e pulsos, em decorrência do esforço repetitivo dos produtores de fumo.

Para atingir o nível de qualidade exigido, o trabalho desenvolvido nestas lavouras expõe esses trabalhadores a intempéries climáticas, a adoção de posturas desfavoráveis, exigindo também o emprego de grande esforço físico. A associação destes fatores de risco pode favorecer o surgimento de problemas de saúde, além de alterações no desempenho funcional, que em curto ou longo prazo podem levar ao afastamento do trabalho. (HEEMANN, 2009)

Em 2014, pesquisadoras da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizaram um estudo qualitativo com 100 fumicultores. Do total de produtores de tabaco entrevistados, “67% relataram sinais e sintomas relacionados à Doença da Folha Verde do Tabaco, 66,7% alterações na coluna, 25% doenças cardíacas, 25% respiratórias e 20% sintomas de depressão leve/moderada” (CARGNIN et al., 2016).

A relação trabalhista entre contratante e contratado, na fumi-

cultura, é singular. Nada, nenhum tratado de relações comerciais ou de gestão privada, nenhum modelo de integração ou convenção internacional de garantia de direitos prevê tal carga de trabalho como algo aceitável em países democráticos.

Em 2013, as psicólogas e pesquisadoras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) Laura Silva Peixoto de Castro e Janine Kieling Monteiro estudaram as estratégias empregadas pelos fumicultores para garantir a lucratividade ao final da safra e as consequências dessas atitudes para suas vidas.

O sofrimento desses agricultores está permeado por um estado constante de preocupação e ansiedade. A busca pela garantia de rentabilidade define o fazer diário dos fumicultores e explica os excessos aos quais se submetem. Expõem-se ao envenenamento e à intensificação do esforço físico para garantir o lucro. O prazer é desfrutado ao mínimo nessa dinâmica potencialmente adoecedora, em que manter a qualidade das folhas de fumo é mais importante para o agricultor do que preservar sua saúde.

Algumas consequências da dinâmica de sofrimento do cultivo do tabaco foram descritas pelos participantes: o trabalho infantil foi apontado como indispensável, os conflitos familiares como a única alternativa para descarga das pulsões tensionais, o consumo de álcool e de tabaco elencados como estratégias para suportar o sofrimento, o suicídio como alternativa aos fumicultores que precisam dar fim ao seu sofrimento em razão do endividamento. (CASTRO; MONTEIRO, 2013)

Classificação do fumo: uma negociação desigual

Quando, enfim, o tabaco está pronto para ser negociado, um agravante a mais entra em cena: o desgaste emocional durante a negociação com as fumageiras, um processo que pode levar várias semanas ao longo do primeiro semestre.

A classificação feita dentro da propriedade pelos fumicultores, estabelecida pelo contrato, não é levada em conta quando o tabaco

chega às fábricas. Na classificação oficial, um funcionário da empresa reavalia o produto, a olho nu. Quando discorda da classificação dada pelo fumicultor, tem liberdade total para alterá-la, sem que o agricultor possa contestar a decisão.

Os técnicos das empresas definem quanto pagarão pelo fumo, supostamente de acordo com critérios de qualidade. No entanto, ano após ano, os agricultores têm suas expectativas frustradas por um sistema subjetivo que é afetado muito pouco pela qualidade do fumo, e mais pelas estratégias de negócio das empresas, em busca da maximização dos lucros. É o que aponta Sebastião Pinheiro, autor de um estudo pioneiro realizado no final dos anos 1990, intitulado “Suicídio e doença mental em Venâncio Aires” (PINHEIRO et al., 1996).

Nesse momento, o agricultor deixa de ser um empreendedor que produz na sua terra com autonomia e independência. “Se ele não pode decidir quanto cobrar por seu fumo, é um subordinado”, avalia o pesquisador. Estudioso do cultivo do fumo há anos, Pinheiro defende que a classificação deveria ser realizada pelo Estado.

Além de complexos, os critérios de classificação são bastante subjetivos, afirmam especialistas. Até mesmo a economia nacional e mundial entra na equação: supersafras e flutuações no mercado internacional podem alterar significativamente a classificação do fumo, contrariando as expectativas e previsões feitas pelos fumicultores.

“O fumo não perde a qualidade de colheita, mas tem a classificação diminuída de acordo com os interesses de câmbio das empresas”, explica Pinheiro. “Se a colheita foi boa na Índia ou na Turquia e há mais oferta do que mercado, o agricultor brasileiro acaba sendo indevidamente penalizado.” A qualidade, tão buscada pelo agricultor para aumentar os ganhos, se esfarela no processo de classificação imposto pelas empresas com as quais ele tem contratos e dos quais não consegue se livrar.

Os impactos da produção sobre comunidades indígenas

Além da exploração econômica e dos impactos à saúde dos fumicultores, a cadeia produtiva do fumo causa danos irreparáveis à natureza: a terra fica empobrecida devido a monocultura e ao uso de agrotóxicos; a madeira que sustenta o fogo nos fornos das estufas é resultado da derrubada da vegetação local; a água dos córregos, rios e lençol freático, utilizada pelas famílias fumicultoras e por comunidades vizinhas às plantações, é contaminada pelo uso de defensivos agrícolas; e o ar fica impregnado por partículas tóxicas oriundas da queima de lenha durante o processo de secagem das folhas de tabaco.

Paralelo a isso, somam-se as condições precárias de saneamento básico. Somente metade das propriedades tem fossas sépticas. O restante dos dejetos vai para fossas rudimentares, sem controle sanitário, ou outros destinos não especificados. Metade dos agricultores queima o lixo ou o deposita em aterros improvisados dentro da própria área, com impactos ambientais não mensurados pelos municípios, de acordo com pesquisa realizada no Centro de Estudos e Pesquisas em Administração (CEPA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2016 (CEPA, 2016).

Os efeitos ao meio ambiente são sentidos não só por quem depende diretamente da atividade para sobreviver, mas também por comunidades que vivem próximas às lavouras. Um exemplo está na Terra Indígena (TI) Ibirama-La Klãnõ.

Atravessada por uma única via de acesso, a área é formada por oito aldeias entre os municípios de Doutor Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux, Rio Negrinho e Vitor Meireles, em Santa Catarina. Nelas, de acordo com dados de 2013 da Secretaria Especial de Saúde Indígena, moram 2.057 índios, sobretudo do povo Xokleng, com alguns descendentes Kaingang e migrantes Guarani.

Os indígenas suspeitam que a água de suas aldeias esteja contaminada: os peixes, fonte de alimento, morrem nos rios, e os casos de

câncer, abortos espontâneos e outras doenças aumentaram muito, nos últimos anos, entre a população indígena da região. O cultivo intensivo de tabaco, realizado no alto dos morros em volta da TI, favorece a descida dos agrotóxicos quando chove, contaminando rios e ribeirões que abastecem as famílias.

“Os colonos ao redor, na Serra da Abelha, na Barra do Prata, só plantam fumo. Bem na beira das nascentes. Então, quando dá enxurrada, vem tudo para a água. Pode notar: o rio hoje está que nem barro. Isso vem tudo da roça de fumo. Com certeza o veneno vem todo junto”, afirma o cacique Tucun Gakran, de 49 anos.

A suspeita de que as lavouras de fumo estão piorando a saúde indígena e comprometendo os meios de vida é repetida pelo vice-cacique Paté Juvei, chefe da Aldeia Coquinho, e pelas agentes de saúde Domingas da Silva e Cristiane Gisele Paté dos Santos.

Ao longo da estrada que cruza toda a terra indígena, cada três ou quatro casas compõem um núcleo familiar. Ao redor, há pequenas vendas e muitas igrejas. Parte das moradias está situada em áreas de relevo mais baixo, em direção ao Rio Hercílio. As outras, em regiões mais íngremes, convivem com a ameaça constante de desmoronamentos. Fortes enxurradas afetaram a Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ, na aldeia Palmeirinha, há anos interditada.

A Barragem Norte, a maior obra de contenção de enchentes do Brasil, está localizada no meio da TI. Iniciada na década de 1970 e finalizada em 1992, foi construída para combater as enchentes que assolam a região do Vale do Itajaí. Em períodos de muita chuva, o volume de água retida pela barragem também alaga estradas no entorno do Rio Hercílio, atingindo casas e plantações. É algo que compromete as condições de sobrevivência e produção dos indígenas, uma vez que as estradas, já sem muita manutenção, ficam intransitáveis.

Na região marcada pelo cultivo do tabaco, os efeitos do encontro entre o volume de agrotóxicos e as águas dos rios cheios são

vastos, segundo a agente indígena de saúde Domingas da Silva. “A saúde do nosso povo está muito complicada. Muitos indígenas estão sofrendo. Muitos abortos estão ocorrendo, logo no início da gestação. Há muitos casos de envenenamento do fumo nos índios que saem para trabalhar [nas lavouras]. Está acontecendo muito disso. Problema de câncer, vesícula – temos muitos indígenas que já tiraram a vesícula, por ter pedra”, explica.

O vice-cacique Paté Juvei, da Aldeia Coquinho, destaca a falta de peixes, fonte de alimento tradicional das aldeias, no rio que a comunidade julga estar contaminado. “A gente só vê peixe morto em cima do rio, peixe morrendo.” O cacique Tucun Gakran afirma que não há mais peixes nativos na região. “Tem os peixes que os colonos criam e caem na água: carpa, tilápia... Estes não são nativos daqui. Mas nativo mesmo, como tinha antes, não tem mais.”

A agente de saúde Cristiane Gisele Paté dos Santos avalia que esses fatores agravam a saúde indígena. “Ao redor da nossa reserva é mais colono, e eles vivem disso [do fumo]. Eles plantam. E isso vem intoxicando não só o ar, não só a água, a terra também, tudo. Vai agravando a saúde dos que moram perto.”

Outro impacto da proximidade do cultivo de fumo, segundo os entrevistados, é a demanda de trabalho. Sendo uma forma rápida de ganhar dinheiro, e diante de poucas opções alternativas, indígenas são contratados para o serviço nas lavouras, sobretudo na época da colheita. Na lida com os agrotóxicos, alguns já manifestaram problemas de saúde, a ponto de serem levados ao hospital e depois retornavam às aldeias, com vômito, diarreia, febre e dores de cabeça. Famílias da comunidade também passaram a plantar fumo por conta própria, algo que não fazia parte das atividades tradicionais da TI.

Água contaminada por agrotóxicos

Dados recentes do Ministério da Saúde reunidos no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano

(Sisagua)⁶, a partir de testes realizados entre 2014 e 2017 por empresas de abastecimento espalhadas pelo país, corroboram as suspeitas dos indígenas a respeito da qualidade da água potável disponibilizada para o consumo dos brasileiros.

Um coquetel de 27 agrotóxicos está presente na água de um em cada quatro municípios do Brasil. São todos os que, por lei, devem ser controlados. Das 27 substâncias, 16 são classificadas como extremamente ou altamente tóxicas pela Anvisa; 11 estão associadas a doenças como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos, sendo cinco delas “prováveis cancerígenos”, de acordo com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos; e 21 são proibidas pela União Europeia por conta dos riscos potenciais à saúde e ao meio ambiente.

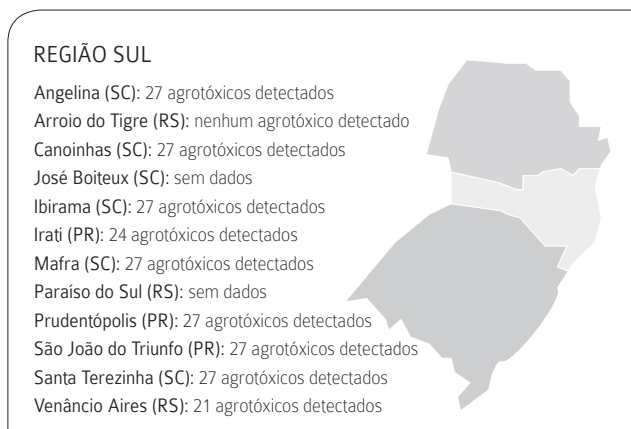
Além de sua presença massiva, os dados do Sisagua apontam que a contaminação da água por pesticidas oriundos da agricultura vem aumentando de maneira contínua no país. Em 2014, 75% dos testes indicaram a presença dos agrotóxicos. Em 2015, o percentual subiu para 84%, e para 88% em 2016. Em 2017, alcançou 92% de contaminação.

No mapa⁷ que sintetiza visualmente os resultados do levantamento, Paraná e Santa Catarina estão praticamente inteiros pintados de bordô – a cor que indica a presença de *todos* os 27 agrotóxicos testados nas redes de abastecimento de água. O Rio Grande do Sul apresenta situação menos grave, mas uma das cores que predomina, em cerca de metade do território do Estado, é a cinza, indicando áreas em que “testes não foram feitos”.

Entre os estados que mais têm cidades com água contaminada pelo coquetel completo de agrotóxicos, estão o Paraná, com 326 municípios, de um total de 399 (81,7%), e Santa Catarina, com 228, de um total de 295 (77,3%), e só perdem para São Paulo.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2kqNnSO>

⁷ A versão interativa do mapa, com informações referentes a cada município brasileiro, pode ser acessada em: <http://portrasdoalimento.info/agrotoxico-na-agua/>



Nos municípios produtores de fumo visitados para a produção deste livro – incluindo Ibirama, José Boiteux e Santa Terezinha, nas proximidades da Terra Indígena (TI) –, os números do Sisagua indicam a seguinte realidade:

Apesar da abrangência do levantamento, há um vazio de informações significativo: 52,6% dos municípios brasileiros não realizaram testes na água entre 2014 e 2017.

A lei brasileira estipula limites seguros apenas para as substâncias tomadas isoladamente. Assim, as ações e políticas públicas de controle e prevenção não levam em conta a mistura de agrotóxicos. Na água consumida pelas pessoas, conforme demonstram os dados do Sisagua, eles se encontram combinados. Estudos já apontaram que a interação de substâncias – o chamado “efeito coquetel” – pode gerar novos efeitos e até multiplicá-los.

As consequências sociais e ambientais dos agrotóxicos

O aumento exponencial e indiscriminado do uso de agrotóxicos pelo mundo, na segunda metade do século 20, está relacionado

à modernização das práticas agrícolas em busca de uma maior produtividade. A fumicultura exige grande volume destes em todas as etapas do ciclo produtivo, do plantio da semente à colheita das folhas, processo que dura cerca de dez meses, com alta demanda de força de trabalho.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), dentre os tipos utilizados nas lavouras de fumo constam herbicidas, inseticidas, fungicidas e antibrotantes, com destaque para o uso de inseticidas organofosforados e carbamatos – agrotóxicos lipossolúveis que “podem ser absorvidos por inalação, ingestão ou exposição dérmica” (INCA, 2018a).

A intoxicação resultante da lida diária com os venenos expõe fumicultores ao risco de alterações neurocomportamentais, podendo evoluir para casos de depressão e suicídio, de acordo com o Observatório da Política Nacional da Cultura de Tabaco do INCA (INCA, 2019a).

Um dos fatores de contaminação da água e do solo observado por pesquisadores é o descarte de embalagens vazias de agrotóxicos próximo às lavouras, margens de rios e córregos e nas beiras de estrada. A destinação final correta – conforme prevista pela lei brasileira – pode diminuir os problemas ambientais de contaminação e os riscos à saúde da população (ASCARI; SCHEID; KESSLER, 2012).

De acordo com a Lei nº 9.974/2000, as embalagens vazias de agrotóxicos precisam ser triplamente lavadas pelo usuário antes da devolução, que deve ser feita junto com tampas e rótulos, assim que o agricultor tiver reunido quantidade suficiente que justifique o transporte e esteja dentro do prazo.

As empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, são responsáveis pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, após a devolução

pelos usuários, e pela dos produtos apreendidos pela ação fiscalizatória e dos impróprios para utilização ou em desuso, com vistas à sua reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes. (BRASIL, 2000)

Na Terra Indígena Ibirama-La Klãnõ, os caciques Tucun Gakran e Paté Juvei apelam à responsabilidade das empresas compradoras do tabaco plantado nas redondezas sobre a necessidade de avaliar os impactos negativos da atividade sob a população indígena.

Os indígenas se sentem abandonados e desacreditados. No discurso, não culpam os agricultores pela situação, nem cobram delas atitudes para revertê-la. Também não pedem o fim da produção de fumo. “Eu queria que as empresas se conscientizassem em olhar não só para a comunidade indígena, mas também para os colonos que trabalham com isso, às vezes sem orientação. Eu queria que eles olhassem com mais atenção e viessem ver o que está acontecendo aqui”, diz Tucun Gakran.

“Nós, a liderança, e a comunidade pedimos para que seja realizado um levantamento para análise da água para sabermos o que estamos consumindo”, completa o cacique da TI. “A gente está vendo isso. Dá para notar, porque a pessoa morre mais de câncer aqui. E a gente não sabe de onde está vindo isso. Então seria muito importante se alguém fizesse esse levantamento para nós.”

“Eu gostaria que a sociedade e as pessoas que têm mais conhecimento de análise das coisas – como da água, do peixe, da terra, das plantações – revissem isso para evitar que a comunidade venha a sofrer mais. Que viessem aqui na terra indígena para fazer a análise e levassem esse conhecimento às autoridades, para entrar em contato com a empresa e rever... Porque a gente está sofrendo demais com isso”, pede o cacique Paté Juvei.

Cai a Mata Atlântica, sobe o eucalipto

Com a consolidação e a expansão do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), a quantidade de lenha necessária para manter o ritmo de produção aumentou consideravelmente. Uma das consequências do desenvolvimento econômico do setor no Brasil foi o desmatamento da vegetação nativa das áreas produtoras e substituição por espécies exóticas, como o eucalipto.

Segundo os dados da Afubra, entre os anos de 1995 e 2018, o número de famílias produtoras na Região Sul variou entre o mínimo de 132.680, em 1995, e o máximo de 198.040, em 2005. Os hectares plantados e o volume da produção em toneladas atingiram os picos de 439.220 hectares e 842.990 toneladas, respectivamente, no mesmo ano, 2005⁸.

Em termos de produtividade (kg/ha), os valores máximos foram alcançados nas duas últimas safras: 2.365, em 2017, e 2.306, em 2018. O preço por quilo e o valor total da produção cresceram de forma constante em quase todo o século 21. A marca dos R\$ 6 bilhões foi superada pela primeira vez em 2017, com a safra seguinte valendo ainda mais.

“A multiplicação do número de famílias fumicultoras pelo consumo médio de lenha em uma única safra pode gerar cifras astronômicas, cuja conversão em área desmatada também é problemática”, aponta a pesquisadora Ana Carolina Dionísio em sua dissertação de mestrado para o programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). “O desmatamento relacionado ao fornecimento de lenha para curar uma das maiores produções mundiais de fumo *Virgínia* constituiu, desde a década de 1980, um dos principais impactos ambientais da fumicultura.” (DIONÍSIO, 2016, p. 97).

Em sua pesquisa, a historiadora fez um apanhado de estudos e relatórios, realizados tanto por organizações ligadas ao controle do tabagismo quanto encomendados pela indústria do cigarro, que busca-

⁸ O levantamento é realizado anualmente a partir de 2005. Antes disso, há dados dos anos de 1995 e 2000. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>

ram avaliar os efeitos sobre o meio ambiente, a nível global, do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT). Um ponto comum entre as pesquisas levantadas é o alto grau de desmatamento exigido pela atividade.

O relatório “*The use of wood by the tobacco industry and the ecological implications*”, de 1986, avaliou o consumo de lenha em sete países de terceiro mundo produtores da *commodity*, incluindo o Brasil. Chegou-se ao valor médio de 7,8 quilos de madeira para cada quilo de fumo curado – no Brasil, o valor foi de 5,9 quilos –, bem acima da meta estabelecida como sustentável, de 2 a 3 quilos.

O Banco Mundial, em estudo realizado dois anos antes, calculou número quase sete vezes maior: para curar 1 quilo de fumo, eram necessários 52 quilos de lenha. “A relação entre cura do tabaco, falta de lenha, desmatamento e outros tipos de degradação ambiental está se tornando cada vez mais clara”, afirma o relatório, intitulado *World Bank Tobacco Financing: the environmental/health case – background for policy formulation*. Um dos dados citados é a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que 12% do corte de árvores mundial ocorria em decorrência do processo de cura do tabaco.

Já em 1984, o Banco Mundial classificou a atividade como insustentável, a menos que a lenha voltada para a produção de tabaco fosse plantada em milhões de hectares de terra. O organismo também constatou o aceleramento da desertificação em áreas do Maláui e da Tanzânia.

Ao estimular o reflorestamento como opção para o suprimento de energia, a instituição financeira internacional – tendo recursos vultosos aplicados no setor, espalhados por diversos países do mundo – se encontrava, segundo a historiadora, “na encruzilhada moral de continuar apoiando ou não a produção de uma *commodity*”

⁹ O estudo foi realizado pelo engenheiro florestal Alastair Fraser, da International Forestry Science Consultancy (atual LTS International), com financiamento da International Tobacco Information Centre (Infotab), grupo que reúne dezenas de empresas do setor. Disponível em: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/#id=ppgl0049>

altamente rentável, mas com pesada carga socioambiental para seus produtores e comprovados riscos à saúde para seus consumidores” (DIONÍSIO, 2016, p. 103).

Em outros documentos que avaliam o custo ambiental do cultivo do tabaco, a lógica do sistema integrado de produção é utilizada como forma de justificar, contrapor ou diminuir a responsabilidade das grandes empresas do setor no desmatamento global.

O estudo intitulado “*Summary of IRRC’s study on tropical deforestation*”¹⁰, de 1991, afirma que a *British American Tobacco (BAT)*, controladora da *Souza Cruz*, “não possui fazendas de tabaco e não cultiva tabaco em nenhum lugar do mundo. Em vez disso, depende de milhares de agricultores independentes para produzir as colheitas”. Citando o caso brasileiro, o documento descreve ações de reflorestamento e estímulo ao plantio de eucalipto para suprimento de lenha, ressaltando que a *Souza Cruz* “não usa madeira nativa como fonte energética”.

Trata-se, de acordo com Dionísio, de um discurso argumentativo recorrente, que “traveste a relação dos agricultores com a indústria de ‘independente’ e corrobora a não responsabilização da companhia pelo desmatamento gerado para produzir o tabaco que ela compra” (DIONÍSIO, 2016, p. 103).

Dados mais recentes sobre a relação entre fumicultura e desmatamento são escassos no Brasil, e os estudos acadêmicos que discutem o tema se baseiam, por conta disso, sobretudo em entrevistas com agricultores, lançando luz em regiões específicas e sem relacioná-los, necessariamente, apenas ao cultivo do tabaco.

¹⁰ IRRC é sigla de *Investor Responsibility Research Center*, instituto ligado à Universidade de Delaware (EUA) e responsável pelo estudo. Segundo o site do IRRC, os 75 relatórios do grupo cobrem “uma vasta gama de tópicos de interesse para investidores”, sendo “objetivos, imparciais e amplamente disseminados”, citados por “agências reguladoras, legisladores, acadêmicos e líderes em investimento” (tradução nossa). Disponível em: <https://www.weinberg.udel.edu/irrci/about>

Em meio à falta de levantamentos sistemáticos, dois pontos de convergência observados por pesquisadores são a expansão da cobertura vegetal com espécies exóticas e o uso extensivo – já tendo se aproximado a 90% dos fumicultores em certas áreas de Santa Catarina – de lenha nativa nas lavouras¹¹.

O impacto ao meio ambiente é visível. No entorno da Terra Indígena (TI) Ibirama-La Klãnõ, no Vale do Itajaí (SC), árvores do gênero *Eucalyptus* dominam a vegetação, fazendo-se presentes até em topos de morro, o que contraria o Código Florestal. Segundo o dispositivo, os topos de morros são considerados áreas de preservação permanente.

Em documento com orientações, recomendações e políticas para planejar alternativas sustentáveis ao cultivo do tabaco, elaborado em parceria com a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), o INCA faz o seguinte panorama dos impactos ambientais causados pela atividade:

A degradação da floresta, o desmatamento para obter a madeira necessária para o processo de cura do tabaco e o desmatamento realizado pelos fumicultores para limpar a terra (por vezes compensando os níveis de nutrientes perdidos em terras cultivadas anteriormente) levam a alguns dos principais tipos de alteração de vegetação associados com as perdas da biodiversidade que resultam do cultivo do tabaco em muitos países em desenvolvimento.

Mesmo que a quota global das terras agrícolas utilizadas para a cultura do tabaco seja menor que 1%, o seu impacto no desmatamento global é maior. Em alguns países, a pesquisa sugere que o cultivo do tabaco pode ser até dez vezes mais agressivo do que a soma de todos

¹¹ Entre os estudos estão a tese de doutorado *Atrás da cortina de fumaça. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica* (2000), de Sérgio Luís Boeira, e o artigo *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/RS* (2002), de equipe multidisciplinar coordenada pela geógrafa Virginia Elisabeta Etges. Este trabalho foi financiado pelo IRDC, centro de pesquisas do governo canadense.

os outros fatores em relação ao desmatamento. O custo dos prejuízos socioecológicos é suportado quase exclusivamente pelos agricultores. O tabaco, sendo uma monocultura, esgota os nutrientes do solo. É um cultivo que exige muitos insumos e, em certas circunstâncias, necessita de uma grande quantidade de pesticidas e fertilizantes. O tabaco figura entre as dez culturas com as maiores taxas de uso de fertilizantes. (INCA, 2016, p. 7)

Tendo trabalhado na fumicultura desde a década de 1970, agricultores dos municípios catarinenses de Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento, no Alto Vale do Rio Tijucas, foram unânimes ao relatar à historiadora Ana Carolina Dionísio, em entrevistas realizadas em 2015, o uso exclusivo da mata nativa para a cura das folhas de tabaco no passado.

A situação começou a mudar na virada do século 21, com restrições legais ao corte de espécies nativas para a fumicultura. Em 2000, a partir de inspeções da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental de Santa Catarina, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MP-SC), a Afubra e o SindiTabaco. O acordo buscava garantir a procedência regular da madeira utilizada pelos produtores de fumo.

Pelo disposto nas cláusulas do documento, as empresas deveriam, além de fornecer crédito e promover campanhas de estímulo ao reflorestamento, estabelecer nos contratos a compra de fumo *Virgínia* apenas se este fosse curado com lenha comprovadamente legalizada, conforme os critérios das entidades ambientais catarinenses.

Ana Carolina Dionísio avalia que “ainda que a medida exata do desmatamento relacionado à fumicultura seja talvez impossível de estabelecer, a tomada de uma medida como esta é indicativa dos níveis críticos a que pode ter chegado a exploração da Mata Atlântica para alimentar as estufas de secagem do fumo” (DIONÍSIO, 2016, p. 113).

A assinatura do TAC marcou uma ruptura aos costumes dos fumicultores: a exploração da floresta nativa, até então atividade nor-

mal, foi transformada em crime ambiental. “O insumo antes abundante e gratuito – a lenha – passava a ter que ser registrado, autorizado, comprado ou *plantado*.” (DIONÍSIO, 2016, p. 114).

A criminalização teve implicações não apenas econômicas. A mudança ajudou a aprofundar as relações de dependência entre agricultor e fumageiras no sistema integrado de produção. Nos novos contratos de compra e venda, o agricultor via-se obrigado a garantir que a lenha consumida em sua propriedade vinha de fonte legalizada, ao mesmo tempo eximindo de quaisquer responsabilidades as empresas compradoras.

Além do contrato, o produtor tinha que assinar um termo de compromisso declarando que recebeu orientação da indústria fumageira sobre a proibição do uso de mata nativa para a secagem de fumo, da oferta de linhas de crédito para a aquisição de lenha de fontes regulares e a disponibilidade de aquisição de mudas para reflorestamento e orientação técnica para o plantio. Na prática, portanto, os compromissos firmados no TAC entre poder público, empresas e Afubra foram repassados contratualmente ao produtor.

Em 2006, o Sindifumo – atual SindiTabaco – elaborou o manual “Preservar o meio ambiente é compromisso de todos”, com dicas e orientações de reflorestamento aos fumicultores. O discurso, por trás do fundo ecológico, sustentável e de responsabilidade ambiental, não esconde suas razões econômicas e de blindagem das empresas.

Ante a proibição do corte de vegetação nativa, houve a necessidade de expansão e o estímulo à prática de reflorestamento com espécies exóticas, iniciada décadas antes, a fim de garantir o fornecimento de lenha para as estufas e a continuidade da produção de tabaco *Virgínia*. Áreas remanescentes de Mata Atlântica, com flora diversificada, passaram a contrastar cada vez mais com a uniformidade das florestas plantadas.

Outra forma de estímulo à disseminação do cultivo de eucalipto como fonte de matéria-prima para a cura do tabaco, segun-

do relato dos agricultores, deu-se através dos serviços de assistência técnica das empresas. Foi com a atuação de instrutores da indústria tabagista que “o *know-how* sobre as florestas exóticas” pôde se espalhar “capilarmente a cada pequena propriedade fumicultora” (DIONÍSIO, 2016, p. 127), processo que se repetiu em outros países produtores de tabaco, como Quênia, Argentina, Chile, Sri Lanka e Bangladesh¹².

O avanço da produção sobre os territórios tradicionais

A produção do fumo avança sobre comunidades tradicionais do Estado. Se em Santa Catarina a população atingida é formada por indígenas da TI Ibirama-La Klãnõ, no Paraná o historiador Raphael Pagliarini, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estudou os impactos da produção em comunidades quilombolas.

Localizadas em áreas rurais do município paranaense de Ivaí, as comunidades quilombolas de Rio do Meio e São Roque são atualmente reconhecidas como “remanescentes de quilombos” pela Fundação Cultural Palmares. Ainda assim, aguardam a regularização fundiária de terras ocupadas desde o século 18.

A chegada do tabaco à região, a partir de 1990, alterou a maneira como os quilombolas estabeleciam relações de trabalho e de cuidado com os seus territórios, provocando impactos na vida social e cultural e no meio ambiente local. Muitos moradores, até há pouco tempo, estavam envolvidos com a produção de fumo, possuindo várias estufas para secagem das folhas.

Mas o cenário mudou: vários desistiram da atividade ao perceber que a quantidade de lenha demandada destruía a passos largos

¹²O documento *Afforestation Programmes*, da British American Tobacco (BAT), lista programas de reflorestamento pelo mundo, estabelecidos entre 1979 e 1986, com a lista de espécies plantadas em cada país. Disponível em: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/#id=zgw10194>

as matas nativas. Desconsiderar o investimento realizado até então pelos quilombolas pouco pesou diante do valor da mata, que poderia proporcionar retorno financeiro de outras formas, como através da criação de abelhas e da produção de mel.

As estufas abandonadas foram transformadas em moradia para recém-casados. Estruturas ainda em funcionamento também passaram a abrigar famílias da comunidade, dividindo espaço com as folhas de fumo (PAGLIARINI, 2018).

Este capítulo apresenta uma análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas que controlam a cadeia produtiva do fumo e suas estratégias de influência sobre políticos, organizações do Terceiro Setor e a população das regiões produtoras. O texto também mostra quais as alternativas dos fumicultores para a diversificação de cultivo e as mudanças para outros modelos de agricultura, como o agroecológico.

6. TRAGAR

Lesões físicas e psicológicas afligem os agricultores que estão na base da cadeia produtiva do tabaco. Ainda assim, tocar em aspectos que mudem as condições de trabalho dos fumicultores no Brasil é mexer com interesses que extrapolam as fronteiras nacionais. Milhões de dólares estão em jogo a cada nova safra e é preciso, pela lógica das empresas, proteger os negócios. O lobby feito pelas multinacionais torna o enfrentamento a essa situação ainda mais difícil. Algumas alternativas, porém, abrem brecha para novos horizontes. Políticas educacionais voltadas para o campo, agroecologia e diversificação do cultivo permitem outros sonhos às famílias camponesas.

Duas cidades gaúchas, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, sediam fábricas das mais importantes empresas de tabaco do mundo. Ser a terra anfitriã de subsidiárias da *Philips Morris International*, *Japan Tobacco International*, *China Tobacco International*, *Alliance One International* e da *Universal Corporation* movimentam a economia local, gerando emprego e renda. As gestões municipais, no entanto, têm sua autonomia controlada: qualquer política pública que interfira na produção de fumo reverbera em interesses de pessoas que habitam terras distantes, falam diferentes línguas e estão em outros fusos horários.

A globalizada cadeia produtiva do tabaco divide diferentes responsabilidades entre as nações. Ao Brasil cabe a função que remonta ao papel do país no período colonial: a exportação de matéria-prima. Atualmente, essa condição transfere ao Estado brasileiro os custos à saúde de fumicultores intoxicados por agrotóxicos e pela nicotina e os impactos ambientais causados pelo cultivo. O que acontece na vida de milhares de famílias fumicultoras espalhadas pelo mundo é reflexo da decisão tomada por um seleto grupo de corporações.

A *British American Tobacco (BAT)* é uma das gigantes mundiais no ramo. A participação do *Grupo BAT* no mercado global é de 11,8% – 42,6% do mercado é dominado pela estatal chinesa de tabaco. A companhia mantém mais de 350 mil produtores integrados em 37 países. É líder de mercado em 50 países, entre eles o Brasil¹³.

A *Souza Cruz*, subsidiária brasileira da *British American Tobacco*, é a maior fabricante de cigarros do país e responsável pelo processamento de 30% das folhas de tabaco industrializadas pelo *Grupo BAT*. No Brasil, a companhia possui 27 mil produtores integrados¹⁴.

Quando, em 2014, a *BAT* reformulou suas estratégias na

¹³ *Transforming Tobacco Sustainability Report 2018*. Portal Grupo BAT. Disponível em: <https://bit.ly/2TLazMd>. Acesso em 24 set 2019.

¹⁴ *Sustainable Agriculture and Farmer Livelihoods Focus Report 2017*. Portal Grupo BAT. Disponível em: <http://bit.ly/2mzHHqW>. Acesso em 07 jul 2019.

área de responsabilidade social, incluindo a “agricultura sustentável e prosperidade no campo”, a “conduta corporativa” e a “redução de riscos” como as três frentes de trabalho, os efeitos reverberaram em todas as subsidiárias do grupo, entre elas a *Souza Cruz*, sediada no Rio de Janeiro.

A situação é semelhante com a maior empresa privada de cigarros do mundo, a *Philip Morris International (PMI)*. A *PMI* controla 14,1% do mercado global¹⁵ e é segunda maior fabricante de cigarros do Brasil¹⁶. Interferir nos negócios da subsidiária da *Philip Morris*, instalada no município gaúcho de Santa Cruz do Sul, implica mudanças nas projeções de crescimento de uma corporação gigantesca: são mais de 350 mil agricultores fornecedores de tabaco em 28 países¹⁷.

De acordo com o último relatório de sustentabilidade divulgado pela empresa, em 2017, foram produzidos “791 bilhões de cigarros e outros produtos de tabaco combustível e 36 bilhões de produtos livres de fumo, atingindo aproximadamente 150 milhões de consumidores adultos em mais de 180 países”¹⁸.

Da Ásia vêm outras duas empresas gigantes do setor. Em 2017, a *Japan Tobacco International (JTI)* controlava 8,4% do mercado mundial de cigarros¹⁹. Desde 2018, possui uma fábrica no município de Santa Cruz do Sul (RS). No mesmo ano, a companhia comprou o tabaco de 46,5 mil agricultores ou comerciantes no Brasil, Estados

¹⁵ *The Global Cigarette Industry*. Portal Tobacco Free Kids – agosto de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2ltq6QZ>. Acesso em 15 jul 2019.

¹⁶ O tabaco encurralado – e lucrativo. Portal Revista Exame – junho de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2myYxG2>. Acesso em 16 jul 2019.

¹⁷ *Philip Morris International Report 2017*. Portal PMI. Disponível em: <http://bit.ly/2IGNvhN>. Acesso em 08 jul 2019.

¹⁸ *Philip Morris International Report 2017*. Portal PMI. Disponível em: <http://bit.ly/2IGNvhN>. Acesso em 08 jul 2019.

¹⁹ *The Global Cigarette Industry*. Portal Tobacco Free Kids – agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2I876hJ>. Acesso em 24 set 2019.

Unidos, Etiópia, Japão, Maláui, Sérvia, Tanzânia, Turquia e Zâmbia²⁰.

A China é a maior produtora e consumidora de cigarros do mundo. Em 2017, a estatal *Chinese National Tobacco Company* controlava 42,6% do mercado global, sendo que apenas 1% era exportado para outros países²¹. O fumo plantado pelos fumicultores brasileiros integrados à *China Brasil Tabacos*, representante da estatal no país, é exportado para atender à demanda do mercado interno chinês.

A *Universal Corporation* e a *Alliance One International (AOI)* são empresas que atuam exclusivamente no processamento do fumo, posteriormente distribuído para fabricantes de cigarros de todo o mundo. Juntas são responsáveis por 70% do mercado de fornecimento de tabaco²².

No Brasil, a *AOI* possui indústrias de processamento de tabaco no município catarinense de Araranguá e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, além de unidades de compra em Rio do Sul, Canoinhas e Palmitos, em Santa Catarina, e em Rio Azul, no Paraná. A companhia não divulga dados específicos sobre os produtores integrados a ela no país. De acordo com jornais da região, são cerca de 19 mil²³.

A *Universal Corporation* é uma companhia que opera em 30 países e compra folha de tabaco de mais de 500 mil agricultores no mundo – deste total, 300 mil possuem contratos de fornecimento com a empresa. A *Universal Corporation* industrializa “30% a 40% do tabaco produzido na África e nos Estados Unidos, e entre 15% e 25% do tabaco produzido no Brasil”²⁴.

²⁰ JTI no Brasil. Portal Japan Tobacco International. Disponível em: <http://bit.ly/2mCzRfE>. Acesso em 16 set 2019.

²¹ *The Global Cigarette Industry*. Portal Tobacco Free Kids – agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2I876hJ>. Acesso em 24 set 2019.

²² *What is Alliance One International's Fundamental Value?* Portal Revista Forbes – março de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2I82pNS>. Acesso em 16 ago 2019.

²³ RS: fevereiro marca início do processamento de tabaco na *Alliance One*. Portal Página Rural – fevereiro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2na8BWe>. Acesso em 19 ago 2019.

²⁴ *Universal Corporation – Sustainability Review*. Portal Universal Corporation. Disponível em: <http://bit.ly/2n3N3KH>. Acesso em 13 set 2019.

Diante do alcance e influência que exercem sobre a vida de milhares de pessoas e no meio ambiente de diversos países, ações de responsabilidade e compromissos sociais são abordados pelas multinacionais do setor nos respectivos relatórios de sustentabilidade.

O que dizem os Relatórios de Sustentabilidade:

*British American Tobacco (Souza Cruz)*²⁵

O Grupo BAT afirma que fomenta a agricultura sustentável e estimula a “criação das condições mais apropriadas para que os produtores integrados prosperem em conjunto com a empresa”. A companhia afirma se colocar ao lado dos fumicultores integrados para “orientá-los em relação à diversificação de culturas, à otimização do uso dos recursos naturais e à adoção de práticas e técnicas cada vez mais responsáveis”.

Criadora do Sistema Integrado de Produção de Tabaco (SIPT), a Souza Cruz, subsidiária brasileira da multinacional, assegura que nessa relação os dois elos saem beneficiados. O produtor “tem a tranquilidade de saber que venderá tudo o que contratou”, e a empresa se aproxima das comunidades rurais, “possibilitando parcerias e investimentos de cunho ambiental e social, a contribuição para a redução do êxodo rural e a diversificação da propriedade rural com outras atividades, como, por exemplo, o milho e o feijão após o tabaco”.

Para se manter próxima do produtor integrado, a companhia possui programas em 73 rádios do Sul do país para compartilhar informações e notícias sobre a safra, um portal com conteúdos sobre gestão de negócios da propriedade e previsões climáticas, e uma revista publicada trimestralmente desde 1981.

A Souza Cruz também mantém três programas em parceria com associações da Região Sul: o Programa Sol Rural, que oferece treinamentos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

²⁵ *Sustainable Agriculture and Farmer Livelihoods Focus Report 2017*. Portal Grupo BAT. Disponível em: <http://bit.ly/2mzHHqw>. Acesso em 07 jul 2019.

(SENAR) sobre segurança, organização e limpeza das propriedades; o Programa de Recolhimento de Embalagens Vazias de Agrotóxico, coordenado pelo SindiTabaco, e o Programa Propriedade Sustentável, que promove a capacitação dos proprietários rurais. Este último, conforme informações do portal da *Souza Cruz*, também “monitora todo o movimento econômico das propriedades rurais do programa, proporcionando uma visão de viabilidade financeira e gerando referências para uso para outras propriedades rurais da região produtora de tabaco”.

Investir em programas para diminuir o êxodo rural de jovens é uma das estratégias das empresas do setor para manter a mão de obra no campo. Com o objetivo de “desenvolver um modelo sustentável de agricultura familiar, estimulando o empreendedorismo rural nos jovens do campo”, foi criado, em 2000, o *Instituto Souza Cruz*.

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) reconhecida pelo Ministério da Justiça. As ações para jovens do campo buscam formar lideranças, propagar técnicas para a melhoria de produtos e serviços rurais e oferecer cursos nas áreas de administração rural e gestão de projetos. Segundo informações divulgadas no portal do *Instituto Souza Cruz*, “2,3 milhões de pessoas foram diretamente beneficiadas por meio de 25 projetos, desenvolvidos pelo Instituto ao lado de 240 parceiros institucionais”.

Em 2012, o *Instituto Souza Cruz* criou o programa Novos Rurais²⁶. Com recursos próprios, o programa financia projetos de jovens moradores de municípios rurais com dificuldade de acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Jovem (Pronaf Jovem).

“Aplicado em parceria com entidades de educação formal e organizações contextualizadas ao rural, o programa oferece novas habilidades e competências aos egressos e estudantes do ensino médio

²⁶ Programas Novos Rurais. Portal Instituto Souza Cruz. Disponível em: <http://bit.ly/2IHg66D>. Acesso em 07 set 2019.

dessas instituições, transformando-os em agentes capazes de agregar valor aos produtos e serviços da agricultura familiar.”

A iniciativa é reconhecida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) como uma boa prática para o desenvolvimento sustentável²⁷. O Novos Rurais permitiu a criação, segundo a companhia, de quase 800 novos negócios liderados por jovens do campo.

Em relação à conduta corporativa da *Souza Cruz*, a empresa se guia pela “adoção dos mais altos padrões de ética e transparência em todas as suas atividades”. Os relatórios de sustentabilidade da *British American Tobacco*, que incluem as atividades da *Souza Cruz* no Brasil, não informam com precisão quais medidas estão sendo tomadas para promover a transparência na cadeia produtiva.

*Philip Morris Brasil (Philip Morris International)*²⁸

No portal oficial da empresa, a *Philip Morris Brasil* afirma levar a sério “o papel que temos nas comunidades locais em que operamos e apoiamos ativamente iniciativas para promover a educação e impedir o trabalho infantil nas plantações de tabaco”.

Logo abaixo a esta afirmação, um documento de três páginas chamado “Efeitos do tabagismo na saúde”²⁹ lista brevemente alguns fatos que, durante décadas, foram contestados pelas indústrias do tabaco e pela própria *Philip Morris*: o de que fumar causa doenças graves e dependência e de que todos os cigarros são nocivos.

Disponibilizar informações desse tipo pode ser considerado uma estratégia para evitar condenações judiciais, responsabilizando os

²⁷ Programa Novos Rurais. Portal Instituto Souza Cruz. Disponível em: <http://bit.ly/2lHg66D>. Acesso em 07 set 2019.

²⁸ *Philip Morris International Report 2017*. Portal PMI. Disponível em: <http://bit.ly/2lGNvhN>. Acesso em 08 jul 2019.

²⁹ Efeitos do tabagismo na saúde. Portal Philip Morris Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/2mHevxz>. Acesso em 08 jul 2019.

consumidores pelos danos causados pelo principal produto da companhia, e também um reposicionamento da empresa em direção ao mercado de cigarros eletrônicos.

Em relação aos direitos humanos, a *Philip Morris* afirma que é comprometida com a questão. “Nós vamos conversar e ouvir as pessoas cujos direitos humanos nós talvez afetemos. Nós vamos olhar de perto nossas práticas, continuamente nos esforçar para melhorá-las e operar sistemas para implementar este compromisso do fornecedor ao consumidor.” Para falar de programas de combate ao comércio ilegal e contrabando de produtos, a companhia dedica quatro páginas de seu relatório de sustentabilidade.

O relatório também mostra que desde 2016 a companhia avalia os fornecedores de folha de tabaco por meio de padrões gerais de “Boas Práticas na Agricultura” (*Good Agricultural Practices*, em inglês), que incluem um “Programa de Tabaco Sustentável” (*Sustainable Tobacco Program*, em inglês), administrado de forma independente por uma empresa chamada *AB Sustain*, especializada no gerenciamento da cadeia de suprimentos. Em 2017, fazendas de apenas oito países – dos 28 que a *Philip Morris* tem subsidiárias – eram avaliadas pela agência. O relatório não informa se o Brasil está entre eles.

As Boas Práticas na Agricultura da *Philip Morris International* são divididas em três objetivos: melhorar as condições de trabalho nas fazendas, minimizar o impacto da produção de tabaco ao meio ambiente e tornar a produção de tabaco mais rentável.

Os agricultores integrados são treinados e precisam se comprometer com um “Código de Boas Práticas na Agricultura”. O *ALP Code* (sigla em inglês) estabelece “sete princípios relacionados ao trabalho infantil, à renda e horas de trabalho, ao tratamento justo, ao trabalho forçado, ao ambiente de trabalho seguro, à liberdade de associação e ao cumprimento da lei”.

A *Philip Morris* afirma que técnicos da empresa visitam regular-

mente a propriedade para verificar se os termos do código estão sendo cumpridos. Entre 2016 e 2017, 36 contratos com fornecedores de tabaco foram rescindidos pela *Philip Morris* por descumprimento ao código de conduta e 13 mil situações que necessitavam de intervenção foram relatadas por técnicos durante vistorias nas propriedades.

De acordo com a companhia, um terço das intervenções estava relacionado a “tarefas perigosas realizadas por crianças menores de 18 anos. Os perigos mais comuns referem-se ao contato com folhas frescas de tabaco e risco associado de exposição à nicotina, principalmente durante a colheita, e durante a preparação de filamentos de folhas de tabaco para a cura”.

Para reduzir o uso de mão de obra na colheita, a *Philip Morris* cita em seu relatório um projeto conduzido com agricultores na Grécia. Máquinas são usadas para colher o tabaco do tipo oriental e testes em 40 hectares têm deixado a companhia satisfeita. “Além de aumentar a eficiência, vemos a colheita mecanizada do tabaco oriental como uma forma de mitigar questões relacionadas ao trabalho, como o trabalho infantil.”

*Japan Tobacco International (JTI)*³⁰

Em seu relatório de sustentabilidade de 2018, a JTI informa que investiu US\$ 53 milhões em 839 organizações sociais em 315 comunidades. A companhia afirma atuar em diversas frentes para promover as boas práticas de trabalho na agricultura. A principal delas é o esforço para erradicação do trabalho infantil em sua cadeia produtiva. Para isso, a companhia criou um programa global conhecido como Programa *ARISE* (*Achieving Re-duction of Child Labor in Support of Education*, em inglês).

Até 2018, o programa era conduzido em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde 2011, a OIT recebeu mais de US\$ 15 milhões da *Japan Tobacco International* para o auxílio no desenvolvimento do programa *ARISE* e outras iniciativas da organiza-

³⁰ JT Group Sustainability Report 2018. Portal JTI. Disponível em: <http://bit.ly/2lv0SSf>. Acesso em 19 set 2019.

ção para o combate ao trabalho infantil. Após críticas, a OIT decidiu não renovar o contrato de parceria com a multinacional.

Além das ações do Programa *ARISE* no Brasil, o relatório de sustentabilidade cita a manutenção de um centro de pesquisa e uma fazenda modelo para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao manejo do solo, mecanização, eficiência das práticas culturais e do custo de produção.

Em depoimento ao relatório de sustentabilidade, Jorge Antônio Farias, professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal na Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, faz um elogio à posição da *JTI* e mostra a sintonia entre as pesquisas realizadas na academia e o desenvolvimento do setor.

“Para mim, como pesquisador, o compromisso da *JTI* com a verdadeira busca pela sustentabilidade tem sido muito motivador. Nossa parceria forma uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade energética para pequenos produtores de tabaco.” Em 2010, Farias defendeu sua tese de doutorado em Engenharia Florestal: “Atividade Florestal no Contexto da Fumicultura: oportunidade de desenvolvimento regional, diversificação, geração de emprego e renda”³¹.

*Alliance One Brasil (Alliance One International)*³²

De acordo com o relatório de sustentabilidade da *Pyxus International*, holding que a *Alliance One* faz parte, os trabalhos são norteados por um “compromisso com o marketing responsável de produtos de consumo”, que consiste em desenvolver a produção para um público consumidor adulto, e não contratar indivíduos menores de 25 anos em suas peças publicitárias³³.

³¹ Jorge Antonio Farias – Lattes. Portal CNPq. Disponível em: <http://bit.ly/2lu2b3Q>. Acesso em 19 set 2019.

³² *Alliance One International – Sustainability Summary Report 2017*. Disponível em: <http://bit.ly/2lDl2Jy>. Acesso em 13 jul 2019.

³³ *Marketing Commitment*. Portal Pyxus International. Disponível em: <http://bit.ly/2l3h4K9>. Acesso em 09 jul 2019.

“Nós reconhecemos que os trabalhadores agrícolas estão em risco de violações de direitos humanos. Nosso programa ALP [*Agricultural Labor Practices*, em inglês] serviu para educar mais de 300 mil agricultores contratados, suas famílias e seus trabalhadores sobre direitos trabalhistas”, afirma a AOI em seu relatório de sustentabilidade de 2017.

A companhia recorre aos serviços de agências independentes para avaliar as Boas Práticas na Agricultura em três países fornecedores de tabaco: Brasil, Maláui e Indonésia. Por meio de agrônomos contratados pela empresa, afirma treinar e monitorar todos os agricultores integrados fornecedores de fumo e cita redução nos casos de acidentes de trabalho na Turquia e no índice de trabalho infantil na Indonésia após a implementação do programa. “Nós providenciamos aos nossos agricultores contratados ferramentas e oportunidades para melhorar as vidas de suas famílias”, diz a *Alliance One*.

A companhia afirma buscar a evolução de suas estratégias de sustentabilidade. Para isso, se envolve com organizações em diversos países. No Brasil, a ligação, exposta pela companhia no relatório de sustentabilidade, é com o SindiTabaco.

A *Alliance One* também relata que oferece cursos de treinamento sobre saúde e segurança para agricultores integrados. O primeiro ocorreu entre outubro e novembro de 2016 com a participação de 310 agricultores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

China Brasil Tabacos

Em março de 2014, a *Alliance One Brasil* e a *China Tabaco Internacional do Brasil (CTIB)*, subsidiária brasileira da *China Tobacco International*, formaram uma *joint venture* para atuar no Brasil, a *China Brasil Tabacos Exportadora (CBT)*. A *China Brasil Tabacos* operava como uma subsidiária independente da *Alliance One Brasil* e, em 2014, possuía 9,5 mil agricultores integrados³⁴.

³⁴ *Alliance One and China Tobacco finalizes joint venture in Brazil*. Portal Alliance One. Disponível em: <http://bit.ly/2l5YLUH>. Acesso em 13 set 2019.

Desde então, as funções administrativas, de compra e processamento da *China Brasil Tabacos* operam nas instalações da *Alliance One Brasil* em Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul. “A nova empresa é a união de duas potências do setor e uma aliança estratégica que nos consolida no mercado brasileiro, um dos mais importantes do mundo”, afirmou à época Deqing Liang, então presidente da *China Tobacco International*, que possui 51% da empresa criada na joint venture com a *Alliance One Brasil*³⁵.

Atualmente, a *China Brasil Tabacos* possui 13 mil produtores integrados – 90% no Rio Grande do Sul e 10% no Litoral Catarinense – e é a maior exportadora de fumo para o país asiático, de acordo com informações divulgadas em jornais locais³⁶.

Não foram localizados relatórios de sustentabilidade e outros documentos públicos que divulguem as estratégias para a promoção do trabalho decente entre os fornecedores ou outros projetos sociais, capitaneados pela empresa.

Atualmente, a iniciativa de cunho social que tem sido tomada pela empresa é o programa Abraço Solidário. Em maio de 2019, por exemplo, funcionários da *China Brasil Tabacos* participaram de um brechó promovido por voluntários do projeto³⁷.

Em 2017, o programa de voluntariado foi homenageado pela primeira-dama de Venâncio Aires, Cristiane Wickert, que foi recebida por representantes da *China Brasil Tabacos* e da *Alliance One Brasil*. “O povo de Venâncio é reconhecido por contribuir com quem mais precisa. Ficamos muito felizes quando vemos iniciativas assim. Em nome do prefeito Giovane Wickert e do gabinete da primeira-dama, entre-

³⁵ *Alliance One and China Tobacco finalizes joint venture in Brazil*. Portal Alliance One. Disponível em: <http://bit.ly/2l5YLUH>. Acesso em 13 set 2019.

³⁶ China Brasil Tabacos é a maior exportadora de fumo do Brasil para o gigante asiático. Portal Olá Jornal. Disponível em: <http://bit.ly/2mCJMlo>. Acesso em 13 set 2019.

³⁷ Campanha do agasalho “aquece corações” na China Brasil Tabacos. Portal Sou Abraço Solidário. Disponível em: <http://bit.ly/2l2zMBt>. Acesso em 13 set 2019.

go estes certificados e parabênio vocês pelo belo trabalho”, afirmou Cristiane durante a cerimônia³⁸.

*Universal Leaf Tabacos Brasil (Universal Corporation)*³⁹

Ao falar sobre o Brasil, a *Universal* afirma encorajar os agricultores integrados a produzir outras culturas nas propriedades, como milho, feijão e soja. Cita também implementar projetos de reflorestamento e melhoria da qualidade da água e promover o fortalecimento das comunidades rurais.

A *Universal* criou, em 2010, o programa “Protetor das águas”, em parceria com a *Fundación Altadis*, mantida pela multinacional britânica *Imperial Tobacco*, quinta maior produtora de cigarros do mundo, com 3,7% do mercado global⁴⁰.

Os agricultores participantes do projeto recebem compensação financeira para proteger nascentes de água por meio de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). Em 2015, o projeto passou a ser de responsabilidade da prefeitura de Vera Cruz, no Rio Grande do Sul. À época, a *Fundación Altadis* e a *Universal* se comprometeram a estender por mais um ano o apoio financeiro ao projeto.

O centro de pesquisas da *Universal* no Brasil tem destaque no relatório. O espaço foi criado para desenvolver novas variedades de tabaco e é responsável pelo fornecimento de todas as sementes dos agricultores brasileiros integrados à companhia, e pela realização de cursos de treinamento para os fumicultores.

Entre os projetos desenvolvidos pela companhia em comunidades produtoras de tabaco – o “Efeito *Universal*”, como caracterizam

³⁸ Programa de voluntariado da Alliance One e da China Brasil Tabacos recebe homenagem da Prefeitura. Portal Olá Jornal. Disponível em: <http://bit.ly/2mGWbEM>. Acesso em 13 set 2019.

³⁹ *Universal Corporation – Sustainability Review*. Portal Universal Corporation. Disponível em: <http://bit.ly/2n3N3KH>. Acesso em 13 set 2019.

⁴⁰ *The Global Cigarette Industry*. Portal Tobacco Free Kids – agosto de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2I876hJ>. Acesso em 24 set 2019.

nos relatórios – está o Programa Universal Leaf Cidadão. A companhia criou um centro próprio, em 2004, para oferecer atividades esportivas, educacionais e assistenciais a crianças de 5 a 17 anos em Rio Pardinho, distrito do município gaúcho de Santa Cruz do Sul.

O lobby do setor

Para além das promessas de rentabilidade econômica da atividade, as indústrias do setor se inserem na dinâmica social dos municípios produtores e espraiam seus interesses nas escolas, igrejas, centros comunitários, câmara de vereadores, nas festas regionais da erva-mate, da uva e da cerveja, nas associações de agricultores, nos centros de tradições gaúchas e em qualquer espaço de convívio coletivo que esboce ser criado.

O dinamismo econômico e os diversos projetos sociais e ambientais promovidos pelas empresas não extirpam as dificuldades que marcam a vida das famílias fumicultoras. Pesquisadores entrevistados afirmam que o apoio ao fortalecimento das comunidades rurais conduzidos por multinacionais que monopolizam a atividade econômica dessas regiões é incoerente.

As indústrias do setor expandem sua influência na região e criam uma simbiose com o poder público. Em uma esfera local, por exemplo, hospitais e postos de saúde evitam relacionar as doenças ao cultivo do fumo. Os municípios não têm dados sobre os males causados pela *overdose* de nicotina em contato com a pele, nem sobre as intoxicações derivadas da aplicação de agrotóxicos sem equipamento de proteção.

Em detrimento das doenças e do alto grau de endividamento dos agricultores, a geração de emprego e as somas bilionárias são apontadas na defesa do setor e do modelo de negócio. Garantir a sobrevivência da economia local é o argumento principal, usado pelos políticos e até mesmo pelas entidades ligadas aos agricultores.

As principais organizações que atuam na mediação das relações entre as agroindústrias fumageiras e os agricultores familiares são

a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco (SindiTabaco), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

A Afubra e o SindiTabaco são as maiores organizações do setor: a primeira representa o interesse dos fumicultores e a segunda, o das indústrias do tabaco.

Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil)

Seguro da lavoura, programas socioambientais em escolas, lojas próprias com produtos para toda a família são meios de atuação da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Criada em 1963, no momento em que a Associação dos Plantadores de Fumo em Folha no Rio Grande do Sul ampliou seu raio de atuação para os três estados do Sul do país, é hoje uma das poderosas entidades do setor.

Para ampliar sua presença na comunidade, a associação promove a Expoagro Afubra. A primeira foi realizada em 2001. A feira reúne empresas do agronegócio para exibir as novidades do setor em áreas como máquinas agrícolas, avicultura e energias renováveis. Na edição de 2019, foram 112 mil visitantes, 432 expositores e R\$ 70,6 milhões “em movimentação de negócios”, de acordo com o site da Afubra.

A Associação também possui lojas próprias espalhadas pelo Sul do país desde 1994: além de vender produtos típicos do setor, como adubos e fertilizantes, sementes, rações e ferramentas, a Afubra estendeu sua gama de comércio para áreas como utilidades domésticas, eletrodomésticos, móveis, informática e tintas. São mais de 22 mil itens em 24 lojas.

Com o projeto Verde é Vida, a Afubra também está nas escolas. O objetivo do programa é promover a educação socioambiental por meio da produção de materiais pedagógicos e distribuição de mudas de árvores. Desde 1986, ano em que o projeto foi criado, foram distribuídas 4,8 milhões de mudas e 3 milhões de materiais didáticos

para 266 mil professores e estudantes do Sul do país. Fora das escolas, o projeto promove palestras, programas de sensibilização ambiental, Coleta de Óleo Saturado, entre outras ações.

SindiTabaco (Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco)

Fundado em 1947, o SindiTabaco representa os interesses comerciais das 15 principais indústrias de tabaco do Brasil, entre elas as cinco multinacionais que dominam o setor no país: Souza Cruz (*British American Tobacco*), Philip Morris Brasil (*Philip Morris International*), Alliance One Brasil (*Alliance One International*), *Universal Leaf Tabacos Brasil (Universal Corporation)* e JIT Processadora de Tabaco do Brasil (*Japan Tobacco International*).

Em paralelo, desenvolve projetos de combate ao trabalho infantil, sucessão rural, reflorestamento, preservação da mata atlântica e redução do uso de agrotóxicos. O SindiTabaco também monitora as atividades das agências reguladoras, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e do grupo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) no Brasil.

Em seu site, o SindiTabaco afirma que o setor é pioneiro e “considerado um *case* de sucesso” no combate ao trabalho infantil no meio rural, “sendo o único a exigir o comprovante de matrícula dos filhos dos agricultores em idade escolar e o atestado de frequência para a renovação do contrato comercial existente entre empresas e produtores”.

Financiamento de campanhas políticas

As estratégias de inserção das empresas passam, também, pelo financiamento de campanha de políticos das regiões produtoras de tabaco. Um levantamento no Sistema de Prestação de Contas Eleitoras (SPCE Web) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra o valor doado e quem são os políticos mais beneficiados pelas companhias do setor no Brasil.

Após análise nos sites do órgão público, foram identificadas

doações às campanhas políticas das eleições de 2014 das multinacionais *Philip Morris*, *Alliance One* e *China Brasil Tabacos*, *joint venture* da *Alliance One* e da estatal chinesa de cigarros.

Os dados a seguir são das eleições para governadores, senadores e deputados federais de 2014, quando a doação empresarial ainda era permitida⁴¹.

A *Philip Morris Brasil* está entre as 500 empresas que mais doaram dinheiro. O valor de R\$ 1,5 milhão foi depositado nos fundos dos partidos políticos, que depois encaminharam a doação para candidatos específicos. As legendas mais beneficiadas foram o PP (R\$ 510 mil), que recebeu um terço das doações, o PMDB (R\$ 270 mil), o PSDB (R\$ 200 mil) e o PT (170 mil)⁴².

Ao analisar a distribuição de recursos do partido aos candidatos, é possível rastrear se o dinheiro doado pela *Philip Morris* à legenda foi direcionado para algum político específico, o que ocorreu no caso do deputado federal pelo PMDB Alceu Moreira de Souza, do Rio Grande do Sul. Em 2014, ele recebeu R\$ 100 mil da empresa via redistribuição do partido, o que corresponde a 37% das doações da multinacional ao PMDB⁴³.

Luis Carlos Heinze, então deputado federal e atualmente senador pelo Rio Grande do Sul, recebeu R\$ 98 mil da *Philip Morris* em repasse do seu partido, o PP. O deputado federal do PTB Sérgio Ivan Moraes recebeu R\$ 27 mil dos R\$ 120 mil doados pela multinacional ao partido do político gaúcho. Depois da empresa JBS e dos repasses

⁴¹ Desde 2016, a participação de empresas em financiamentos de campanha foi proibida pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, além do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, as doações podem ser feitas por pessoas físicas ou por meio de financiamento coletivo na internet. Disponível em: <http://bit.ly/2lF5iG6>. Acesso em 20 set 2019.

⁴² Candidatos Eleições 2014. Portal Meu Congresso. Disponível em: <http://bit.ly/2l7P73U>. Acesso em 20 set 2019.

⁴³ Alceu Moreira. Portal Meu Congresso. Disponível em: <http://bit.ly/2n3IY9k>. Acesso em 20 set 2019.

do próprio partido, as multinacionais *Philip Morris* e *Alliance One* foram as que mais contribuíram para a campanha de Moraes⁴⁴.

A *Philip Morris* também contribuiu com a candidatura do gaúcho Heitor Schuch, deputado federal pelo PSB natural de Santa Cruz do Sul. Ele recebeu R\$ 50 mil da multinacional via repasse do partido político⁴⁵.

Nas eleições de 2014, a *Alliance One* doou R\$ 630 mil para candidatos a deputados federais, estaduais e governadores dos três estados do Sul do País. Os valores mais altos foram destinados à campanha de Raimundo Colombo (PSB), reeleito governador de Santa Catarina naquele ano, e ao senador Paulo Bornhausen (PSB). Cada um recebeu R\$ 50 mil da multinacional.

Outros 18 candidatos receberam entre R\$ 30 mil, no caso dos deputados federais, e R\$ 20 mil, para os deputados estaduais.

Três parlamentares representam um ponto fora da curva na repartição do financiamento da *Alliance One*. Os deputados federais gaúchos Alceu Moreira da Silva (MDB) e Sérgio Ivan Moraes (PTB) e o ex-deputado Luis Carlos Heinze (PP) receberam doações no valor de R\$ 40 mil.

A *China Brasil Tabacos, joint venture* da estatal chinesa do setor e da *Alliance One International*, desembolsou R\$ 180 mil nas eleições de 2014⁴⁶. As doações foram feitas para seis deputados estaduais (dois do PP, dois do PSB, um do PT e um do PPS) e para dois deputados estaduais: Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul, e Edmar Hermany, do PP do mesmo estado.

⁴⁴ Deputado Federal Sérgio Ivan Moraes. Portal Atlas Político. Disponível em: <http://bit.ly/2IHs9kn>. Acesso em 20 set 2019.

⁴⁵ Heitor Schuch. Portal Meu Congresso. Disponível em: <http://bit.ly/2luc3KW>. Acesso em 20 set 2019.

⁴⁶ Doador de campanha – China Brasil Tabacos Exportadora S.A. Portal Meu Congresso. Disponível em: <http://bit.ly/2lDlqeP>. Acesso em 20 set 2019.

Quem são os políticos financiados pelo tabaco

Heitor Schuch recebeu R\$ 40 mil, o maior valor entre todas as doações feitas pela *China Brasil Tabacos* a um candidato e metade do valor doado pela empresa ao PSB, que recebeu R\$ 80 mil.

Alceu Moreira da Silva, do MDB, faz parte do núcleo duro da Frente Parlamentar da Agropecuária, a bancada ruralista. Ele ocupou a presidência em 2019 depois que a deputada Tereza Cristina (DEM-MS) assumiu o Ministério da Agricultura⁴⁷. É creditada a ele a indicação de Fernando Schwanke para a Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Em fevereiro de 2019, Alceu Moreira e Schwanke acompanharam uma comitiva de representantes da cadeia produtiva do setor numa audiência com Tereza Cristina. O encontro reuniu o presidente do SindiTabaco, Iro Schünke, o presidente da Afubra, Benício Werner, o diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), Carlos Galant, e o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco, Romeu Schneider⁴⁸.

“Vamos, principalmente, retirar o ativismo político do setor”, disse Schwanke depois da reunião. O secretário também fez críticas às decisões de retirar os produtores de fumo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁴⁹.

Moreira foi o relator da CPI da FUNAI, que defendia a revisão de processos de demarcação de terras indígenas e terminou, em 2017, com o indiciamento de 67 pessoas. O vice-presidente da CPI

⁴⁷ Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD. Portal De Olho nos Ruralistas – março de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2n3PfrY>. Acesso em 20 maio 2019.

⁴⁸ Líderes da cadeia produtiva do tabaco apresentam demandas do setor para a ministra da Agricultura. Portal Expansão RS – fevereiro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2n75Rsw>. Acesso em 20 set 2019.

⁴⁹ Desde 2002, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) não pode ser utilizado para financiamento de produção de tabaco.

era seu colega de estado, **Luis Carlos Heinze**.

Heinze, do PP, é senador e atual vice-presidente no Senado da Frente Parlamentar da Agropecuária. A relação de Luis Carlos Heinze com o setor do tabaco é antiga. Em 2008, ele foi o político que mais recebeu doações de multinacionais do tabaco para a campanha. À época, o valor foi de R\$ 120 mil⁵⁰.

Em maio de 2019, uma audiência pública foi realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para discutir o PL 769/2015, que restringe a propaganda dos cigarros, oferecidos em embalagens chamativas e dispostos com destaque em estabelecimentos comerciais. Vozes de movimentos antitabagistas alertaram para a necessidade de diminuir o consumo de cigarros no país.

Para Heinze, o projeto pode prejudicar a produção de fumo no país, a geração de empregos e ajudar a financiar o crime organizado no Brasil. Ele não é o único a relacionar qualquer movimento de controle ao consumo de cigarro ao aumento do comércio ilegal⁵¹.

O senador gaúcho já havia tentado protelar, em abril do mesmo ano, o andamento do projeto de lei, proposto pelo senador José Serra em 2015. Heinze propôs um requerimento para que o PL fosse analisado, além da CCJ e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O requerimento foi rejeitado e a medida de Heinze foi vista como uma manobra para atrasar a análise final do projeto⁵².

Em 2018, Heinze contrariou a posição do partido, que tinha a senadora gaúcha Ana Amélia como candidata à vice-presidência na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), e anunciou apoio a Bolsonaro.

⁵⁰ Fumo ajudou a eleger 13 congressistas. Portal Folha de S.Paulo – setembro de 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2mI5nsz>. Acesso em 20 set 2019.

⁵¹ Para especialistas, propagandas estimulam crianças e jovens ao vício do tabaco. Portal Senado Notícias – maio de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2mGmU4o>. Acesso em 21 set 2019.

⁵² Senadores evitam manobra e luta de Serra contra o cigarro avança. Portal Senador José Serra – abril de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2lFeNFg>. Acesso em 21 set 2019.

“Temos um trabalho de muito tempo, estou com ele há 20 anos na Câmara dos Deputados”, afirmou à época⁵³.

Novos aliados: Sérgio Moro e Bolsonaro

A proximidade com Bolsonaro coroa uma estratégia da indústria do tabaco que vem mostrando resultados. Políticos historicamente apoiados pelo setor estão agora fortalecidos. Eles indicam aliados para secretarias-chave no governo, como a da Agricultura Familiar e Cooperativismo, e compõem o quadro diretivo da maior bancada do Congresso, espaço em que puderam pautar um dos temas mais caros às indústrias do setor: a carga tributária.

Em março de 2019, o ministro de Justiça e Segurança Pública Sérgio Moro criou um grupo de trabalho para discutir a redução de impostos à indústria nacional de cigarros como alternativa no combate ao contrabando. Segundo o Ministério, a redução da tributação do setor pode “diminuir o consumo de cigarros estrangeiros de baixa qualidade, o contrabando e os riscos à saúde deles decorrentes”⁵⁴.

O principal estudo que serviu de base a essa possibilidade foi realizado em 2017, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)⁵⁵. De acordo com os pesquisadores Mario Antonio Margarido, Matheus Lazzari Nicola e Pery Francisco Assis Shikida, se todos os consumidores migrassem do mercado ilegal para o legal, o faturamento da indústria aumentaria R\$ 7,5 bilhões e a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) cresceria R\$ 5,6 bilhões – “cenário esse que aumentaria a capacidade de o Estado corrigir as externalidades ge-

⁵³ Heinze anuncia apoio a Bolsonaro e alfineta Ana Amélia: ‘Lá atrás, apoiou a Manuela’. Portal Sul 21 – setembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2myyRjv>. Acesso em 20 set 2019.

⁵⁴ Governo cria grupo de trabalho para avaliar redução de tributação de cigarros. Portal G1 – março de 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2IHAK6D>. Acesso em 21 set 2019.

⁵⁵ Uma alternativa de combate ao contrabando de cigarro a partir da estimativa da Curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo. XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos/FEA/USP – outubro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2lulgD0>. Acesso em 21 set 2019.

radas pelo consumo de tabaco e eliminaria o peso do mercado ilegal de tabaco no Brasil” (MARGARIDO; NICOLA; SHIKIDA, 2017).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) – mantido por quatro empresas, entre elas a *Souza Cruz*, do grupo *British American Tobacco*⁵⁶ –, o consumo de cigarros oriundos do mercado ilegal é de 54%: deste total, metade foi contrabandeada do Paraguai e 5% produzidas por empresas irregulares no Brasil. Estima-se que o Estado deixou de arrecadar R\$ 11,5 bilhões em impostos do setor⁵⁷.

A fonte dos números divulgados pelo Instituto é de uma pesquisa realizada pelo Ibope em 2018, encomendada pelo próprio ETCO. O levantamento foi realizado em 208 municípios, ouvindo 8,2 mil consumidores entre 18 e 64 anos⁵⁸.

O órgão também sugere uma relação de aumento do consumo de cigarros do mercado ilegal em função do baixo preço do produto. Em seu relatório de atividades de 2018, o ETCO afirma que:

Embora os registros oficiais indiquem queda de 9,1% nas vendas do produto, o estudo [do Ibope] mostrou que o consumo total na verdade subiu de 102,7 bilhões para 106,2 bilhões de cigarros ao ano, em função do avanço do mercado ilegal. Por causa do baixo preço, os fumantes consumiram, em média, dois cigarros a mais por dia. (ETCO. Relatório de Atividades 2018)

Esse argumento, no entanto, é a maior preocupação dos especialistas contrários à proposta de redução de impostos: cigarro mais barato pode atrair mais consumidores. Foi o que aconteceu nos últimos anos, segundo o próprio ETCO.

A proposta do Grupo de Trabalho foi criticada pelo ministro

⁵⁶ Associados. Portal ETCO – janeiro de 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2mFO0ZK>. Acesso em 22 set 2019.

⁵⁷ Comércio ilegal de cigarros supera mercado regular no Brasil. Portal Agência Brasil – novembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2mzF08q>. Acesso em 22 set 2019.

⁵⁸ Relatório de Atividades 2018. Portal ETCO. Disponível em: <http://bit.ly/2luAbNy>. Acesso em 22 set 2019.

da Saúde, Luiz Henrique Mandetta (DEM). Para ele, a redução de impostos sobre o cigarro pode se tornar “um baita problema para a saúde básica”, pois estimularia o consumo.

A própria *Philip Morris*, mirando sua estratégia de deixar de produzir cigarros e se concentrar no mercado de dispositivos eletrônicos, afirmou que “o combate ao mercado ilegal não deveria passar por alternativas que possam resultar na redução de tributos e de preços, aumentando o acesso da população de baixa renda a um produto como o cigarro”⁵⁹.

No entanto, o senador Luis Carlos Heinze comemorou a criação do grupo de trabalho: “Hoje, de R\$ 11 bilhões a R\$ 12 bilhões o Brasil perde em arrecadação, porque há um tributo alto. Mais da metade do cigarro consumido no Brasil é contrabandeada, e grande parte é do Paraguai”⁶⁰. O entusiasmo do parlamentar, porém, não perdurou. Após meses de trabalho o GT entregou o relatório final, em agosto de 2019, recomendando mais estudos sobre reequilíbrio de impostos do cigarro⁶¹.

Devido ao aumento do consumo, ocorrido em países que optaram pela redução do preço, o relatório ventilou a possibilidade de novas abordagens de enfrentamento ao problema do contrabando.

O apoio das indústrias do tabaco não se restringe apenas ao financiamento de campanhas políticas ou projetos desenvolvidos em parceria com sindicatos, associações de fumicultores ou prefeituras de municípios produtores. Os braços do setor se estendem a institutos de responsabilidade social empresarial, organizações internacionais e empresas de mídia.

⁵⁹ Reduzir tributos sobre cigarro pode ser um ‘baita problema’, diz ministro da Saúde. Portal JOTA – março de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2n4e4O7>. Acesso em 21 set 2019.

⁶⁰ Reduzir tributos sobre cigarro pode ser um ‘baita problema’, diz ministro da Saúde. Portal JOTA – março de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2n4e4O7>. Acesso em 21 set 2019.

⁶¹ Governo pede mais estudos sobre reequilíbrio de impostos do cigarro. Gazeta do Povo – agosto de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2l83LYW>. Acesso em 23 set 2019.

O financiamento do Terceiro Setor

O Curso de Treinamento de Jornalistas do jornal Folha de S.Paulo, por exemplo, tem a *Philip Morris* como maior patrocinadora⁶². Já o Instituto Ethos, principal organização de responsabilidade social empresarial do Brasil, “cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável”, tem as três maiores fabricantes de cigarro do país como associações: *Souza Cruz*, *Philip Morris* e *Japan Tobacco International*⁶³.

Em 2005, Paula Johns, coordenadora da Rede Tabaco Zero (atualmente ACT Promoção da Saúde), e Anna Cláudia Monteiro, diretora de comunicação da entidade, analisaram as estratégias das indústrias do setor, em especial da *Souza Cruz*, que domina o mercado nacional, em associar suas marcas ao universo da Responsabilidade Social Empresarial (RSE)⁶⁴.

Ao invés de um debate social amplo, temos assistido à *Souza Cruz* e outras subsidiárias da *British American Tobacco* pautar o debate ativamente e caminhar no sentido de convencer a sociedade, ONGs, institutos de referência no tema, entre outros, de que não há nenhum problema em relacionar RSE com a fabricação e comercialização de um produto que provoca adoecimento, morte e uma série de impactos sociais, ambientais e econômicos. (JOHNS, Paula; MONTEIRO, Anna Cláudia. Responsabilidade social empresarial: a nova face da indústria do tabaco, *online*)

O então presidente do conselho do Instituto Ethos, Ricardo Young, afirmou às pesquisadoras que a associação da *Souza Cruz*, pri-

⁶² Folha abre inscrições para o Programa de Treinamento em Jornalismo Diário. Portal Folha de S.Paulo – janeiro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2ncHWrX>. Acesso em 17 set 2019.

⁶³ Associados. Portal Instituto Ethos. Disponível em: <http://bit.ly/2lDOK12>. Acesso em 17 set 2019.

⁶⁴ JOHNS, Paula; MONTEIRO, Anna Cláudia. Responsabilidade social empresarial: a nova face da indústria do tabaco. Portal ACT – 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2l2WSYH>. Acesso em 17 set 2019.

meira indústria do setor a fazer parte do Instituto, foi discutida entre os outros associados.

(...) O Ethos afirma que o aprendizado desse encontro foi que, se a empresa tem a permissão da sociedade para funcionar, se cumpre com a lei, recolhe seus impostos, gera empregos e a sociedade permite que ela funcione, não se deve culpá-la por existir. Mas, segundo Young, se além disso, esta empresa coloca à disposição do consumidor um telefone gratuito para informações de como largar essa dependência, tem um instituto que trabalha fortemente em combate ao trabalho infantil, melhoria das condições educacionais das crianças, capacitação da sua mão de obra para que sofra menos os danos da colheita e convivência com a própria folha do tabaco, que é altamente tóxica, ela está indo além da permissão da sociedade. (JOHNS, Paula; MONTEIRO, Anna Claudia. Responsabilidade social empresarial: a nova face da indústria do tabaco, *online*)

Outro instituto apoiado pelo setor é o Instituto Pacto Nacional Pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto). Criado em 2014, o InPacto reúne empresas associadas para desenvolver programas de enfrentamento ao trabalho escravo em suas cadeias produtivas. A *Philip Morris Brasil* é uma das associadas.

A inserção das indústrias do cigarro extrapola o contexto de cada país em que está inserida e galga espaço, também, nos acordos internacionais que dizem respeito à cadeia produtiva do fumo.

Pressão do setor produtivo nas políticas antitabagistas

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é um tratado internacional que promove ações para proteger os cidadãos e futuras gerações das consequências do consumo e da exposição à fumaça do tabaco. O tratado, que envolveu negociações com 192 países, foi conduzido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e entrou em vigor em 2005 – 181 ratificaram o tratado, incluindo o Brasil.

A Conferência das Partes (COP) é um evento organizado a

cada dois anos para verificar a implementação da CQCT⁶⁵. Na COP também são debatidas novas ações de combate ao consumo de cigarros.

Implementar políticas de saúde pública para o controle do tabaco e proteger essas políticas de interesses comerciais ou outros interesses da indústria do tabaco são prerrogativas da CQCT e discutidas entre as organizações ligadas à saúde e países presentes das Conferências das Partes.

Ainda assim, a presença de representantes das indústrias, de políticos pautados pelo agronegócio e de associações de fumicultores é cada vez mais constante. Mesmo sem saber se terão acesso aos painéis de discussão do evento, a comitiva do setor brasileiro é numerosa nas conferências.

Iro Schünke, do SindiTabaco, é figura garantida em toda COP. Juntam-se a ele representantes da Associação Brasileira da Indústria do Fumo, da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (Amproabaco), da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo (Fentifumo), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Fumo e Alimentação de Santa Cruz (STIFA), da Afubra e das federações dos trabalhadores na agricultura dos três estados do Sul.

O grupo também patrocina a ida de jornalistas para a cobertura do evento. Em setembro de 2018, Romar Beling, editor do jornal Gazeta, maior veículo de comunicação do município de Santa Cruz do Sul (RS), se preparava para ir ao evento, depois de ter participado de outras duas edições da COP, em Moscou e em Nova Délhi. “Ninguém tem dúvidas da importância do segmento, e olhá-lo só sob o ângulo da saúde jamais poderia dar conta de sua grandeza e dos reflexos positivos para todo o país”, afirmou Beling à época⁶⁶.

⁶⁵ CQCT: Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS. Portal ACT Promoção da Saúde. Disponível em: <http://actbr.org.br/cqct>. Acesso em 21 maio 2019.

⁶⁶ Oito entidades defenderão o tabaco na Suíça. Portal Gazeta – setembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2luvEL3>. Acesso em 21 set 2019.

O jornalista também fez críticas à organização do evento: “A restrição à presença de pessoas ligadas ao setor do tabaco na COP é tão enfática que dos próprios jornalistas, ao buscarem o credenciamento para cobrir o evento, exigiu-se que declarassem não ter nenhum vínculo com o setor”, afirmou. “No entanto, se para a CQCT o *lobby* da cadeia do tabaco é entendido como ameaçador a qualquer discussão no ambiente da COP, o contrário vale para dezenas de organizações não-governamentais. Representantes destas entidades movimentam-se com liberdade, (...) buscando influenciar na definição de novas regras contrárias ao cigarro e ao tabaco.”⁶⁷

A sua ida, assim como a de outros portais de notícias da região⁶⁸, costuma ser patrocinada pelo SindiTabaco, Afubra e Amprotabaco. Além das associações de classe, chama atenção o patrocínio de uma universidade do município, a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)⁶⁹.

Até mesmo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), braço da Organização das Nações Unidas (ONU) para a promoção do trabalho decente, multinacionais do tabaco mantinham vínculos. Desde 2002, a agência da ONU possuía parcerias público-privadas com a *Eliminating Child Labour in Tobacco Growing Foundation* (ECLT) [Fundação para a Eliminação do Trabalho Infantil na Colheita de Tabaco, em português]. A ECLT foi fundada e é mantida pelas multinacionais do tabaco. Até 2017, o valor recebido pela OIT da ECLT chegou a US\$ 5,3 milhões⁷⁰.

A maior parceria público-privada da OIT se dava com a *Japan Tobacco International* (JTI) para a condução de pesquisas e formulação de

⁶⁷ Ouvidos atentos aos debates que ocorrerão na COP. Portal Gazeta – setembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2n9vAR7>. Acesso em 21 set 2019.

⁶⁸ Imprensa também é barrada na COP 6. Portal Folha do Mate – outubro de 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2mCWD7j>. Acesso em 21 set 2019.

⁶⁹ Oito entidades defenderão o tabaco na Suíça. Portal Gazeta – setembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2luvEL3>. Acesso em 21 set 2019.

⁷⁰ ILO cooperation with the tobacco industry in the pursuit of the Organization's social mandate. Online – fevereiro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2luOwQ>. Acesso em 17 set 2019.

estratégias de combate ao trabalho infantil, além de oferecer seu *know-how* para a manutenção do programa educacional *ARISE*, criado pela *JTI*⁷¹.

Diferentemente da Organização Mundial da Saúde (OMS), a OIT não aderiu à “Política da ONU para prevenção da interferência da indústria do tabaco”, que recomenda às agências o não envolvimento com o setor do tabaco⁷². A OIT era a única agência da ONU que recebia financiamento direto das multinacionais do setor e por duas vezes adiou a decisão de rever a manutenção das parcerias com as indústrias do tabaco.

Ao comentar a segunda decisão da OIT de adiar a palavra final sobre a participação em parcerias público-privadas com multinacionais do tabaco, em novembro de 2017, Elaine McKay, diretora de Programas Sociais da *JTI*, afirmou que “as questões envolvidas são muito mais complexas do que a visão simplificada retratada pelo Secretariado da *FCTC* [sigla em inglês para Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco] e ativistas antitabagistas, que estão mais preocupados com a fonte de financiamento do que com o combate ao trabalho infantil”⁷³.

Cerca de 100 organizações antitabagistas de todo o mundo enviaram, em novembro de 2018, uma carta aberta ao Conselho de Administração da agência para pedir à OIT que não renovasse os contratos de parceria com as multinacionais do setor⁷⁴, o que acabou acontecendo⁷⁵.

⁷¹ Cresce a pressão para a OIT cortar laços com indústria do cigarro. Portal RFI – janeiro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2mD7qyb>. Acesso em 17 set 2019.

⁷² ILO Governing Body to postpone any decision about cooperation with tobacco industry. Portal *FCTC* – novembro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2mAcSF1>. Acesso em 17 set 2019.

⁷³ *JTI* Calls for Continued Coordinated Approach in the Interest of Tobacco Growing Communities. Portal *JTI* – novembro de 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2luPZ2Q>. Acesso em 17 set 2019.

⁷⁴ Disponível em: <http://bit.ly/2lD7V0Y>. Acesso em 17 set 2019.

⁷⁵ ILO Ends Contracts With Tobacco Companies – Will It Be Forever? Portal *FCA* – novembro de 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2nbqROX>. Acesso em 17 set 2019.

A alternativa da diversificação

Tensionamentos assim, gradativamente, acarretam mudanças na arraigada cadeia produtiva do fumo. Soluções imediatas podem ter efeitos contrários quando o alvo é um setor que representa importante parcela da economia agrícola dos municípios onde o tabaco é plantado.

De acordo com o Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2017, o valor da produção do tabaco nas cidades de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul e Arroio do Tigre correspondeu, respectivamente, a 60,50%, 76,62% e 65,78% de todo o valor de produções de culturas temporárias e permanentes destes municípios. Em nenhum dos municípios da região a participação relativa do fumo no total do valor da produção agrícola municipal é inferior a 60%.

Signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) desde 2005, o Brasil comprometeu-se a promover uma série de medidas dispostas nos 38 artigos da CQCT sobre temas diretamente relacionados à produção e ao consumo de cigarro, como propagação, tabagismo passivo, impostos e tratamento a fumantes⁷⁶.

O artigo 17 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) diz que os países signatários devem propor alternativas economicamente viáveis ao cultivo de tabaco (OMS, 2003). A partir de 2003, pesquisas apontam o aumento da diversificação entre produtores de tabaco.

Na esteira da ratificação da CQCT, foi criado, em âmbito federal, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. Cooperativas e redes de agricultores viabilizam e estimulam projetos mais sustentáveis nas lavouras e escolas técnicas ensinam conceitos de agroecologia às novas gerações de comunidades monoculturas.

A iniciativa de mudança também parte dos próprios fumicul-

⁷⁶ O documento completo da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco está disponível em: <http://actbr.org.br/cqct/>

tores, diante da percepção dos danos ao meio ambiente da atividade ou de dúvidas quanto à viabilidade econômica do cigarro em um mundo com cada vez menos fumantes. Agricultores têm buscado maneiras de diversificar sua produção, antes marcada pela monocultura, melhorando ao mesmo tempo a própria saúde e a da terra ao redor.

Em São João do Triunfo, no Paraná, o fumo ainda constitui uma das principais *commodities* agrícolas. Neste pequeno município, em meio a florestas de eucaliptos, fica a maior plantação de erva-mate orgânica do Brasil.

Em uma área de 2 mil hectares, a família de Vilmar Gadens produz cerca de 2 mil toneladas de erva todos os anos. Certificada desde 2003, a produção é processada na fábrica montada pela própria família. A erva-mate deles é exportada para 30 países e contribui para a preservação das áreas de pastagem do estado.

Escolas técnicas localizadas em regiões de atividade agrícola, como o Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Irati, município do sudeste paranaense, também cumprem um papel de estímulo à diversificação das lavouras de tabaco ao oferecer cursos de agroecologia. Muitos alunos do IFPR, segundo a diretora geral do campus, Ana Claudia Radis, são filhos de fumicultores.

“A gente não pode ignorar a produção de fumo, com seus malefícios e benefícios. Temos muitos agricultores que buscam manter o cultivo de fumo e ao mesmo tempo diversificar. Aí entra o nosso papel: formar técnicos que possam atuar nessas propriedades, levando novas opções aos agricultores, e que consigam trabalhar as adversidades dentro da produção.”

Aliada à formação técnica, há o papel de conscientização. “A partir do momento em que [os alunos] estão aqui dentro e escutam um viés diferenciado, percebem que podem produzir alimentos e até o fumo de outra forma. A gente consegue conscientizá-los. Inclusive muitos pais começam a entender algumas problemáticas que a gente

discute”, explica Ana Claudia Radis. “Num primeiro momento, o embate é maior, mas eles conseguem perceber que a discussão é em benefício deles mesmos, da sociedade, e não apenas da produção em si.”

Foi o que aconteceu com Hélio Pereira Barbosa, o Tito. O agricultor da comunidade de Arroio Grande, localizada na mesma cidade do IFPR, convive com o fumo desde os 12 anos. “Meu pai plantava, comecei a ajudar ele”, lembra. “É uma alternativa mais fácil, que compensa pra gente que tem pouca terra.”

Hoje, aos 51 anos, cultiva fumo orgânico. Com o tabaco convencional, Tito adquiriu problemas de saúde, dificuldade de concentração e falta de memória. Ele reconhece que produzir sem agrotóxico dá mais trabalho, mas garante que nada se compara aos ganhos na qualidade de vida. O produto orgânico, explica Tito, é mais lucrativo. “O preço é bem melhor, 60% mais caro que o outro.”

Há quem veja com desconfiança a produção de fumo orgânico. Apesar de ser uma alternativa mais sustentável em relação à convencional, o engenheiro agrônomo Sebastião Pinheiro argumenta que a mudança equivale a trocar seis por meia dúzia. “O fumo sem veneno pertence às mesmas empresas, e a mais-valia fica com elas”, argumenta o pesquisador, destacando que nem o agricultor, nem o Estado, nem a sociedade saem beneficiados com essa mudança. “Ou seja, está mi-grando o lucro do veneno, do fertilizante químico, para uma opção melhor, de maior qualidade, mais cara, que exige trabalho do fumicultor, mas a empresa continua com o lucro maior.”

Há cinco anos, Tito trabalha para uma companhia de fumo orgânico. Antes, chegou a prestar serviços para o governo, momento em que diversificou a produção plantando verdura, feijão, batatinha, cebola e outros alimentos, todos enviados para escolas da cidade. Porém, o negócio desandou quando os pagamentos começaram a atrasar. “Precisamos de renda para nos sustentarmos. Voltemos ao tabaco convencional meio obrigado, para sobreviver, mesmo fazendo mal”, lembra Tito.

O lamento de regressar a um cultivo nocivo à saúde e à natureza foi atenuado com a possibilidade de trabalhar com o fumo sem o uso de produtos químicos. “Aprendemos a proteger o meio ambiente, a água, a terra”, afirma Tito. “Cada um tem que pensar na sua saúde, porque as companhias não estão nem aí com a saúde das pessoas.”

Não muito distante dali, na cidade vizinha de Prudentópolis, o agricultor Carlos Ladeca deixou de plantar tabaco há nove anos para se dedicar ao cultivo do morango. Enquanto mostrava as plantas sob a cobertura da estufa, Ladeca lembra que decidiu plantar fumo para garantir o sustento da família. “As dificuldades eram grandes e não havia outro meio”, explica o agricultor. “Depois a gente viu que ele não era tão bom assim, que é prejudicial para a saúde.” Na decisão de parar com a produção, pesou também a percepção de que o fumo era um produto que não garantiria a renda familiar a longo prazo.

Aos poucos passaram a investir no morango. No começo, mantiveram os dois cultivos, mas, “depois que a gente viu que ia dar certo, paramos o fumo”, explica Ladeca que, além da produção que vende a uma associação de agricultores e a mercados da região, cultiva horta para consumo próprio. “Está valendo muito a pena trabalhar com morango. A gente faz o que gosta.”

Compreender a cadeia produtiva do tabaco e as possibilidades de diversificação com o cultivo de alimentos limpos foi o que instigou Rosiéle Cristiane Ludtke a realizar um mestrado. A gaúcha, natural de Agudo, foi fumicultora durante 15 anos, mas sempre vislumbrou largar a atividade tão logo pudesse. Trabalhou no fumo para pagar a faculdade, concluída em 2007.

Um ano depois, conseguiu converter a lavoura para produzir alimentos dentro da agroecologia, colocando em prática o que havia aprendido na graduação, e continuou a estudar no mestrado. Sua dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) teve como objeto de estudo a região de Santa Cruz do Sul,

reduto das maiores fumageiras do país. Hoje, ela atua como liderança no Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do município gaúcho de Paraíso do Sul.

“Essa cadeia é tão bem pensada que até o fumo é buscado em casa. Se vai plantar mandioca, batata, feijão, tu tens que botar no teu carro ou na tua moto e sair para vender. Isso requer do agricultor uma coisa que ele não está preparado. Ele sabe plantar, colher. Comercializar é outra coisa”, avalia Rosiéle.

“Estamos trabalhando com o processo de diversificação do tabaco desde 2003. A gente vê que muitas pessoas conseguiram melhorar as estruturas dentro da propriedade, mas continuam atreladas e reféns dessa cadeia produtiva. Essas famílias precisam produzir o alimento que consomem. Elas não precisam ir ao mercado comprar comida. E muitas já produziram tanta comida que começaram a fazer parte de processos de comercialização”, explica.

Rosiéle acredita que a palavra *cadeia*, no sentido de prisão, define a atuação das fumageiras. O agricultor, ao receber insumos e equipamentos para a produção, financiamentos para a construção de galpões e estufas, e visitas de assistência técnica, acomoda-se e não vê vida fora do tabaco.

Neste cárcere, a dificuldade em enxergar novos horizontes é reflexo do desconhecimento dos consumidores sobre o que se passa com as pessoas que ocupam o primeiro elo da cadeia produtiva, do silêncio conivente das autoridades sobre os dados referentes à saúde, dos casos de trabalho infantil e da relação de dependência econômica.

Os relatos e desabafos dos fumicultores e seus familiares vendam uma realidade difícil de tragar, mas que está viva nos diáfanos e verdejantes campos de tabaco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACT – Aliança Contra o Tabagismo. **O veredicto final**: trechos do processo Estados Unidos x Philip Morris. Rio de Janeiro: ACT, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2kwt2vF>>. Acesso em: 11 set 2019.
- AFUBRA – ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Dados sobre a fumicultura brasileira**. Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em <<https://bit.ly/2mpJz4R>>. Acesso em: 23 set 2019.
- _____. Perfil do fumicultor sul-brasileiro: informações gerais. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/93z2cb>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- AGROENDIA. **Ministério da Saúde relaciona suicídios no Sul a cultivo de fumo e agrotóxicos**. Brasília, 21 de set. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2kFm4UT>>. Acesso em: 10 set. 2019.
- ALK, J. W. et al. **Suicídio e doença mental em Venâncio Ayres – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?** – Relatório Preliminar de Pesquisa. UFRGS, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/FvD7cQ>>. Acesso em: 05 dez 2018.
- ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves. **A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do Sistema Integração Rural da fumicultura** [tese]. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.
- _____. **Fumo: Servidão Moderna e Violação de Direitos Humanos**. Curitiba, Terra de Direitos, 2005.
- _____. Entrevista concedida em vídeo a Marques Casara em janeiro de 2019.
- ARAÚJO, C. M. G. **A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Wa1MY5>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- ASCARI, Rosana Amora, SCHEID, Márcia, KESSLER, Marciane. (2014). **Fumicultura e a utilização de agrotóxicos: riscos e proteção da saúde**. Revista Contexto & Saúde, 12(23), 41-50. Disponível em: <<https://bit.ly/2ID8JwZ>>. Acesso em: 20 set 2019.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<https://bit.ly/2MBdItC>>. Acesso em: 20 dez 2018.
- BARRETO, Ivan Farias. **Tabaco: a construção das políticas de controle sobre seu consumo no Brasil**. Hist. cienc. Saúde. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 797-815, setembro de 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/gqXRrd>>. Acesso em:

17 dez 2018.

- BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Avila. **Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil**. Gest. Prod, São Carlos, v. 14, n. 2, p. 311-322, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/tB9kJZ>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- BENCKE, Juliana. Venâncio Aires teve um suicídio a cada 20 dias, neste ano. **Folha do Mate**, 10 set 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2kDXrbk>>. Acesso em: 16 set 2019.
- BERTÊ, A. M. A.; LEMOS, B. O., TESTA, G., ZANELLA, M.A.R., OLIVEIRA, S. B. Perfil Socioeconômico – COREDE Vale do Rio Pardo. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 25, nov de 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/erz3V8>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- BONATO, A.; ZOTTI, C. F.; ANGELIS, T. **Tabaco: da produção ao consumo: uma cadeia da dependência**. Curitiba: Deser, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/cbqvUP>>. Acesso em: 20 out 2018.
- BORGES, Vera Lúcia Gomes. **Análise do processo de trabalho de produtores de tabaco no Brasil e sua possível relação com os casos de suicídios em áreas fumicultoras do país**. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.
- CARGNIN, Marcia Casaril dos Santos et al. **Cultura do tabaco versus saúde dos fumicultores**. Texto & Contexto Enfermagem, vol. 25, n. 2, 2016, pp. 1-9 Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<https://bit.ly/2ltHHrY>>. Acesso em: 20 set 2019.
- CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação socioeconômica dos fumicultores da região de Sombrio, SC, e uma proposta de transição agroecológica**. 2006. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CASTRO, Laura Silva Peixoto de Castro; MONTEIRO, Janine Kieling. **Saúde no trabalho de fumicultores do RS: não adoece somente quem fuma, mas também quem planta**. Psicol. rev. (Belo Horizonte) vol. 22 n. 3 Belo Horizonte set/dez 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2mGvwDj>>. Acesso em: 20 set 2019.
- CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas em Administração. **Produtor de tabaco da Região Sul do Brasil: Perfil Socioeconômico**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Universidade Federal do Rio de Janeiro edition. Geneva: World Health Organization; 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/XEXhWV>>. Acesso em: 17 dez 2018.

CORREIO DO POVO. **Suicídios aumentam e casos no Sul podem estar ligados a agrotóxicos**. Disponível em: <<https://bit.ly/2kojJ0G>>. Acesso em: 16 set 2019.

_____. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli. Itajaí, 23 jan 2019.

CTFK – Campaign for Tobacco-Free Kids. **The Global Cigarette Industry**. Tobacco-Free Kids, ago 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2I876hJ>>. Acesso em: 05 set 2019.

DA SILVA, THÁBATA BACK. **Custeio da produção de tabaco para uma lavoura de pequeno porte localizada no município de Paraíso do Sul**. Restinga Seca: Faculdade Antonio Meneghetti, 2017.

DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais. **Produção de tabaco e crédito rural na Região Sul**. Curitiba, 6 de abril de 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2lBiRpE>>.

DIONÍSIO, Ana Carolina. **Memórias de trabalho, veneno e fumaça: uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2lEGnCy>>. Acesso em: 20 set 2019.

DUARTE, Maria de Lourdes Reis. Normas Gerais sobre o Uso de Agrotóxicos. In: **Revista Sistemas de Produção**, número 1. Embrapa: Belém, 2004.

FACHIN, Patrícia. **Agricultura familiar e o cultivo do fumo: mais de três séculos de dependência econômica**: entrevista especial com Amadeu Bonato. São Leopoldo: Unisinos, 30 ago 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2lQdpPC>>. Acesso em: 11 set 2019.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **World Economic Outlook Database**. April 2016. Disponível em: <shorturl.at/ILQT7>. Acesso em: 04 set 2019.

HARTWING, Marisa. **As relações de trabalho no sistema integrado de produção da indústria de fumo**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

_____. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli. Florianópolis, 15 jan 2019.

HEEMANN, Fabiane. **O cultivo do fumo e condições de saúde e segurança dos trabalhadores rurais**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2ncrgAL>>. Acesso em: 20 set 2019.

HILSINGER, RONI. O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Disponível em <<https://goo.gl/cRndE7>>. Acesso em: 17 dez 2018.

- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa IBGE. Produção Agrícola Municipal – PAM. Disponível em: <<https://goo.gl/1Qzi2P>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- IBGE. Pecuária Municipal. Disponível em: <<https://goo.gl/3sDB9G>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- INCA – Instituto Nacional do Câncer. **Fumicultura e saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 26 jul 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2kfxj6w>>. Acesso em: 09 set 2019.
- _____. **Produção de fumo e derivados**. Brasília: Ministério da Saúde, 04 fev 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2k6d7nk>>. Acesso em: 05 set 2019.
- _____. **Observatório do controle do tabaco**. Dados e números. Brasília: Ministério da Saúde, 2019a. Disponível em: <<https://bit.ly/2m4XhtR>>. Acesso em: 22 set 2019.
- _____. “Fumicultura e saúde”. **Observatório da Política Nacional da Cultura de Tabaco**. Portal INCA – julho de 2018a. Disponível em: <<https://bit.ly/2mH374M>>. Acesso em: 20 set 2019.
- _____. **Opções de políticas e recomendações sobre alternativas economicamente sustentáveis para o cultivo do tabaco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2mHc12c>>. Acesso em: 20 set 2019.
- INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://goo.gl/CJ4LFG>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- KOHN, D. C.; ALVES, L. M. A percepção dos fumicultores em relação ao trabalho infantil. *Journal of Nursing and Health*, v. 1, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/na5x7F>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- MACHADO, MEIRIANE Bürger. Associação entre exposição a agrotóxicos, depressão e desesperança na população do município de Anahy/PR. Dissertação (Mestrado em Biociências e Saúde) – Universidade Federal do Oeste do Paraná, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2lOwXUx>>. Acesso em: 10 set 2019.
- ARAÚJO, Claudio Marcelo Garcia de. A exploração da força de trabalho infantil na fumicultura no município de Angelina. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Wa1MY5>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- MAGALHÃES, Eridan. Entrevista. 2001. Citado por Almeida GEG. A biopolítica dos direitos humanos: uma reflexão a partir do Sistema Integração Rural da fumicultura [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/SBaHCA>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- MARGARIDO, Mario Antonio; NICOLA, Matheus Lazzari; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. **Uma alternativa de combate ao contrabando de cigarro a partir**

- da estimativa da Curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo.** XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos/FEA/USP – outubro de 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/31qA99v>>. Acesso em: 21 maio 2019.
- MELO, Luísa. Brasil usa 500 mil toneladas de agrotóxicos por ano, mas quantidade pode ser reduzida, dizem especialistas. **G1**, 27 maio 2019. Disponível em: <<https://globo/2QtKrAz>>. Acesso em: 16 set 2019.
- MEUCCI, Rodrigo. **Dor lombar em fumicultores do município de São Lourenço do Sul – RS.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2n44L0C>>. Acesso em: 20 set 2019.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Ação Civil Pública com pedido de tutela de urgência contra a empresa Max Gesso do Brasil. Caruaru/PE, 1º de março de 2017.
- MURAKAMI, Yumie et al. **Intoxicação crônica por agrotóxicos em fumicultores.** Saúde Debate. 2017; 41(113):563-76. Disponível em: <<https://bit.ly/2marGqN>>. Acesso em: 09 set 2019.
- NARDI, Jean Baptiste. **A história do fumo brasileiro.** Rio de Janeiro: Abifumo, 1985.
- OLÁ JORNAL. **Cinco fumageiras garantem geração de empregos no Rio Grande do Sul.** 19 ago 2017. Disponível em: <https://goo.gl/uZV829> Acesso em: 17 dez 2018.
- OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **OPAS/OMS destaca importância da atuação conjunta dos setores da saúde, agricultura e meio ambiente na regulamentação de agrotóxicos.** OPAS Brasil, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2kjSPH7>>. Acesso em: 16 set 2019.
- _____. Consumo de tabaco está diminuindo, mas ritmo de redução ainda é insuficiente, alerta novo relatório da OMS. Opas Brasil, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MgQREC>>. Acesso em: 11 set 2019.
- _____. **Folha informativa – Tabaco.** Opas Brasil, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2kv4bIE>>. Acesso em: 11 set 2019.
- PACHECO-FERREIRA, Heloisa. Epidemiologia das substâncias químicas neurotóxicas. In: MEDRONHO, Roberto A. (Org.). **Epidemiologia São Paulo:** Atheneu, 2008. p. 577-86.
- PAGLIARINI, Raphael. **A construção das identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio (Ivaí – PR – 1988-2018).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História – Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2mAwRkx>>. Acesso em: 20 set 2019.
- PANIGADA, Valéria. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli em janeiro de 2019.

- PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. **Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde.** Rio de Janeiro: Revista Ciência & Saúde Coletiva, n. 22, out 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2R1W8NP>>. Acesso em: 16 set 2019.
- PINHEIRO, Sebastião et al. **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.
- REDE PETECA. **O que é trabalho infantil.** São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2II9TGq>>. Acesso em: 16 set 2019.
- REDIN, C. J.; REDIN, E. **A cadeia produtiva do tabaco na agricultura familiar de Arroio do Tigre.** Vivências. Vol. 10, n. 18: p. 10-14, maio de 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/UYRJEX>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- RFI. Bayer já soma mais de 18 mil processos nos Estados Unidos pela venda do glifosato. In: **G1.** Rio de Janeiro, 30 jul 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/2yoITAR>>. Acesso em: 16 nov 2019.
- RIBAS, CLARILTON EDZARD DAVOINE CARDOSO. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli em janeiro de 2019.
- RIGON, S. A.; BEZERRA, I. Segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e compras institucionais: desafios e potencialidades. Demetra: alimentação, nutrição e saúde, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/T7ZWkk>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- RIQUINHO, Deise; GERHARDT, Tatiana Engel. **A transitoriedade nos estados de saúde e doença: construção do cotidiano individual e coletivo em uma comunidade rural.** In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 3, p. 419-437, nov 2010/fev 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2kHlqpV>>. Acesso em: 11 set 2019.
- RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élica Azevedo. **Cultivo do tabaco no Sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde.** Ciênc Saúde Coletiva 2014; 19:4797-808. Disponível em: <<https://goo.gl/G72XeS>>. Acesso em: 01 set 2019.
- ROOS, ANDENICE FIAMONCINI. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli em janeiro de 2019.
- SANTOS, CLEOMAR MARQUES DOS. Entrevista concedida a Marques Casara, Thais Ferraz e Raquel Mombelli em dezembro de 2018.
- SEBBA, Jardel. O tabaco encurralado – e lucrativo. **Revista Exame.** São Paulo: Editora Abril, 22 jun 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2lQ4ptO>>. Acesso em: 11 set 2019.
- SENADO NOTÍCIAS. **Para especialistas, propagandas estimulam crianças e jovens ao vício do tabaco.** Brasília: Senado Federal, 15 maio 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hng6Rk>>. Acesso em: 11 set 2019.

- SILVA, L. X. da. Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação. 2002. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://goo.gl/2dDGf2>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SILVA, Leonardo Xavier da. A cadeia agroindustrial de fumos claros do Sul do Brasil e a “Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco”: estratégias e perspectivas. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/Λ6S3u9>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SILVA, Luiz Carlos Corrêa da, Araújo, Alberto José de, Queiroz, Ângela Maria Dias de, Sales, Maria da Penha Uchoa, & Castellano, Maria Vera Cruz de Oliveira. (2016). Controle do tabagismo: desafios e conquistas. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 42(4), 290-298. Disponível em: <<https://goo.gl/qWb23m>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SILVA, SIVONE ERNST. Entrevista concedida a Marques Casara e Raquel Mombelli em fevereiro de 2019.
- SILVEIRA, R. L. L. A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. *Geografia Ensino & Pesquisa*, vol. 19, n. 2, maio/ago 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/EGyYtk>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no Sul do Brasil (1996-2006): características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. *Biblio 3W*. Barcelona, v. XVII, n. 987, p.1-25, ago 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/ZTPmBY>>. Acesso em: 15 nov 2018.
- SILVEIRA, R. L. L.; DORNELLES, M. Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial. Notas introdutórias para uma geografia do tabaco. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 10 out 2010, vol. XIV, n. 338. Disponível em: <<https://goo.gl/uvECLN>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SINDITABACO. Relevância do setor de tabaco no Brasil. Julho de 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/WRmywc>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- SOUZA CRUZ. Exportação. Homepage. Disponível em: <<https://goo.gl/Xoty8>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- TATEMOTO, Rafael. Estudos relacionam uso de agrotóxicos com suicídio de agricultores. *Jornal Brasil de Fato*, 05 out 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2PhhKEF>>. Acesso em: 09 nov 2019.
- TOBACCO FREE KIDS. Global Cigarette Industry. Ago 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/K5ikUj>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- VARGAS, M. A.; OLIVEIRA, B. F. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo

- de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. RESR, v. 50, n. 1, p., 175-192, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/4f6VVV>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- VARGAS, Marco Antonio; OLIVEIRA, Bruno Ferreira de. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 50, n. 1, p. 157-174, mar 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/miAGVe>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- VARGAS, Marco; et al. Análise da dinâmica inovativa em arranjos produtivos locais no RS: complexo agroindustrial fumageiro. Mangaratiba: Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – CEPE, 1998. Disponível em: <<https://goo.gl/XjR8b6>>. Acesso em: 17 dez 2018.
- VISCARDI, Karen. Ministério da Saúde adotará medidas contra a doença da folha verde. **Gaúcha ZH Campo e Lavoura**. Disponível em: <<https://bit.ly/2CdEceU>>. Acesso em: 16 set 2019.
- WHO global report on trends in prevalence of tobacco smoking 2000-2025, second edition. Disponível em: <<https://goo.gl/z2m9Td>>. Acesso em: 17 dez 2018
- ZIZEK, Slavoj. **Problema no paraíso**: do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

O agricultor Mário Sansan não tem dúvidas sobre a relação direta entre o plantio de fumo e os dois suicídios na família. “A depressão vem da angústia de trabalhar na lavoura, de sol a sol, e não ter reconhecimento. De não ter tempo para sentar, conversar, passear. De não ter tempo para viver. De toda a contaminação dos agrotóxicos. Termina um ano, já tem que começar tudo de novo.”



As dívidas com empresas multinacionais, as jornadas extenuantes e a exposição aos produtos químicos e às substâncias do tabaco acometem milhares de agricultores no Sul do Brasil. Cerca de 150 mil famílias trabalham no cultivo, iludidas pela promessa de lucro fácil e venda garantida.

Em seis meses de investigação e 5 mil quilômetros rodados, registramos a tragédia humanitária em curso nas plantações de fumo, oculta sob um falso manto de prosperidade.

PAPEL SOCIAL

 **MPT**
Ministério Público do Trabalho

APREA
Associação Brasileira de Vendedores
Especialistas em Alimentos e Agrotóxicos

ACT
Promoção da Saúde

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-69531-03-6



9 788569 531036